

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JACIARA LEITE FRAZÃO

História e memória da Questão Agrária no Maranhão na década de 1980: a linguagem audiovisual como recurso para o Ensino de História

São Luís
2020

JACIARA LEITE FRAZÃO

História e memória da Questão Agrária no Maranhão na década de 1980: a linguagem audiovisual como recurso para o Ensino de História

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador (a): Prof. Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira

São Luís
2020

Frazão, Jaciara Leite.

História e memória da Questão Agrária no Maranhão na década de 1980: a linguagem audiovisual como recurso para o Ensino de História. / Jaciara Leite Frazão. – São Luís, 2020.

147 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira.

1. Ensino de História. 2. Questão Agrária. 3. Audiovisuais. I. Título

CDU 371.68:333.013.6 (812.1)

JACIARA LEITE FRAZÃO

História e memória da Questão Agrária no Maranhão na década de 1980: a linguagem audiovisual como recurso para o Ensino de História

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 24/06/2020

Banca Examinadora:

Marcia Milena Galdez Ferreira

Prof. Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira (orientador(a))
(PPGHIST/UEMA)

Viviane de Oliveira Barbosa

Prof. Dra. Viviane de Oliveira Barbosa (arguidor(a))
(PPGHIST/UEMA)

Raimundo Inácio Souza Araújo

Prof. Dr. Raimundo Inácio Souza Araújo (arguidor(a))
(COLUN/UFMA)

Prof. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva (Suplente)
(PPGHIST/UEMA)

Dedico este trabalho a minha querida mãe Nilma Leite,
por ser minha maior incentivadora.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que me proporcionou a oportunidade de viver para concluir esse Mestrado. Aos desafios, as vitórias, colocados por Ele, ao longo do meu caminho, pela finalização de mais uma etapa do meu percurso acadêmico.

À minha preciosa mãe Nilma Leite, minha base. Obrigada por dividir comigo os momentos de intensas angústias, medo e incertezas. Suas palavras de amor e ânimo foram fundamentais para continuar. Agradeço por suas orações, e por tudo que fez e faz por mim.

Agradeço a minha família, em especial a minha irmã Jacqueline Leite, por me fazer sorrir quando eu queria chorar, sua alegria me faz bem. Obrigada pela força e auxílio nessa caminhada.

A meu amado Leandro Mendonça, por compreender minha ausência em muitos momentos que estive focada na pesquisa, pela paciência, companheirismo, pelas palavras de ânimo e pela torcida perene.

Aos meus sobrinhos Gustavo Inácio, Lucas Theilon, Sophia Stephany e Crisllayne Lorranny, por tornarem meus dias melhores, pelo amor e carinho em simples palavras e gestos, e por despertarem os meus mais sinceros sorrisos.

A minha professora e orientadora Márcia Milena, as palavras faltam para agradecer por todo seu apoio, orientação e dedicação nesses anos de pesquisa. Você é uma peça fundamental nesse trabalho. Agradeço por todos os conselhos, as palavras de ânimo nas muitas vezes que pensei em desistir, por ter sido em alguns momentos psicóloga, confidente, disciplinadora e acima de tudo amiga. Fico feliz por tudo que aprendi com você, pelo seu compromisso e pela competente profissional que és. Obrigada pela parceria, por toda preocupação e cuidado em distintos momentos da minha vida.

A Universidade Estadual do Maranhão e ao Programa de Pós graduação em História (PPGHIST), por toda estrutura oferecida, pelas contribuições no meu desenvolvimento enquanto pesquisadora, por ter proporcionado uma experiência única em minha vida, de cruzar o Atlântico e pelo Estágio de investigação na Universidade da Beira Interior em Covilhã- PT.

Aos professores Raimundo Inácio Araújo e Viviane Barbosa, por terem acompanhado os passos iniciais deste trabalho, por todas as sugestões e as reflexões suscitadas, e por todas as contribuições tanto no processo de qualificação, quanto na finalização desta dissertação.

Ao professor Isaac Giribet, que contribuiu significativamente em vários momentos desta pesquisa, incentivando, sugerindo leituras, propondo reflexões importantes para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

À Adriana Santos, Roseline Cardoso e Lucas Parreão, pelo companheirismo na nossa estadia em Portugal, por compartilharem o medo, as incertezas, as alegrias e os aprendizados dessa experiência que com certeza marcou nossas vidas.

As minhas amigas da graduação para a vida, Adriana Santos, Poliane Almeida e Francisca Elenildes. Os nossos momentos de descontração tornaram meus dias mais leves e foram fundamentais para persistir nesta pesquisa. Agradeço aos conselhos, aos sorrisos dispensados nos nossos lanches filosóficos, por dividir as angústias e alegrias.

As minhas amigas da vida Gislene Pereira e Daniele Rodrigues, obrigada pelo incentivo, pelas nossas conversas descontraídas, pela preocupação, pelo amor de vocês.

A Paulo Sérgio Gomes, pelo incentivo e apoio.

O meu muito obrigada a Dayane Lima, pela ajuda prestada, suas palavras doces e de ânimo. A Larissa Pimenta e José de Ribamar Lemos pelo o auxílio na pesquisa, pelas trocas e felicitações a cada conquista que compartilhamos. A Lucas Quaresma, pelas trocas de conhecimento nas reuniões do grupo RHIMAS.

A querida Leide Ana Caldas, por ser uma pessoa solícita, por todas as sugestões e pela disponibilidade em sanar as minhas dúvidas.

A Izabela Cristina Rabelo, por ser essa pessoa afetuosa, atenciosa e prestativa e pelo auxílio técnico de formatação .

Enfim, obrigada a todos que fizeram parte desta pesquisa e da conclusão de mais uma etapa da minha vida!

Esta é a história. Um jogo da vida e da morte prossegue no calmo desdobramento de um relato, ressurgência e denegação da origem, desvelamento de um passado morto e ressuscitado de uma prática presente. Ela reitera, um regime diferente, os mitos que se constroem sobre um assassinato ou uma morte originária, e que fazem da linguagem o vestígio sempre remanescente de um começo tão impossível de reencontrar quanto de esquecer. (CERTEAU, 2006, p.57)

RESUMO

A partir do final da década de 1960, diante das mudanças em curso com a Ditadura Civil-Militar, justificadas pelo discurso de modernização e desenvolvimento, aprofundadas ao longo dos anos 80 em diante, milhares de camponeses são expulsos de diversas áreas rurais dos estados brasileiros, e intensificam-se os conflitos e as contradições envolvendo a questão fundiária no país. Deste modo, esta pesquisa toma como objeto a Questão Agrária e a inserção de sua temática nas aulas de história. Assim, propomos a elaboração de um manual didático que contemple audiovisuais sobre a temática da questão agrária no Maranhão e que dialoguem com variado leque de fontes (crônica, jornal, poema, música e entrevista), como possibilidade de abordagens sobre acontecimentos históricos e contribua para a prática docente.

Palavras-chave: Ensino de História; Questão Agrária; Audiovisuais.

ABSTRACT

From the end of the 1960s, in view of the changes underway with the Civil-Military Dictatorship, justified by the discourse of modernization and development, deepened throughout the 1980s onwards, thousands of peasants are expelled from various rural areas of the Brazilian states, and conflicts and contradictions involving the land issue in the country intensify. In this way, this research takes as its object the Agrarian Question and the insertion of its theme in history classes. Thus, we propose the elaboration of a didactic manual that contemplates audiovisuals on the theme of the agrarian question in Maranhão and that dialogue with a wide range of sources (chronicle, newspaper, poem, music and interview), as a possibility of approaches on historical events and contribute to teaching practice.

Keywords: History Teaching, Agrarian Question; audiovisuals.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Participantes da 9ª edição da Jornada Nacional de Cinema.....	42
Imagem 2: Câmera Super-8.....	43
Imagem 3: Letreiro contendo as primeiras informações de Domingos Bala. Floresta à margem do Vale do Rio Caru.....	48
Imagem 4:Domingos Bala. O Deslocamento da família de Domingos Bala de Vargem Grande até a Pré- Amazônia onde o Centro do Bala.....	49
Imagem 5: Pesquisa de campo de Murilo Santos, o primeiro à esquerda.	49
Imagem 6: Dona Rosa.....	51
Imagem 7: Transporte das produções ao mercado regional.....	52
Imagem 8: Trem de escoamento do minério de ferro do Programa Grande Carajás.....	52
Tabela 1: Quadro Geral de Conflitos do Maranhão 1985-1989.....	84
Imagem 9: Capa do Livro História das Cavernas ao Terceiro Milênio.....	98
Imagem 10: Texto Complementar.....	100
Imagem 11 : Capa do Livro História Sociedade & Cidadania.....	101
Imagem 12: Para Refletir	103
Imagem 13: Título do filme Quem Matou Elias Zí?.....	109
Imagem 14: Título do filme As Quebradeiras de Dom Pedro.....	110

LISTA DE SIGLAS

ACR - Animação dos Cristãos no Meio Rural

AI- Ato Institucional

ARENA- Aliança Renovadora Nacional

CEBs - Comunidades Eclesiais de Bases

CELAM - Conferência Episcopal Latino-americana

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CN - Cinema Novo

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

Embrafilme - Empresa Brasileira de Filmes S.A

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ET- Estatuto da Terra

Gret - Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra

Laborarte -Laboratório de Expressões Artísticas

MEB -Movimento de Educação de Base

MIQCB - Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu

MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PNRA- Plano Nacional de Reforma Agrária

SNA - Sociedade Nacional de Agricultura

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SNR - Sociedade Rural Brasileira

STR -Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TDL- Teologia da Libertação

UDR - União Democrática Ruralista

UEMA-Universidade Estadual do Maranhão

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1ºCAPÍTULO: História, Cinema e Ensino.....	25
1.1 História e Cinema.....	26
1.2 O Cinema como fonte para o ensino de História.....	33
1.3 O Cinema Engajado de Murilo Santos.....	38
2ºCAPÍTULO:A Questão Agrária Contemporânea: entre disputas, consensos e conciliações.....	54
2.1 Estatuto da Terra, PNRA, UDR e Constituinte: terra e transição democrática.....	57
2.2 Um novo jeito de ser Igreja: Atuação da Igreja Católica na luta pela terra no Maranhão.....	74
3ºCAPÍTULO: Livros didáticos e audiovisuais: Memórias em disputas.....	88
3.1 Livros didáticos: História das Cavernas ao Terceiro Milênio e História Sociedade & Cidadania	90
3.2 Ensino de História: memórias, histórias, silenciamentos e disputas.....	93
3.3 (Re) construindo memórias da Questão Agrária maranhense a partir dos audiovisuais: métodos e abordagens.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	115
APÊNDICE.....	126
ANEXO.....	144

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto de uma longa caminhada acadêmica, iniciada no curso de graduação em História na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, em 2013. O mundo rural inicialmente me parecia muito distante e, de certa forma, desconhecido, tendo em vista que as pesquisas acadêmicas do Curso de História em sua maioria eram centradas em outros espaços de análise, preferencialmente nos espaços urbanos. No entanto, ao me aproximar da temática dos conflitos agrários no Maranhão, fui me conscientizando da importância de, como pesquisadora, refletir e interpretar as experiências desses sujeitos sociais que também fazem parte da História.

No trabalho monográfico de conclusão do curso, tracei aspectos da história recente do Médio Mearim-MA, dialogando com algumas pesquisas já produzidas e refletindo sobre a questão fundiária no cenário nacional e local. Foi possível no desenvolvimento da pesquisa analisar a atuação de parte da Igreja Católica, alinhada com a Teologia da Libertação, que apoiava a luta pela terra na região. Produziu-se também uma breve interpretação dos conflitos agrários ocorridos na região, e das formas de resistências empreendidas.

A pesquisa vem ganhando novas oportunidades de maturação no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão. Em virtude de ser um mestrado profissional, meu esforço enquanto pesquisadora é refletir como posso viabilizar que essa temática chegue ao meio escolar, tendo em vista que a questão fundiária é pouco trabalhada, e por vezes, silenciada nos livros didáticos. Trabalho na perspectiva de que “o termo questão agrária é utilizado para designar uma área do conhecimento humano que se dedique a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade” (STEDILE, 2013, p. 641).

Nesta pesquisa buscamos refletir acerca da problemática envolvendo a Questão Agrária no estado do Maranhão e de sua inserção no Ensino de História. Pontuamos algumas inquietações como problema investigativo, dentre eles destacamos: De que maneira a Questão Agrária pode ser abordada no ensino de história, tendo em vista a invisibilidade da temática na cultura escolar por meio dos livros didáticos?

Assim, propomos a produção de um manual didático tendo como público alvo docentes do ensino médio, especialmente da rede pública estadual, que contemple o uso de audiovisuais sobre a temática da Questão Agrária no Maranhão, como possibilidade de abordagens sobre acontecimentos históricos e a sua memória da luta pelo acesso à terra e ao babaçu livre, visando contribuir para a prática docente.

O recorte temporal de análise são os últimos anos da Ditadura Civil-Militar¹ e os anos iniciais da transição política, a chamada redemocratização, tendo em vista o acirramento de conflitos no campo maranhense durante esse período. Assim, segue abaixo a explicação acerca do termo civil-militar:

O termo “civil-militar” foi apresentado pela historiografia como forma mais precisa para adjetivar o golpe de 1964 e do regime que se seguiu. Ao contrário de uma mera ação de Forças Armadas, tal adjetivo visa lembrar que também parte dos civis apoiou o golpe e participou da condução do processo político entre abril de 1964 até 1985, quando a maior parte da historiografia localiza o fim daquela ditadura. (MELO, 2012, p.39).

Destacaremos como marco de análise: o Estatuto da Terra (1964), I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985), a criação da União Democrática Ruralista (1985) e a Constituinte em 1988. Nesse contexto, a violência no campo foi intensificada, sobretudo, contra aqueles que ameaçavam uma suposta “ordem” do Estado, que sofreram ações truculentas e incomensuráveis de um modelo de governo que operava em favor do grande capital. Seus desdobramentos ainda podem ser sentidos, mesmo após vinte anos da Ditadura Civil- Militar.

Dessa forma, o estudo da Questão Agrária no Maranhão na década de 1980 é relevante, pelo próprio apagamento da temática nos espaços escolares, e por ser uma década marcada por intensas disputas das terras públicas do estado, com números significativos de diversas formas de violência no campo maranhense. A proposta é elaborar um manual didático que forneça ferramentas para professores do ensino médio que lhes possibilitem a partir do uso de audiovisuais refletir de forma crítica sobre a situação do campo no Maranhão, estado com grandes extensões de terra concentradas nas mãos de poucos, e palco de intensos conflitos agrários.

Portanto, escolhemos o trabalho do cineasta Murilo Santos², uma figura expoente para a cinematografia maranhense ao deixar um legado que tomamos como referência para refletir sobre o meio rural, temática que é corrente em suas produções. Nessa perspectiva

¹Utilizo o termo Civil, considerando a participação de parcela da sociedade civil, tanto na gestão do golpe como na administração da Ditadura. MELO, Demian Bezerra de. **Ditaduras"Civil-Militar"?:Controvérsia Historiográficas sobre o Processo Político Brasileiro no Pós-1964 e os Desafios do Tempo Presente.** Espaço Plural, Ano XII, nº 27, 2º Semestre 2012. p.39-53.

² Professor Assistente do - Departamento de Artes Visuais da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão. Possui graduação em Educação Artística pela Universidade Federal do Maranhão (1985). Experiência na área de Artes, com ênfase em Cinema, atuando principalmente nos seguintes temas: campesinato - Maranhão, educação popular, etnografia, fronteira - pré-amazônica maranhense, pesquisa antropológica e agricultura familiar além de atuar como fotógrafo e cineasta. Pesquisa principalmente temas voltados para a Cultura Popular; cinema engajado, educação popular, conflitos agrários, Imagem e memória. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>>. Acessado em 20/04/2019.

trabalhamos com a obra *Bandeiras Verdes* (1988), que será inicialmente analisada com a proposta de situar o leitor sobre o trabalho de Murilo Santos e acerca do seu envolvimento com temas relativos à temática agrária, uma obra de grande relevância para compreensão dos processos que envolvem o meio rural.

As duas outras obras respectivamente: *Quem matou Elias Zi* (1986) e *As quebradeiras de Dom Pedro* (2016)³, constituíram o produto dessa dissertação. A escolha dessas obras levou em consideração serem obras produzidas por Murilo Santos, que fossem de fácil acesso, podendo ser encontradas na plataforma Youtube, e tratam-se de temáticas voltadas para o campo.

Nesse sentido, essa pesquisa apresenta-se como relevante no âmbito social, cultural e político, tendo em vista a importância da reflexão sobre a Questão Agrária no cenário nacional, sobretudo no Maranhão, possibilitando um olhar crítico aos fenômenos políticos e sociais, às disputas em torno dos projetos que norteiam o país, às evocações de retóricas de novos e velhos representantes da elite rural, e suas estratégias de dominação e perpetuação das estruturas de poder. Assim como uma luta história das famílias camponesas que buscaram formas de resistir ao processo de expropriação de terra, constituindo o estado em um espaço de intensas disputas pelo acesso e permanência na terra.

Trabalho na interface da história social com a história política e a história cultural, buscando compreender as relações sociais que os múltiplos sujeitos vão construindo no Maranhão, suas hierarquias, tensões e conflitos, bem como suas interpretações e ações diante da conjuntura política da década de 1980, especialmente acerca das discussões travadas sobre reforma agrária e das representações elaboradas e memórias instituídas acerca de sua história de vida e de trabalho e das relações construídas em torno da terra e da luta pela terra e pelo acesso aos babaçuais.

Trabalho com o conceito de representação que segundo Roger Chartier é: “imagem presente e um objeto ausente” (CHARTIER, 1991, p.184). Isso permite analisar as representações feitas pelos diversos sujeitos envolvidos em torno da Questão Agrária e das suas contradições, assim como eles percebem sua realidade, a partir das leituras e interpretações construídas ao longo de suas experiências.

[...] Por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que supõem uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa. Na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto

³ Essas obras filmicas serão analisadas de forma detalhada no terceiro capítulo dessa dissertação e no produto.

ausente substituindo-lhe uma “imagem” capaz de repô-lo em memória e de “pinta-lo” tal como é. (CHARTIER, 1991, p.184)

Outro conceito pertinente é o de *apropriação* cunhado por Roger Chartier: “A apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem.” (CHARTIER, 1991, p.180). Essas apropriações do discurso passam por disputas e diferentes usos que tem reverberado nas mais distintas interpretações sociais.

A escrita da história como bem salienta Michel de Certeau (2006), é uma operação de elaboração de um discurso sobre o passado. Refletir sobre o mesmo, é caminhar em área movediça que nos coloca entre incertezas, mas por outro lado, nos permite enveredar por outros elementos constituintes da prática de construção da história humana, em que os discursos são apropriados socialmente:

A outra tendência privilegiada a relação do historiador com vivido, quer dizer, a possibilidade de fazer reviver ou de “ressuscitar” um passado. Ela quer restaurar um esquecimento e encontrar os homens através dos trabalhos que eles deixaram. (CERTEAU, 2006, p.46)

Opto pela abordagem da História Social como um caminho profícuo para compreender as relações sociais, os atores envolvidos e as dinâmicas referentes à Questão Agrária no cenário nacional, sobretudo seus impactos no Maranhão, estado em que as contradições sociais são perceptíveis quando o tema é a problemática da luta pela terra, e que apresenta número elevado em termos de concentração de terras e de violência extrema no campo. Nesses termos:

[...]As repercussões sociais dos fatos políticos e econômicos, seja nos grupos específicos ou em um conjunto mais amplo, devem ser também objetos privilegiados para os historiadores sociais. [...] Não é o tipo de fato – político, econômico, social ou cultural por definição – o que define uma sub-especialidade da História, mas sim o enfoque que o historiador dá a cada um destes tipos de fatos. (BARROS, 2005, p 14)

Ao optar pelo campo da História Social, intento salientar os processos, os conflitos, a sociabilidade entre os sujeitos, as possíveis transformações e permanências nas relações sociais vivenciadas no meio rural. José D’Assunção Barros (2015), analisa a História Social como um campo de conhecimentos histórico, salientando suas abordagens, usos, objetos, entre outros elementos. O autor enfatiza a importância desse campo ao apontar o

diálogo com outras áreas do conhecimento, a interdisciplinaridade é um fator importante ao refletirmos sobre a História. Neste sentido, a História Social é uma: “[...] dimensão historiográfica” (BARROS, 2015, p. 10). Os trabalhos voltados pelo viés da História Social tem enveredado por caminhos diversos e profícuos de pesquisas históricas.

As transformações que ocorreram no século XX, com a Escola dos Annales, que possibilitou mudanças significativas no modo de investigação no campo da história, com alargamento de fontes, temas e problemas investigativos, o que reverberou em um novo olhar historiográfico, ao considerar outros pressupostos, como a vida cotidiana, os diversos sujeitos históricos, os vários registros das ações humanas, entre outros elementos que passam a ser acionados na investigação. Nas palavras de Castro:

A revista e o movimento fundados por Bloch e Febvre, na França, em 1929, tornaram-se a manifestação mais efetiva e duradoura contra uma historiografia factualista, centrada nas ideias e decisões de grandes homens, em batalhas e em estratégias diplomáticas. Contra ela, propunham uma história-problema, viabilizada pela abertura da disciplina às temáticas e métodos das demais ciências humanas, num constante processo de alargamento de objetos e aperfeiçoamento metodológico. A interdisciplinaridade serviria, desde então, como base para a formulação de novos problemas, métodos e abordagens da pesquisa histórica, que estaria inscrita na vaguidão oportuna da palavra 'social', enfatizada por Febvre, em *Combates por la história*. (CASTRO, 2001, p.41).

Diante das novas possibilidades com a renovação historiográfica, nasce uma História Social, “vista de baixo”, tendo como precursor Edward Palmer Thompson. Utilizo seus trabalhos por considerá-los inspiradores para analisar as relações sociais, e as formas que as experiências das classes operárias são moldadas na própria “práxis”. Dessa forma, busco compreender os conflitos que envolvem a temática da questão agrária, os embates e as formas de resistências empreendidas nas experiências camponesas.

O novo olhar da historiografia para as camadas sociais “vistas de baixo” é fruto dessa nova postura, em que o foco não é mais direcionado para os grandes personagens e seus feitos, e sim para o cotidiano de uma “massa” de trabalhadores que contam e fazem história, assim: “a massa passou a ser o objeto central, sendo estudado dentro da política, que perpassa por diversos campos da sociedade, buscando analisar suas transformações e oscilações” (FERREIRA, 1992, p.268).

Como categoria de análise, trabalho com o termo posseiro⁴. À luz de Airton Pereira⁵:

Eram considerados posseiros os trabalhadores rurais que há muito tempo ocupavam áreas devolutas, tidas como posses antigas, que não apresentavam contestação por qualquer pessoa e nelas fizeram moradas habituais de suas famílias. Contudo, uma outra experiência social começa a sobrepor-se a essas práticas mais antigas. Trabalhadores rurais, sobretudo migrantes de outras regiões do país, que lutavam pela terra, que fossem aqueles que disputavam áreas de terras devolutas consideradas novas, simultaneamente com empresários, fazendeiros ou comerciantes também migrantes, quer fosse aqueles que ocupavam imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos, passaram a ser vistos também como posseiros. Ou seja, os trabalhadores rurais apropriaram-se de uma designação até então usada para significar os ocupantes de terras devolutas consideradas antigas para ajustar-se a uma nova situação ou prática social. Esta apropriação atualizada do conceito de posseiro ganha uma dimensão política inusitada na luta pela terra no Brasil (PEREIRA, 2013, p.11-12).

Como metodologia de trabalho dialogo com fontes escritas, entre elas: fragmentos de jornais catalogados pela Comissão Pastoral da Terra e Caderno de conflitos da Comissão Pastoral da Terra nos anos de 1985-1989. Trabalhamos com os audiovisuais *Bandeiras Verdes (1988)* e *Fronteiras de Imagem (2009)*, de Murilo Santos. Serão abordadas de forma mais detalhada no produto final dessa dissertação, a crônica do Frei Franciscano Adolfo Temme⁶; o poema *Sabiá da Mata* retirado do filme *Quem matou Elias Zi?* (1986); a letra da música *Xote das quebradeiras de coco*, de João Filho.

Ainda será trabalhado com às fontes orais (entrevistas abordadas nos documentários, entrevista com o Frei Adolfo Temme, entrevista realizada com Murilo Santos⁷ e trecho de entrevista de Maria de Jesus Bringelo⁸, liderança do Movimento Interestadual das Quebradeis de Coco Babaçu - MIQCB) e os audiovisuais *Quem matou Elias (1986)* e *As*

⁴Cf. LUNA, Regina Celi Miranda Reis. **A terra era liberta**: um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré-MA. São Luís: UFMA/ Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, 1984. Termo que utilizo no decorrer do trabalho de forma indistinta, assim como camponês, Trabalhador rural, apesar de entender que o termo “posseiro”, é que melhor atende a proposta trabalhada.

⁵Cf. PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará**: migração, conflito e violência no campo. 2013. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

⁶Sua experiência pastoral inicia-se em 1978 na região do Médio Mearim, em uma desobriga (visita pastoral pelas comunidades do interior para realização de dogmas da Igreja Católica como: casamentos, batizados) durante vinte dias pelas comunidades de Lago da Pedra. No decorrer dessa viagem, escreveu em alemão um diário de desobriga, em que conta a vivência e as histórias com que teve contato durante a viagem. Foi publicado para o Português em 2011, com o nome *Mala de Couro*. Ver TEMME, Adolfo. **Mala de Couro- diário de uma desobriga**. Teresina: OFM, 2011. 94 p.

⁷ Em decorrência da Pandemia da COVID-19, a entrevista foi realizada em forma de questionário, e as respostas enviadas através de áudios por Murilo Santos.

⁸ Essa entrevista foi realizada pela professora Prof. Dra. Viviane de Oliveira Barbosa. Cf. BARBOSA, Viviane Oliveira. **Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão**. 2013. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013, p.172.

quebradeiras de Dom Pedro (2016), obras filmicas de Murilo Santos. Essas fontes serão analisadas tanto na dissertação quanto no produto final, conforme a necessidade. Utilizaremos essas documentações como meios de acesso às experiências dos camponeses maranhenses e as questões pertinentes à temática agrária no estado.

Destarte, historiadores munidos de conceitos, métodos e técnicas, dialogam com os vestígios humanos, buscam construir sentidos e inteligibilidade das experiências e discursos produzidos em uma relação temporal. A operação historiográfica é uma relação ininterrupta entre os vivos e os mortos. “Assim, fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não para de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas” (CERTEAU, 2006, p.46).

Foram analisadas notícias de jornais da década de 1980, considerando um momento de acirramento no tocante à questão fundiária no país. Delimitamos os jornais: *O Estado do Maranhão*, *O Imparcial*, *Diário do Norte* e *Jornal de Hoje*, disponíveis no acervo da Comissão Pastoral da Terra. Consideramos importante mapear as diferentes posições dos jornais; é preciso estar atento aos discursos proferidos, à intencionalidade de quem produziu o artigo, aos interesses internos e externos, dentre uma gama de elementos a serem analisados e ponderados. Entende-se que os jornais são como uma arma eficaz para formação de uma opinião pública, conforme segue explicação abaixo:

[...] A imprensa oferece amplas possibilidades para o estudo da história porque nela fica registrada a vida cotidiana de uma sociedade em seus múltiplos aspectos, o que permite ao historiador compreender como viveram os indivíduos de outras épocas, não só os “ilustres”, mas também os sujeitos anônimos (CAPELATO, 2015, p.115).

Assim, no intuito de propor outro olhar sobre a história, trabalharemos com fragmentos de jornais da década de 80 para mapear os conflitos e as formas de representações envolvendo a temática da questão agrária. Maria Helena Capelato (2015), salienta que a análise dos jornais requer um trabalho crítico de reflexão, pois são construções elaboradas em determinada época e com interesses estabelecidos. Dessa forma, utilizo notícias de jornais em circulação no Maranhão, dando ênfase às narrativas sobre a Questão Agrária na década de 1980, sobretudo analisando elementos que colaboram para a intensificação dos conflitos representados nos periódicos.

Não intentou-se um olhar ingênuo de imparcialidade na sua feitura, mas a sua potencialidade na construção e estudo sobre o passado, conforme análise de Capelato sobre o jornal:

A análise do jornal como fonte e objeto pressupõe uma avaliação crítica desse documento, o que implica sua desconstrução. Nesse processo, devem-se considerar as circunstâncias históricas em que a análise foi produzida, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores (CAPELATO, 2015, p.115).

Maria Helena Capelato (2015), também nos convida a refletir sobre a influência do poder do capital na imprensa, ao sinalizar para a transformação dos jornais em empresas lucrativas, o que demarca a interferência no que é publicado e quais interesses defendem, tendo em vista, o envolvimento financeiro e os compromissos assumidos com os patrocinadores. Assim, são diversos os poderes que direta ou indiretamente atuam e assumem posições nos jornais.

A circulação de notícias veiculadas nos jornais tem um grande peso social ao construir uma opinião pública que embasa as leituras e as interpretações de determinados fatos, tanto de forma negativa quanto positiva. Logo, é preciso propor reflexões sobre as implicações da interferência do poder privado nesse agente político, que influência e “forma” a opinião do público leitor.

Nas notícias veiculadas nos jornais de grande circulação os trabalhadores rurais são representados como arruaceiros e violentos, uma memória oficial que vai sendo construída pelo empenho e controle por parte do Estado. No entanto, as narrativas que se contrapõem são marcadas por *lutas políticas pela memória*, utilizando o termo de Jelin (2002), ao explodir outras memórias e reivindicações narrativas sobre o passado que se dão a conhecer em contextos propícios para tal feito. Lutas passam a ser travadas pela legitimidade de quem narra e do que é narrado.

Os militantes da memória, como assim os denominam, tem um papel importante na construção de novas memórias, reivindicando seus espaços. As lutas pela memória são ressignificadas a partir de novas interpretações. Por conseguinte, trabalharemos com a abordagem da história oral como um método de pesquisa (CRUISKSHANK, 2006). Isso permite interpretar e analisar os processos históricos, a partir dos pressupostos das narrativas daqueles que participaram ou testemunharam os acontecimentos históricos de determinada conjuntura.

Assim, recorreremos a essa metodologia não como forma de contar o “real”, mas uma interpretação dos sujeitos que concebem o passado, de uma forma e não de outra, a partir do presente, silenciando e selecionando o narrado. Para melhor compreensão disso segue uma abordagem sobre história oral:

A História Oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade. Nesse sentido, ela está afinada com as novas tendências de pesquisa nas ciências humanas, que reconhecem as múltiplas influências a que estão submetidos os diferentes grupos no mundo globalizado (ALBERTI, 2005, p.164).

Assim, concebemos o ato narrativo como um fenômeno aberto às múltiplas interpretações. Dessa forma, ao ser utilizado como uma metodologia, propomos que o leitor desse trabalho esteja livre para produzir seu próprio entendimento sobre a questão agrária. Não intentamos produzir uma explicação homogênea e única, e muito menos direcionar o leitor para um determinado olhar enviesado e autoexplicativo desta experiência. Como pesquisadora, busco tornar públicas as interpretações da Questão Agrária no Maranhão através das narrativas utilizadas no decorrer dessa pesquisa, como bem coloca Walter Benjamin:

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão — no campo, no mar e na cidade —, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. (BENJAMIN, 1994, p.205)

Desse modo diálogo com os trabalhos de Verena Alberti (2005); Michel Pollak (1989), Alessandro Portelli (1996) e Maurice Halbwachs (2006) que nos permitem refletir sobre as formas como o passado é concebido, as disputas relativas à instituição de uma determinada memória, campo altamente perpassado pelo silêncio e pelo esquecimento, as várias representações acionadas nas narrativas, selecionando e ordenando a mesma. Assim, entendemos o campo da História Oral, enquanto complexo e plural, com desdobramentos profícuos para o conhecimento histórico.

No primeiro capítulo, traçamos a relação entre Cinema e História pontuando as transformações decorrentes desses campos ao longo do século XX, e os possíveis diálogos e seus usos no ensino de História, com ênfase para a temática da questão agrária. Discorreremos sobre a incorporação do Cinema no ensino de História, enquanto fonte em potencial que possibilite outras leituras dos processos históricos. Por fim, propomos uma análise sobre as produções cinematográficas maranhense, destacando o papel e a importância dos trabalhos de Murilo Santos.

No segundo capítulo, será realizada uma reflexão sobre a temática da questão agrária pontuando como eixo reflexivo: o Estatuto da Terra, aprovado em 1964; o Plano

Nacional de Reforma Agrária (PNRA), aprovado em 1985; a criação da União Democrática Ruralista (1985) e a Constituinte em 1988. Salienta-se acerca de algumas transformações políticas, sociais e econômicas, que impactaram a questão agrária no país. Pontuara-se também, os diversos sujeitos envolvidos, às formas de violências e estratégias de resistência no campo maranhense.

No terceiro capítulo, busca-se analisar como a temática da questão agrária vem sendo trabalhada nas aulas de história, partindo da reflexão sobre a história enquanto disciplina formadora de uma consciência crítica e de uma identidade social. Será pontuado também o uso da memória e do esquecimento no tocante à temática agrária, tomando como fonte de análise inicial o livro didático, espaço de disputa social e, por excelência, um lugar de memória.

Adotara-se dois livros didáticos para análise, o primeiro da coleção *História das Cavernas ao Terceiro Milênio* e o segundo da coleção *História Sociedade & Cidadania, A*. A escolha das coleções levou em consideração dois critérios: ser adotado para o 3º ano do ensino médio da rede pública estadual do Maranhão, e segundo, que tivesse sido aprovado no PNLD de 2018. Após a escolha dos livros didáticos, optamos por selecionar de forma detalhada os conteúdos que abordam a temática agrária no recorte proposto, inicialmente a década de 80, mas que também dialoga com as décadas posteriores.

Serão pontuadas também questões como: o mercado rentável das coleções, às disputas de interesses daqueles que forjam e incidem diretamente na feitura dos livros, os relevantes processos de seleção das obras aprovadas pelo Plano Nacional do Livro Didático, entre outros pontos significativos para se repensar sua produção, distribuição e seus impactos no meio escolar. No percurso investigativo, pontuara-se também o diálogo com a historiografia sobre o tema e os conteúdos abordados no livro didático.

No segundo momento, objetiva-se refletir sobre a relação entre cinema e história, a sua aplicação no ensino de história e possíveis abordagens metodológicas. Dessa forma, pontuaremos o percurso de elaboração do manual didático que tomará como referência as produções de José Murilo Santos, no intuito de colaborar com a prática pedagógica a partir do uso de fontes audiovisuais como um caminho que possibilite refletir sobre a questão agrária no Maranhão contemporâneo, por professores do ensino médio da educação básica estadual e fomentar ferramentas para o ensino de história.

Da mesma forma trabalhara-se os critérios de elaboração do produto, as escolhas dos documentários e os temas relacionados a essa análise, que farão parte da composição do manual didático proposto. Entre as escolhas: *Quem matou Elias Zi?* (1986); *As Quebradeiras*

de Coco de Dom Pedro (2016). Trabalhar-se com a linguagem audiovisual como uma fonte de compreensão histórica que constitui uma nova perspectiva da história, e assim, outra instituição de memória. Contra-pondo-se ao patronato rural, destaca-se a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do apoio de parte do clero ligado à Igreja Católica, entre outros envolvidos que objetivam levantar a bandeira da luta pela terra.

Dessa forma, intenta-se, através das interpretações sobre as documentações analisadas nessa pesquisa, reconstituir os percursos históricos da questão agrária no Maranhão na década de 1980, pontuando a resistência ao latifúndio e aos seus cúmplices, que contaram com o apoio dos agentes do Estado, Poder Judiciário, dentre os outros inúmeros sujeitos que participaram dessa teia que compõem tanto a esfera política, como daqueles detentores do poder econômico. Assim, como as formas de resistência que foram sendo forjadas e reinventadas por uma população camponesa, na teia de disputas pelo acesso e permanência na terra.

1º CAPÍTULO: História, Cinema e Ensino

Nosso esforço, empreendido em trabalhar com o uso do cinema no ensino de história é desafiador, diante de um público cada vez mais cercado de grandes mídias, em que as informações circulam de uma forma frenética. Valer-se de recursos audiovisuais requer um olhar atento e sensível dos professores para a sua utilização enquanto fonte no ensino de História, principalmente com determinadas temáticas que são bombardeadas e negativadas.

Entende-se que a utilização de mídias audiovisuais em sala de aula é uma porta que se abre ao conhecimento. Dessa forma, busca-se possibilitar uma leitura crítica da sociedade, já que: “quando levamos o documentário à sala de aula, como já foi dito, é preciso colocar como uma das prioridades a formação de uma mentalidade crítica por parte dos estudantes” (SOUZA, 2011, p.4)⁹. Pois, aquela narrativa fílmica desdobra-se em múltiplos significados, conforme a recepção e decodificação da mensagem por cada aluno, o que não deixa de estar atrelado ao meio cultural e social do sujeito.

A reconstrução do passado é um exercício por vezes instigante, pois reabre feridas aparentemente cicatrizadas. Por outro lado, as cicatrizes não nos deixam esquecer de todo essas vivências de outrora, que interpretadas à luz do presente, problematizam determinada narrativa histórica. Assim, voltar ao passado incide em olhar para a história a partir de outros pressupostos e inscrever com “novos personagens” que narrem e projetam outra leitura do passado.

A história está, pois, em jogo nessas fronteiras que articulam uma sociedade com o seu passado e o ato de distinguir-se dele; nessas linhas que traçam a imagem de uma atualidade, demarcando-a seu *outro*, mas que atenua ou modifica, continuamente, o retorno do ‘passado’. (CERTEAU, 2006, p.48)

Logo, o medo de ressuscitar os mortos do passado assombra aqueles que reconhecem o potencial de exercitar ou de acionar determinadas memórias, que a todo custo foram colocadas no limbo da história, que trazem à tona o que já parecia estar superado e suscita uma outra escrita da história através do conhecimento proporcionado pelos audiovisuais.

Dessa forma, refletir sobre a história e a memória da Questão Agrária no Maranhão torna-se de suma importância pelo próprio desconhecimento e invisibilização nos debates escolares. É um convite instigante feito ao público escolar de interpretar a partir das imagens

⁹ O trabalho de Thyago de Souza (2011) faz pontuações interessantes sobre o avanço da tecnologia e do crescente número de consumidores das mídias informativas. O público escolar não fica fora do poder midiático, que como sinaliza o autor, é preciso refletir como possibilitar diálogos com esses meios no campo do ensino.

e dos sons produzidos, uma leitura da própria história do estado para compreensão dos processos históricos.

1.1 História e Cinema

Os processos de mudanças ocorridos no campo da História, como desdobramentos das próprias reflexões propostas pela Escola dos Annales (1929), são importantes balizas para a compreensão de um fazer histórico, colocando-se contra um modelo tradicional positivista que negava outras experiências humanas até então relegadas da história. Assim, a proposta de uma história-problema traçaria novas nuances de fontes, metodologias, novos objetos investigativos.

Outro elemento significativo é a utilização de outras linguagens no fazer histórico e, posteriormente, no ensino de História, sendo utilizadas como ferramentas para a construção do conhecimento, objetivando aos alunos a construção de uma consciência histórica, social e humana. Segue abaixo uma explanação sobre o final da década de 70 na visão de Abud:

O final da década de 70 e o início dos anos 80 de século passado foram marcados por mudanças de paradigmas e por novas propostas para a construção do conhecimento histórico. [...] A História como disciplina escolar também é histórica. Isto é, também ela, como campo de conhecimento, passa por mudanças e transformações que a fazem filha do seu tempo. As novas abordagens, os novos objetos, outras fontes, outras linguagens, foram se incorporando ao ensino da História (ABUD, 2003, p.184).

Diante das transformações em curso e da própria discussão sobre os paradigmas da História, a utilização de novas linguagens tem se apresentado como necessária, em uma sociedade que se alimenta de novas tecnologias de forma acelerada, em que o novo atrai cada vez mais o público escolar que também muito consome essas inovações. Tornar o ensino de história importante para os alunos tem sido um desafio perante tantas concorrências midiáticas, no entanto, precisamos estar preparados para trabalhar com as novas linguagens, que tem sido bem recebidas por uma parcela de professores que as utilizam no intuito de somar para a melhoria do ensino, que ganha em qualidade e diversidade.

A utilização de audiovisuais pode ser vista para uma parcela do corpo escolar e dos próprios alunos como distração. No entanto, não utilizá-lo é negar que outras possibilidades cheguem aos alunos. Dessa forma, refletira-se sobre a relação da linguagem cinematográfica como uma narrativa no campo da História, em uma relação de constante dinamicidade. O ofício do historiador é perpassado pelo diálogo com outros campos do saber.

Lara Pereira (2015), considera que essa relação citada acima se dá pelo cultivo de vários profissionais que flertam com a História, entre eles, podemos considerar os cineastas

que direta ou indiretamente escrevem a História e produzem fontes em potencial. Assim: “A escrita da História é construída, não apenas, por palavras, mas também, por imagens. Seus arquitetos são homens e mulheres que a manuseiam por ofício ou por arte” (PERREIRA, 2015, p.39). A relação entre cinema e história se entrelaça ao longo do século XX, em uma leitura do cinema enquanto expressão artística e com um teor político em sua narrativa sobre registros cotidianos da sociedade.

No final do século XIX tínhamos como marco inicial do cinema, as exibições dos filmes: *A saída da Fábrica Lumière* em Lyon e *A chegada de um trem à estação Ciotat*, dos irmãos Lumière, tido como pai do cinema. Essas produções tem uma perspectiva documental, ao registrar aspectos do cotidiano em uma relação inicial de registro do real. O fascínio que as imagens em movimento despertaram no público, sinaliza as impressões e o poder que uma imagem pode suscitar.

William Meirelles (1997) busca apontar a importância do cinema para o estudo da História como um campo de possibilidades. Pontua que uma das pretensões humanas era de conseguir representar o mundo através de imagens ao longo do tempo, talvez isso possa sintetizar o possível espanto e admiração diante da primeira sessão de cinema, resultado de invenção do cinematógrafo pelos irmãos Lumière no final do século XIX (FERREIRA, 2018). Quanto a este assunto:

A primeira sessão de cinema materializava um dos sonhos do homem, o de captar, fixar e poder reproduzir o mundo com uma fidelidade nunca antes alcançada. Representar o mundo e fixá-lo através de imagens é uma forma de comunicação utilizada pelos homens que se perde no tempo (MEIRELLES, 1997, p. 113).

O Cinema foi pensado, inicialmente, enquanto entretenimento voltado para um público consumidor de divertimento, tornou-se um instrumento que visa o interesse das grandes produtoras, em sua maioria, sediadas nos Estados Unidos, que domina a produção industrial cinematográfica. Como afirma Rodrigo Ferreira (2018, p.27-31), o consumo cinematográfico no Brasil data do início do século XX, ainda que o público consumisse, sobretudo produções estrangeiras, principalmente do mercado norte-americano. Contudo, articulações passam a ser feitas no intuito de obter produções brasileiras para compor o mercado promissor que se pretendia criar, com uma possível indústria cinematográfica no Brasil.

Assim, pensar o cinema é propor um novo olhar para as leituras da realidade através da via filmica. Os autores Octavio Getino e Fernando Solanas (1969), nos fazem uma provocação ao refletir sobre novas perspectivas de instrumentalização do cinema, como viés

de libertação dos países colonizados e neocolonizados, torna-se uma experiência instigante em um mercado de produção dominado por um modelo unilateral de visão de mundo:

Una situación histórica nueva a un hombre nuevo naciendo a través de la lucha antimperialista demandaban también una actitud nueva y revolucionaria a los cineastas de nuestros países e incluso de las metrópolis imperialistas. La interrogante de si un cine militante era posible antes de la revolución comenzó a ser sustituida en grupos aún reducidos por el si era o no necesario para contribuir a la posibilidad de la posibilidad de la revolución. A partir de una respuesta afirmativa, el proceso de las posibilidades fue encontrando su incipiente cauce en numerosos países. (GETINO; SOLANAS, 1969, p.2)

Os autores acima sinalizam que um novo homem estava nascendo permeado das próprias experiências anti-imperialistas, os próprios cineastas foram experimentados pelos novos ventos de mudanças, passando a criticar o olhar “dominante” sobre a cultura, e como isso incide na forma como olhamos para as nossas expressões artísticas como subalternas. O poder que os valores e as culturas dos países imperialistas têm operado na nossa cultura é tamanho, levando ao desastre de reconhecimento da nossa própria identidade através da cultura do outro. Para Octavio Getino e Fernando Solanas:

La cultura de un país neocolonizado, al igual que el cine, son solo expresiones de una dependencia global generadora de modelos y valores nacidos de las necesidades de la expansión imperialista. “Para imponerse, el neocolonialismo necesita convencer al pueblo del país dependiente de su inferioridad. Tarde o temprano el hombre inferior reconoce al hombre con mayúsculas; ese reconocimiento significa la destrucción de sus defensas. Si quieres ser hombre, dice el opresor, tienes que ser como yo, hablar mi mismo lenguaje, negarte en lo que eres, enajenarte en mí. (GETINO; SOLANAS, 1969, p.3-4).

O cinema vem sofrendo direta e indiretamente interferências, ao ser dependente de uma lógica dominante, tendo à frente os americanos, que ditam modelos de filmes a serem produzidos a um público consumidor e que partilhe das ideias de dominação imperialista. Um dos problemas significativos para o cinema dependente, são as construções e desconstruções do outro a partir de uma lógica imperialista. O cinema utilizado como instrumento revolucionário, desconstrói e constrói as representações que até então eram tidas como incontestáveis. É um cinema ação, que nos convida a transformar as visões sobre o outro, a partir do tema abordado.

O cinema na sua dinâmica também propõe uma ação. O homem ao acionar os elementos técnicos da modernidade ao representar sua cultura e os elementos sociais que falam de um dado momento, mas que ao mesmo tempo configura uma questão social latente dos problemas enfrentados pelo sujeito no seu próprio tempo. Assim, o cinema torna-se um meio técnico de apropriação do homem sobre suas inquietações.

Nas palavras de Costa (2015, p.31): “[...] a narrativa filmica não está só na forma que o sujeito moderno se apresenta diante da máquina, mas, como ele representa o mundo por meio dela”¹⁰. O cinema brasileiro ao nascer no processo de construção de uma modernidade técnica teve no Cinema Novo e no Cinema Marginal, entre outras experiências, uma base para um jovem cinema brasileiro que ao longo do século XX foi construindo e reinventando suas características, em uma forma experimental de fazer cinema.

Na segunda metade do século XX, essas produções passam a ser influenciadas pelo que ficou conhecido como Cinema Novo, configurou-se em mudanças significativas na estética cinematográfica, seja em sua forma narrativa, voltando-se para ambientes externos, incorporação de novas temáticas, voltava-se para questões sociais e políticas da realidade brasileira, entre outros aspectos que passam a ser acionados no modo de fazer cinema. Esse novo fazer cinematográfico lança as bases para o Cinema Novo.

O Cinema Novo demarca uma experiência cinematográfica que surge nos anos 60, ao criticarem a concepção de cinema tradicional vigente, e ao buscarem instituir uma estética perpassada pelo “cinema de autor” e orçamentos a baixo custo. Um fazer cinema artístico, pulsante e desafiador, que refletisse a realidade brasileira passou a ser um dos objetivos inerentes a experiência dos jovens cineastas. Um cinema que se apresentava enquanto crítico das questões sociais e propôs uma militância política. Dessa forma podemos compreender o contexto e os marcos temporais dessas produções que buscavam romper com o cinema tradicional.

No início dos anos 60, o Cinema Novo expressou sua direta relação com o momento político em filmes onde falou a voz do intelectual militante, sobreposta à do profissional de cinema. Assumindo uma forte tônica de recusa do cinema industrial — terreno do colonizador, espaço de censura ideológica e estética —, o Cinema Novo foi uma versão brasileira de uma política de autor que procurou destruir o mito da técnica e da burocracia da produção, em nome da vida, da atualidade e da criação. (XAVIER, 2001, p. 62-63)

O cinema experimental ou cinema de autor, buscou criticar questões de cunho social, econômico e político do país, em um processo de conscientização do atraso e do subdesenvolvimento, assim como, às reivindicações por mudanças, em alguns casos de forma mais radical, tornaram-se expressivos no campo do cinema de contestação e resistência. O trabalho de Ismael Xavier (2001), é uma obra de relevância para a compreensão da estética

¹⁰ Alexandre Costa (2015) analisa em seu trabalho a narrativa das produções cinematográficas maranhenses da década de 70 e 80 a partir de quatro produções filmicas: *Periquito Sujo* (1979); *Greve da meia passagem* (1980); *Quem matou Elias Zi?* (1986) e *Bandeiras Verdes* (1988), buscando refletir sobre as representações e a identidade cinematográfica a partir do conceito de *tríplice mimesis*, na perspectiva de Paul Ricoeur.

cinematográfica dos anos 60 a 90. Busca traçar elementos significativos para o entendimento de visões acerca do cinema brasileiro. Pontua também, o percurso do cineasta Glauber Rocha, um dos expoentes na nova forma de fazer cinema no Brasil. Seu estilo é marcado pelo peso dado ao político e ao social, marcas de suas produções. O autor vai mapeando o percurso do cinema moderno brasileiro, pontuando as diferentes experiências estéticas que foram sendo gestadas.

À autora Isabel Augusto (2012) analisa o movimento do Cinema Novo como elemento fundamental para o entendimento intelectual e artístico nacional. Sinaliza para um processo cinematográfico no Brasil nos anos 60, que recebeu influências do Neo-realismo, porém se reinventou dentro da sua própria realidade absorvendo como também criando suas próprias dinâmicas. Um processo de resistência e libertação de um movimento cinematográfico inovador que buscou romper com o modelo vigente de se fazer cinema. Nas palavras de Augusto (2012, p. 194): “pois a ‘*vague*’ brasileira, ou seja, o Cinema Novo, possui dinâmicas próprias, embora faça parte de um fenômeno maior do cinema moderno que, portanto, trabalha no eixo da ruptura”. É interessante sinalizar para a construção da própria identidade nacional que estava em jogo, ao serem criticados determinados discursos e estruturas sociais até então “consolidadas”.

O Cinema Novo é um movimento que nasce com a proposta de modificar a produção cinematográfica, a partir de uma renovação da linguagem fílmica e abordando novos temas, incluindo aspectos no âmbito social, da economia e da política, trazendo um olhar para outras demandas enfrentadas no Brasil. Abordava temas que revelassem o Brasil em sua condição de país subdesenvolvido usando uma linguagem cinematográfica característica reproduzida a baixo custo.

Tendo como expoente o cineasta Glauber Rocha, que publica o texto *Estética da fome*, uma manifestação crítica à situação econômica e social do país. A sua frase celebre: “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”, demarca a autonomia que passa a ser reivindicada pelos cineastas nas suas produções independentes. Posicionamentos políticos e ideológicos são acionados por cineastas nas suas feitura filmicas ao representar a realidade brasileira.

Como considera Fernão Ramos (2000), a experiência cinemanovista, não deve ser entendida a partir de uma única ótica, os participantes que configuram o Cinema Novo possuem características distintas enquanto grupo. No entanto, respeitando suas especificidades, os autores caminham para uma crítica contundente da situação de pobreza em

que vivia a população. As mazelas sociais passam a ser acionadas nas narrativas cinematográficas. Nesse termos:

[...] A representação da miséria deve se deslocar do universo do clássismo narrativo cinematográfico para manifestar-se por meio de uma linguagem própria, que seja também “miserável e faminta”, provocando o incômodo e a desalienação do espectador.(RAMOS, 2000, p.1)

Como marco desse movimento, destacamos o filme *Terra em Transe* (1964) de Glauber Rocha que representa as experiências de uma sociedade que estava vivenciando a repressão e as contradições eminentes do governo ditatorial. Pontuando que o caráter do líder político e da massa populacional nos entraves deflagrados. A narrativa é voltada para um ar de informação e denúncia de problemas que o país estava vivendo no contexto da Ditadura Civil-Militar, envolvendo questões, sobretudo no âmbito político e social.

O jogo de interesse, disputas e cisões dos grupos políticos são algumas das reflexões empreendidas. As provocações caminham para um manifesto crítico, social e político, e propõem uma ação consciente contra as situações refletidas ao longo do filme. Constituindo-se como uma das vertentes da experiência cinematográfica brasileira, o Cinema Marginal, surge ainda no final da década de 60 como uma linguagem de certa forma ousada e mais incisiva de crítica social em tons grotescos, se levado em conta o modo mais convencional. Demarca um estilo próprio, com imagens fortes, uma linguagem em tom mais agressivo, tendo em vista as próprias críticas tecidas e representadas na cinematografia. Para Ramos (2000, p.4):

[...] Trata-se da geração que sucedeu a geração cinemanovista, o chamado Cinema Marginal. Na medida em que os expoentes do CN enveredavam para uma produção de maior porte, abandonando á improvisação e a liberdade dos primeiros filmes, um novo grupo de cineastas, a partir de 1968 e até por volta de 1974, se lança numa produção cinematográfica de baixos custos, com características de vanguarda. Na realidade, as propostas já contidas em "Uma Estética da Fome" são agora levadas ao extremo.

Os personagens representados no Cinema do Lixo, como por vezes rotulado, eram “figuras transgressoras, marginais, prostitutas”, conforme a ponta Ismail Xavier (2001). O que também constitui uma característica marcante desse fazer cinematográfico que buscava se manter como produções independentes, sem conotações de ordem institucionais. Ismail Xavier explica que:

[...] Ao bom humor de ironia de 1968, o Cinema Marginal opõe a sua dose amarga de sarcasmo e, no final da década a “estética da fome” do Cinema Novo encontra seu

desdobramento radical e desencantado na chamada “estética do lixo”, na qual câmera na mão e descontinuidade se aliam a uma textura mais áspera do preto-e-branco que expulsa a higiene industrial da imagem e gera desconforto. (XAVIER, 2001, p.17)

Os defensores do Cinema Marginal se organizam como uma fragmentação do Cinema Novo, que foi duramente criticado por estar perdendo sua independência em suas produções ao dialogar com instituições governamentais que passam de forma direta ou indireta a interferir nas produções filmicas. Assim, destacamos a atuação da EMBRAFILME¹¹ nesse jogo de disputas e conciliações. De acordo com Xavier (2001, p.76-77): “[...] enquanto estratégia de agressão, a estética do lixo é uma radicalização da estética da fome, é uma recusa de reconciliação com os valores de produção dominantes no mercado”. Mais do que considerá-los como experiências antagônicas, gostaríamos de pontuar que dialogam e estavam fomentando um novo jeito de fazer cinema levando em conta as especificidades de cada momento.

Assim, o cinema tem possibilitado que através de suas narrativas filmicas, outro olhar sobre a história seja despertado para sua compreensão. Os dois campos do conhecimento, para além de suas diferenças, têm muito à agregarem. Assim considera-se um caminho profícuo, de uma relação íntima instituída ainda no alvorecer do século XX uma integração de várias facetas, conforme explicação que segue:

[...] Cinema e História, de fato, têm desenvolvido relações bastante íntimas desde que os primeiros filmes começaram a surgir por volta do alvorecer do século XX, e pode-se dizer que estes dois campos da atividade e da criação humana não cessaram de intensificar progressivamente suas possibilidades de interação à medida que o Cinema foi se firmando como a grande arte da contemporaneidade. (BARROS, 2014, p. 18)

O uso racional de dispositivo técnico na modernidade, como discorre Alexandre Costa (2015), configura uma forma de racionalização que apropriada na sua potencialidade enquanto elemento pensante de uma sociedade, que ao ser representada em imagens, sons, textos escritos, entre outras formas linguísticas acionadas, demarcam uma ferramenta importante que se consolida na modernidade ao conseguir propor reflexões e anseios de uma determinada época, buscando entender a si e aos fenômenos que os rodeiam. Essa relação homem e técnica moderna se aguça no próprio fazer cinematográfico.

¹¹ Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima, foi criada em plena Ditadura Civil-Militar, no dia 12 de setembro de 1969, vinculada ao então Ministério da Educação e Cultura. A empresa foi responsável por produções e distribuições da cinematografia brasileira. Para mais, ver o trabalho de FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **Luz Câmera e história: práticas de ensino com cinema**. -1. ED. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018 (Coleção Práticas Docentes).

1.2 O Cinema como fonte para o ensino de História

O cinema como um documento válido nas pesquisas históricas é uma das transformações significativas de interpretação histórica, resultado das mudanças implementadas no campo da história ao longo do século XX, conforme explica Morettin (2003, p.21): “à aceitação do cinema como fonte histórica indica uma mudança de estatuto do historiador na sociedade, assim como mostra a nova utilidade que certas fontes passam a ter em função de sua nova missão”.

O cinema foi na primeira metade do século XX relegado no campo da História, seja pela falta de compreensão de sua linguagem ou pelo não entendimento enquanto sua possível utilização como fonte histórica. O olhar começou a ser polido com alguns estudos que foram sistematizando a incorporação da sétima arte como uma fonte em potencial. Para Napolitano (2006, p.240): “o cinema descobriu a História antes de a história descobri-lo como fonte de pesquisa e veículo de aprendizagem escolar”. Dentre os trabalhos pioneiros, podemos citar o do historiador Marc Ferro, que inaugura um dos postulados de enriquecimento para o fazer historiográfico, ou seja, o cinema enquanto fonte de análise.

Os trabalhos de José D’Assunção Barros (2011; 2014), introduzem uma discussão instigadora para se refletir sobre as possíveis relações entre cinema e história, entendendo este como uma fonte, e como agente histórico, ao interferir no processo histórico e possibilitar que representações sejam feitas, a partir da relação Cinema-História, por vezes, complexa. Esses dois campos que muito mais do que contrários dialogam e contribuem de forma recíproca para ensinar e transformar a sociedade, conforme clarifica a explicação que segue abaixo:

[...] O Cinema podia ensinar aos historiadores um novo modo de fazer a História e de representá-la, e a História podia ensinar ao Cinema um novo modo de se auto-perceber historicamente e como fenômeno-processo em contínua transformação. Por fim, nessa relação de mútua transformação, Cinema-História, constituiria algo novo, não apenas um novo objeto de estudo ou apenas um novo campo de saber, mas uma nova forma de examinar os seus termos e considerar o que um campo poderia incorporar do outro. (BARROS, 2014, p. 18)

Nosso intuito ao trabalhar o Cinema como fonte é constituir uma memória sobre determinado fato, e não usá-lo enquanto uma ilustração ou complementação da história. Morettin (2003, p.40) faz o seguinte comentário sobre o discurso que a obra cinematográfica constrói: “se não conseguirmos identificar, por meio da análise fílmica, o discurso que a obra cinematográfica constrói sobre a sociedade na qual se insere, apontando para suas ambiguidades, incertezas e tensões, o cinema perde a sua efetiva dimensão de fonte histórica”.

O Cinema como documento também precisa ser analisado criticamente e entendido enquanto uma construção de realidade, como sinaliza Eduardo Navarrete (2008). O cinema, também constitui uma memória sobre o passado, acionando elementos ou silenciando-os, em uma disputa de interesses do que deve ou não ser lembrado, conforme a narrativa que se pretende estabelecer no curso da história. Por conseguinte, segue abaixo a seguinte explicação:

Por esse prisma, portanto, o cinema enquanto memória está longe de ser um retrato do passado real; ele é sim uma manipulação desse passado por grupos sociais que, de acordo com seus interesses nas relações de poder de uma sociedade, querem decidir o que deve ser recordado e o que deve ser esquecido. (NAVARRETE, 2008, p.23)

Como muito bem salienta Michele Lagny (2009, p.99-100), o cinema é um marco testemunhal sobre o passado, logo, torna-se um documento histórico que aciona a memória de uma experiência representada na cinematografia. Assim, entendemos que através da imagem em movimento está sendo narrada uma História sob influências do cinema, constituindo uma relação cada vez mais próxima. A imagem constrói uma realidade, como afirma Thyago Souza (2001, p.3):” é muito importante que o pesquisador saiba que a imagem não ilustra nem reproduz a realidade, ela a constrói a partir de uma linguagem própria que é produzida num dado contexto histórico, essa ideia deve ser compartilhada com os estudantes”.

Como salienta Carolina Aguiar (2011)¹², a seleção de filmes a serem trabalhados no ensino de história, podem ter como fator motor uma narrativa que se case com o conteúdo. Além disso, a escolha tem ligação com a própria formação teórica do docente e suas experiências que moldam a sua prática docente. Essas escolhas são permeadas pelas abordagens historiográficas que pretendem lembrar ou esquecer determinadas leituras históricas. Assim, não são casuais as suas escolhas.

Conforme Verônica Dias (2006)¹³, a História e o Cinema são construções de narrativas, perpassam escolhas do que irá compor seu discurso, seja na forma escrita ou nas imagens em movimento. A aproximação entre história e cinema documentário, seja por

¹² Carolina Aguiar analisa a relação entre Cinema e História e suas implicações como lugar de memória, construída a partir da linguagem cinematográfica. Esse trabalho dialoga diretamente com a proposta dessa pesquisa no que diz respeito à constituição de uma memória a partir do audiovisual. Trabalhamos na perspectiva do cinema como um possível lugar de memória.

¹³ Verônica Dias faz uma análise histórica do filme *Cabra Marcado Pra Morrer* de Eduardo Coutinho, ao longo do seu trabalho vai sinalizando para questões da história oral, pontuando os procedimentos que são acionados na estética da produção do cineasta Coutinho. DIAS, Verônica Ferreira. *Cabra Marcado para Morrer- cinema contando História por meio de histórias (e memórias)*. DOC On-line: Revista Digital de Cinema Documentário, n.01, dezembro, 2006.

semelhanças metodológicas como a utilização da história oral, por exemplo, tem apontado para possibilidades de leitura da história através do cinema, conforme explana Holanda:

A prática historiográfica tem compromissos diferentes com relação a demonstrações das fontes e documentos como prova dos acontecimentos do que, implicitamente, tem a prática documentária. No entanto, não se pode negar suas proximidades, já que as duas práticas dialogam com o ambiente sócio-político-cultural, portanto, com a “realidade”, e usam instrumentos semelhantes, como pesquisa, documentação, entrevistas. (HOLANDA, 2006, p.12)

A escolha do gênero documentário, talvez esteja mais próxima dos historiadores, pelas metodologias utilizadas, pelo rigor documental ao analisar processos históricos, dialogam e compõem as várias fontes acionadas. Assim, sinalizamos que essa escolha não é aleatória, como salienta Barros, ao suscitar essas diferenças:

[...] Desta maneira, enquanto o ‘filme histórico’ narra criativamente um evento ou processo histórico, tomando-o para enredo, o ‘documentário historiográfico’ analisa os acontecimentos à maneira dos historiadores, comparando depoimentos e fontes, sobrepondo imagens da época, analisando situações através da lógica historiográfica e do raciocínio hipotético-dedutivo, e encaminhando uma série de operações que são algo similares àquelas das quais os historiadores lançam mão ao examinar um processo histórico em obra historiográfica em forma de livro. (BARROS, 2014, p.20)

Ao cinema documental foi associado por muito tempo, e poderíamos dizer que ainda hoje, suscita uma ideia de cinema-verdade, o que traria o real ao público, e não uma representação. Todavia, os estudiosos do tema tem ressaltado que é importante pensar o documentário enquanto uma produção de representação do real, que carrega subjetividade e é pautado em um discurso carregado de intencionalidade argumentativa que se materializa em uma narrativa fílmica: “na medida em que a história é uma criação discursiva podemos aproximar cineastas e historiadores em seu labor de construir as suas narrativas” (DIAS, 2006, p.64).

A escolha de historiadores por documentários foi considerada de certa forma uma relação de consenso, tendo em vista a própria ideia de cinema-verdade, o que teria atraído historiadores pela busca do real. A busca pela verdade dos fatos pode ter contribuído para a aproximação dos campos do saber. No entanto, considero importante pontuar que essa ideia de verdade já está refutada pelos estudiosos do tema. Assim, entendemos os documentários enquanto uma representação do real e por vezes permeados por ficção. Para Napolitano:

[...] O que importa é não analisar o filme como ‘espelho’ da realidade ou como ‘veículo’ neutro das ideias do diretor, mas como o conjunto de elementos, convergentes ou não, que buscam ensinar uma sociedade, seu presente ou seu passado, nem sempre com intenções políticas ou ideológicas explícitas (NAPOLITANO, 2006, p.276).

Tanto a história quanto o cinema não constituem o real, são representações que possibilitam inquirir o passado, conforme explicação que segue: “o cinema não é apenas uma forma de expressão cultural, mas também um “meio de representação” (BARROS, 2011, p.178). Às representações acionadas no documento filmico devem ser lidas também em uma relação temporal, pois muitos dos ensejos do presente acaloram, colorem e descolorem temas e visões sobre determinados acontecimentos.

O cinema ao representar o real, termo que nos inquieta no sentido de poder criar ou mascarar uma realidade conforme os significados e sentidos propostos na sua narrativa, não se torna menos legítimo enquanto leitura e interpretação dos fatos históricos. Pois é a manipulação do real que passa a ser materializada no movimento das imagens e do som. O cinema também pode ser tido como: “manipulação e é essa sua natureza que deve ser levada em conta no trabalho historiográfico, com todas as implicações que isso representa” (NAPOLITANO, 2006, p.247).

O cinema, assim como outros documentos históricos, intenta a representação do “real”, em uma reconstrução datada, levando em conta a historicidade na construção da fonte e os diversos elementos que incidem diretamente na reconstrução de um passado (elementos técnicos, narrativa, escolha do tema, abordagem etc.). A visão da história concebida pelo audiovisual colabora para a democratização e debates de temáticas “invisíveis” na escrita histórica.

O cinema democratiza o conhecimento ao ser um veículo de massa de grande alcance. A democratização do conhecimento, a divulgação de hábitos, costumes, através das imagens cinematográficas cria, sem dúvida, novas expectativas, anseios antes não conhecidos. Em consequência, amplia os níveis de reivindicações de maior participação da população no âmbito político, social e cultural. (MEIRELLES, 1997, p.120)

De tal forma o cinema é um instrumento social que carrega possibilidades latentes de recriação de si e da sociedade em que vive. Assim: “estudar o Cinema de um ponto de vista histórico é antes de tudo verificar como o homem se vê e representa a si mesmo e de que forma recria em imagens o seu mundo”. (MEIRELLES, 1997, p.114). Eduardo Morettin (2003, p. 12 e 13), analisa o lugar do cinema enquanto fonte histórica, e como se institui essa relação entre cinema e história.

Na obra de Marc Ferro, um dos pesquisadores que se debruça nas reflexões sobre o cinema como um caminho para a pesquisa histórica, ao conceber o cinema enquanto uma leitura da sociedade, destaca um “contra-poder” que teria na imagem a constituição de outro discurso social através do cinema. Para Morettin:

A contra-história, via cinema, apresenta-se em sua forma mais cristalina quando grupos marginalizados pela sociedade assumem o controle da produção de imagens. Neste momento, teríamos um ponto de junção entre a natureza histórica do cinema enquanto possibilidade de “revelar” o inverso da sociedade e a origem social desses grupos, uma vez que eles representam esse inverso. Por serem excluídos, não participam nem da representação da sociedade – elaborada por uma de suas partes que, entretanto, apresenta-a como pertencente ao todo – e nem do poder instituído. (MORETTIN, 2003, p.16-17).

Trabalhar o cinema enquanto fonte é uma possibilidade em potencial para se ler a História sobre outra ótica. Como considera Lara Pereira (2015, p.41), a utilização de fontes construídas em narrativas, espaços, temporalidades e por agentes diferentes estabelecem registros históricos sobre pressupostos distintos que podem dialogar entre si, mas que resultam em uma visão mais abrangente da História, o que contribui para o ensino-aprendizagem, conforme a explicação que segue:

[...] Oferecer versões tão diferentes sobre o mesmo processo histórico contribui para que os alunos alcancem uma compreensão plural, composta por diversificadas vias, oriundas da construção de dois diferentes pontos de vista, por sua vez, referenciados em lugares sociais distintos. (PERREIRA, 2015, p.41)

Concebemos o cinema como uma possibilidade de narrar a história, a partir da sua própria linguagem fílmica. Dessa forma, ao utilizar os meios audiovisuais, podemos ratificar ou suscitar um novo ponto de vista, difundindo outro saber histórico, pois: “[...] o Cinema através de sua produção fílmica, e não apenas dos documentários históricos, também pode ser utilizado para ensinar história ou, mais ainda, para veicular e até impor uma determinada visão da História” (BARROS, 2014, p.21).

As produções fílmicas além do seu uso enquanto fonte, que tem possibilitado outras metodologias de trabalho em sala de aula, tem interferido na própria história, direta ou indiretamente, pois: “a ‘leitura’ de eventos históricos, possibilitada através do cinema, aponta para a premissa de que cada filme carrega em si discurso(s) sobre a História”. (PERREIRA, 2015, p.45).

Logo, o cinema interfere na maneira que olhamos para o passado. As narrativas têm sido construídas a partir de interesses dos autores e da própria indústria, que tem fomentado discussões ao tocar em problemáticas que incidem na sociedade. Dessa forma, concebemos também, o cinema enquanto agente histórico. Em verdade o cinema é uma forma de agente histórico, conforme se ver na citação que segue abaixo:

Por fim, lembraremos também que o cinema é ele mesmo um “agente histórico” importante, no sentido de que termina por interferir na própria História de

diversas maneiras – seja por intermédio de sua indústria, seja pela formação de opinião pública e de influências na mudança de costumes, seja por meio daqueles que dele se utilizam para objetivos diversos, como os próprios governos e os grupos sociais que, com a produção fílmica, impõem seus discursos, pontos de vistas e ideologias. (BARROS, 2011, p.179)

O cinema como agente histórico pode ser usado como resistência ou forma ideológica ao impor uma dominação no meio social. Os usos das narrativas fílmicas causam diversos impactos e apropriações de leituras históricas, por vezes, indevidas. Assim, é preciso atentar para os usos responsáveis do cinema em sala de aula. Quanto ao cinema e sua autonomia em relação aos poderes instituídos:

Por outro lado, o Cinema também conservou obviamente a sua autonomia em relação aos poderes instituídos, e por isso ocorre que também tenha funcionado como Contrapoder. Neste sentido, se o Cinema com sua produção fílmica pode ser examinado como ‘instrumento de dominação’ e de imposição hegemônica, ele também pode ser examinado como meio de ‘resistência’ (BARROS, 2014, p.24).

Dessa forma, propõe-se a utilização do cinema em sala de aula, como uma forma de resistência, a própria forma com que certos temas têm sido abordados. Portanto, salienta-se a importância do cinema como um contrapoder às formas instituídas de dominação, dando vozes aos sujeitos excluídos da própria história.

1.3 O Cinema Engajado de Murilo Santos

Os historiadores ao utilizarem às narrativas fílmicas como fontes, constituem uma nova perspectiva da história. Dessa forma, tomaremos como análise as produções *Bandeiras Verdes* (1988); *Quem matou Elias Zi?* (1986) e *As Quebradeiras de Coco de Dom Pedro* (2016), do cineasta Murilo Santos. Os dois últimos filmes, respectivamente, serão analisados e irão compor o produto dessa dissertação que visa refletir sobre as representações da Questão Agrária Maranhense a partir da ótica do audiovisual.

Trabalhamos na perspectiva do cinema enquanto resistência e nosso intuito é refletir sobre a construção da memória camponesa maranhense e suas possíveis utilizações no meio escolar através do audiovisual. Nesse tópico, achamos importante situar o leitor desse trabalho sobre o porquê da escolha das produções de Murilo Santos. Pontuara-se elementos importantes de sua carreira enquanto cineasta, e propulsor de uma geração de cineastas do Movimento Superoitista no Maranhão, deixando um importante legado para a cinematográfica maranhense.

À aproximação do cineasta com a fotografia e o cinema é uma herança que foi sendo incentivada e deixada pelo seu pai, e posteriormente maturada por Murilo Santos ao longo das suas práticas, conforme explicação que segue abaixo:

Eu comecei a me envolver com fotografia por intermédio do meu pai que era fotógrafo amador e na época, fotógrafo amador era quem, era uma pessoa que é. que amava né, claro, a fotografia e que procurava ter bons equipamentos. [...]Então eu comecei aprender, comecei a me interessar, e ele foi me ensinando. e quando eu tinha 15 anos ele me deu uma câmera fotográfica, quando eu completei 15 anos, de aniversário, porque via meu interesse, mas uma câmera fotográfica mais assim amadora, né? [...]Então eu fiquei/ tive essa câmera e comecei a fotografar, mas sempre também interessado em cinema porque meu pai tinha um projetor de filmes, de animação, né, bem, bem rústico, que passava assim a animação, desenho, né. Então, também eu gostava muito de cinema. (SANTOS, 2020)

Ao analisar as obras filmicas engajada de Santos objetivamos propor uma interpretação da representação da história da questão agrária maranhense a partir dos audiovisuais, entendidos como uma fonte em potencial a ser trabalhada no meio escolar. Como afirma Murilo Santos (2017, p.81), seu envolvimento com questões voltadas para o meio rural inicia-se ainda entre os anos de 1979 a 1981. Quando o referido autor fez parte de uma equipe de pesquisa veiculada a CPT com objetivo de conseguir ferramentas que possibilitassem a instituição desenvolver melhor o seu trabalho nas diversas regiões do estado. Murilo Santos diz que:

[...] Nesse período eu conhecia a professora Maristela de Paula Andrade, né, que é a mãe dos meus filhos mais velhos e ela chegou aqui para pesquisar a TV Educativa, onde eu trabalhava fazendo como cinegrafista e fotógrafo e conheci ela lá, ela de São Paulo, veio pesquisar aqui a ação da televisão no lugar rural e escolheu São José de Ribamar, um bairro lá chamado Saco, que ela era observação participante que tava no auge dessa época, hoje já se evoluiu mais que isso...[...]E com isso a gente discutia muito eu e ela, porque a gente começou a namorar e tudo mais, viajar pelo interior e eu fui percebendo um pouco mais essa questão dos conflitos agrários e tudo mais. Então, essa foi uma pessoa que me influenciou nesse momento. [...] Então aí nessa Pastoral da Terra foi pensada uma equipe de pesquisa para levantar a situação para saber onde atuar tinha parte dos advogados e a parte da formação. (SANTOS, 2020)

Assim, no desenvolvimento da pesquisa de campo de Murilo Santos houve uma aproximação mais direta com as comunidades rurais e suas problemáticas. O trabalho pedagógico que seria feito posteriormente à coleta de dados e à produção de matérias (cordéis, cartilhas, audiovisuais), que de alguma forma seria um retorno às comunidades, no intuito de propor um debate após a apresentação do material didático em um processo de trocas e diálogos, e construir alternativas pelos próprios trabalhadores para o enfrentamento das problemáticas encontradas.

Essa metodologia mencionada acima foi amplamente praticada pela Comissão Pastoral da Terra e por seus agentes que usavam dessas estratégias educativas para propor resistência à realidade que vinha sendo enfrentada. Nas palavras de Murilo Santos:

E pensou-se numa equipe também colocar, que essa equipe de pesquisa fizesse um processo de devolução que chamava devolução, que era uma coisa interessante a devolução, e se pensou que essa devolução por conta também da minha presença poderia ser feita em audiovisual, slides com som de fita cassete. Aí a gente foi amadurecendo a ideia e foi fazendo filme com histórias de conflito, mudando os nomes pra preservar os trabalhadores e trabalhadoras e aí, foi feito e levava-se isso com “projetozinho” de pilha para várias regiões, pra discutir conflitos e a tentativa de formar sindicatos, porque não existiam. Sindicatos dos municípios eram comandados pelo médico, que era do (?) rural, pelo prefeito, essa coisa toda. E eu fiquei assim mais voltado para questões da terra. (SANTOS, 2020)

A produção de materiais didáticos voltados para a educação sindical, como salienta Evaristo Lima Neto (2007, p. 57), torna-se necessária em virtude de refletir sobre as experiências das comunidades rurais, levando em conta suas particularidades e um reconhecimento dos próprios trabalhadores nas reflexões propostas a partir da produção de cartilhas, documentos, entre outras produções, no intuito de entendimento das suas próprias lutas e de coletivamente propor mobilizações de enfrentamento de sua realidade. Consideramos que a própria formação sindical instrumentalizada também nas atividades religiosas empreendidas foi importante para o processo de ação coletiva em busca da reivindicação de seus direitos.

O trabalho educativo realizado por parte da Igreja Católica, através das atividades desenvolvidas pelos pesquisadores da Comissão Pastoral da Terra. Este também é sinalizado por Murilo Santos (2020), que através da própria vivência nas comunidades e da interpretação das suas experiências, buscava salientar a necessidade de ações para responder às necessidades das lutas travadas em decorrência de diversos conflitos enfrentados, conforme explanação deste que segue abaixo:

[...] Então, sobre o material didático, objetivo era que a gente acreditava muito no audiovisual na época, na parte do audiovisual. E a experiência foi baseada nas ideias de Paulo Freire, principalmente, com irmã Barbara que ela trazia muito essa questão, fã do Paulo Freire e a Maristela mesmo que trabalhou com o método do Paulo Freire em São Paulo, na época era proibido, era escondido em garagens, mas pra alfabetização, no caso. [...]Então, essas histórias eram feitas em diálogo com a comunidade, a comunidade passava pra gente as histórias nessa pesquisa, depois a gente fazia os desenhos, aí fazia história e gravava com atores de teatro amador, né as vezes, eu também fazia duas, três vezes, eu tive assim uma experiência em teatro e daí então fazia os slides, eu fazia as mixagem e levava para os interiores, fazia umas cópias e outras pessoas de formação da CPT levavam para outras regiões e ficavam exibindo lá. Eles gostavam muito, chamavam de filminhos, né, pessoal gostava muito. (SANTOS,2020)

Em sua dissertação intitulada *Cinema engajado no Maranhão: interfaces com a educação popular*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMA de 2017, Santos faz um percurso interessante, resgatando alguns elementos pontuais sobre o cinema no Maranhão, no cenário da década de 1970 e 1980 voltando seu olhar para as produções que denominou de *filmes pedagógicos* que estariam voltados para ações educativas, destinados a grupos específicos que passam a refletir sua realidade a partir de temas representados por essas linguagens filmicas.

Em sua pesquisa também sinaliza para as produções de *filmes cinematográficos* engajados, que seguiam uma perspectiva de conscientização das desigualdades sociais através das produções cinematográficas e com um viés político presente nas narrativas. Os filmes de caráter engajado têm como proposta a conscientização das desigualdades sociais vividas no estado, em virtude das questões econômicas, sociais e políticas, que tem desdobrando-se em situações críticas e de extremo descaso com grupos sociais, principalmente os envolvidos com situações de conflitos no tocante a expropriações de seus territórios, seja em espaços rurais ou urbanos. Essas produções são influenciadas pelo Cinema Novo, e configura o que passou a se chamar Movimento Superoitista¹⁴.

Essa nova estética na linguagem filmica é possível pelas novas tecnologias, como por exemplo, o formato super-8 que possibilitou a incorporação sonora nas gravações, que deu ensejo ao Movimento Superoitista, uma forma de fazer cinema a baixo custo, tornando-se mais acessível aos cineastas, desdobrando-se em produções independentes, construindo uma nova geração de cineastas.

O nome de Murilo Santos aparece como um dos pioneiros das produções audiovisuais maranhense, ainda no final da década de 70. Porém, sua relação com o cinema se dá de forma mais intensa na década de 1980, marco de suas produções e quando duas de suas produções são premiadas no circuito da jornada maranhense de cinema. As produções no formato Super-8 atendiam a uma proposta de possibilitar visibilidade aos trabalhos independentes locais e com custos mais acessíveis.

Uma forma de fazer cinema alternativo, tendo em vista que não eram produções destinadas à escala de cinema comercial, que opera em outras lógicas. Tanto o filme *Bandeiras Verdes* como *Quem Matou Elias?* foram obras premiadas na Jornada Super-

¹⁴ É um movimento de cineastas que passam a fazer suas produções cinematográficas no formato super-8, voltados para utilização doméstica e independente, com custos mais baixos, e tornando a produção acessível em apresentações alternativas de suas produções.

8¹⁵. Sendo assim: “na 9ª edição teremos na categoria melhores filmes *Quem Matou Elias?* de Murilo Santos. Na 10ª edição nenhum trabalho maranhense ganhou os principais prêmios, mas na 11ª edição a obra local figura entre os melhores filmes com *Bandeiras Verdes* de Murilo Santos” (COSTA, 2015, p.19) .



Imagem 1: Participantes da 9ª edição da Jornada Nacional de Cinema. (Murilo Santos sentado à esquerda de camisa branca)

Fonte: CALDAS, Leide Ana Oliveira. SUPEROITISMO NO MARANHÃO: os modos de fazer, temas e modos de falar e a invenção do cinema local como prática de micro resistências(1970/80), 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

As narrativas cinematográficas a partir do Superoitismo, movimento que se inicia no final da década de 1960 com o consumo das câmeras Super – 8 milímetros, por uma classe média (ver imagem). No Maranhão, esse novo jeito de fazer cinema que possibilitou um olhar alternativo de leituras da sociedade com uma liberdade de filmar o que se considerava importante será, sobretudo, impactado nas décadas posteriores.

¹⁵ Foi um espaço criado em 1977 para o consumo das produções locais, mas que também abriu espaço para produções no âmbito nacional. As Jornadas Maranhenses foi um importante espaço para exibição das produções do Movimento Superautista. As Jornadas foram criadas pela Universidade Federal do Maranhão -UFMA em 1977, inicialmente o nome dado a esse circuito de apresentação cinematográficas foi Jornada Super 8. Em 1980 recebe o nome de Jornada Nacional de Cinema no Maranhão. No início da década de 90 recebe o nome Festival Guarnicê de Cine- vídeo, ainda hoje em funcionamento. As Jornadas constituem um legado para o cinema maranhense.



Imagem 2: Câmera Super-8

Fonte: Imagem catalogada no Minicurso Cinema e Resistência: o audiovisual como linguagem e ferramenta social, ministrado por Leide Ana Oliveira Caldas, no III Simpósio Internacional de historiografias e linguagens, realizado na Universidade Estadual do Maranhão, de 04-06 de dez, 2019.

Como afirma Leide Caldas (2016)¹⁶, essa nova ferramenta voltada para o uso doméstico, estabelecia um “caráter subversivo”, transgredindo os padrões de produções voltadas para a indústria do cinema com película 35 milímetros e da televisão com película 16 milímetros. Podemos considerar que essa liberdade e independência em relação aos padrões estabelecidos favoreceu a filmagem de temáticas até então desconsideradas pelos cineastas. Leide Caldas diz que: “[...] o Superoitismo exerceu múltiplos olhares cinematográficos no país construindo narrativas a partir de si através de um cinema alternativo e literalmente experimental”. (CALDAS, 2016, p.83)

Conforme Alexandre Costa (2015), ao analisar o processo da incorporação da modernidade técnica em que o cinema configurou como uma arte promissora de diálogo entre a máquina e homem, sinalizando para o papel das representações sociais e comunicação das experiências humanas. No Maranhão, recorte de sua análise, as imagens em movimento vão ganhando visibilidade ao serem materializadas nas narrativas cinematográficas que passam a ser construídas em caráter temporal dos registros históricos da sociedade.

A técnica de registrar tornou-se uma ferramenta pulsante da modernidade. A produção maranhense não esteve alheia a essas transformações conforme explicação que segue abaixo:

[..] Entendemos que a cultura da modernidade tornou inevitável algo como o cinema uma vez que as suas características se desenvolveram a partir dos traços que definiram a vida moderna em geral e, neste aspecto geral, a produção cinematográfica maranhense

¹⁶ A autora busca compreender os discursos da década de 1970-1980 produzido pelo cinema, sobretudo local, ligados as produções Superoitistas, entendidos como forma de resistência.

também foi resultado do equilíbrio entre o fazer humano e o dispositivo técnico(Super-8 e 16mm) como expressão de linguagem experiência moderna. (COSTA, 2015, p.26)

As produções cinematográficas maranhenses da década de 1970, demarcam uma experiência impar quando se pensa nas produções cinematográficas. Conforme Alexandre Costa (2015, p.12)¹⁷, as produções maranhenses na década de 70 e 80, materializam o pioneirismo de uma geração de jovens cineastas que estavam construindo uma estética filmica local com o movimento superoitista, com o manuseio da bitola de 8 milímetros e 16 milímetros. A fabricação da câmera Super- 8, trouxe consigo um novo fazer do cinema, com produções domésticas, autorais e independentes, que refletiam a realidade social a partir da linguagem filmica, estética, dentre outros elementos que compõem a narrativa filmica, proveniente das próprias heranças do Cinema Novo e do “Movimento Superoitista”. Por outro lado, o próprio contexto social, político e econômico impactou na feitura do cinema. O interesse por temas que enfatizam as desigualdades sociais passa a ser desenvolvido por cineastas maranhenses, dando as bases para uma experiência de cinema engajado. Ainda quanto as maneiras de fazer e dizer superoitistas:

Portanto, as maneiras de fazer e dizer superoitistas contextualizaram novas formas de olhar sobre determinados elementos, em determinadas situações, de formas diferentes e sobre diversos sujeitos. O superoitismo foi seguramente ferramenta na tática de construção de espaço e de fala de questões subterrâneas, assim como sua própria condição de bricolagem cinematográfica. (CALDAS, 2016, p.205)

O consumo de cinema local na década de 1970 estava voltado para o cinema comercial, com aponta Leide Ana Caldas (2016, p. 99-102). O público se dirigia às salas dos cinemas já reconhecidos na cidade. As produções que se apresentavam diferente dessa logística filmica passam a não ter espaço, o que configurou uma luta também por resistências das produções nos moldes Super 8. A criação do Laboratório de Expressões Artísticas - Laborarte, teve grande importância para o incentivo e a disseminação das produções locais.

¹⁷ Em seu trabalho investiga a identidade e a narrativa cinematográfica maranhense que estava sendo construída nas décadas de 1970 a 1980, considerando estas como uma representação social. As produções analisadas são: *Periquito Sujo* (1979), *Greve da meia passagem* (1980), *Quem matou Elias Zi?*(1986) e *Bandeira Verdes* (1988), premiados nas edições da Jornada Cinematográfica Maranhense. Assim, pontuamos a importância do trabalho de Alexandre Costa (2015) ao refletir sobre a identidade cinematográfica maranhense que foi sendo construída ao longo dos anos 70 e 80. O autor sinaliza para a recepção que as obras filmicas tiveram, bem como as representações sociais acionadas e seus significados na leitura de mundo da sociedade maranhense.

Como também salienta Santos (2017, p.43-45), a criação do Laborarte¹⁸ foi importante para a consolidação das transformações artísticas no Maranhão. Com a institucionalização do Laborarte foi possível arrecadar fundos para a compra de equipamentos necessários para os trabalhos desenvolvidos pelos diversos artistas envolvidos. O caráter político ganha relevância nas expressões culturais do Laborarte, no intuito de que questões sociais passassem a ser representadas através das diversas linguagens acionadas no fazer artístico. Santos (2017, p.43-45) diz que:

Mas Laborarte tinha uma ideia de fazer filmes, assim de usar o cinema, a película Super 8 como registro, principalmente de manifestações populares, né, folclórica como chamava na época, e se possível, fazer filmes também como a gente tentou fazer alguns. Então o Movimento Super 8, ele foi um movimento importante pra artes porque é, eu tenho uma avaliação desse movimento que não vi ninguém ainda formulando dessa maneira. Eu vejo que o movimento Super 8 ele possibilitou que artistas de várias áreas, poetas, artistas plásticos, como chamavam.. ou até o pessoal de cênicas, pudessem lançar mão desse instrumento que é o Super 8 para se expressar, é o pessoal de literatura também. Então eu vejo o Super 8 mais como um movimento é que grande parte ou, não sei se grande parte, mas uma parte expressiva foram adotados por pessoas de outras áreas, mas que não tinham o objetivo de se torna cineastas, assim. (SANTOS, 2020)

A importância do Laborarte na efervescência cultural do Maranhão também é ratificado por Alexandre Costa (2015, p.52-55), que o considera um espaço de aglutinações de diversas expressões artísticas impulsionados em fazer arte engajada, desdobrando-se em reconhecimento nacional dos trabalhos realizados pelos artistas locais, que imbuídos de características políticas apresentavam o Maranhão em suas problemáticas sociais e pontua também aspectos da cultura popular a partir das representações feita pelos seus produtores, seja na literatura, música, cinema, entre outras linguagens. Nas palavras de Alexandre Costa (2015, p.52-55):

Em 1972, o Laboratório de Expressões Artísticas (Laborarte) foi o local usado para diversas expressões artísticas no Estado, inclusive os primeiros trabalhos de produção e execução cinematográficos em Super 8 e 16 mm. Com a premiação de *Os Pregoeiros de São Luís*, de Murilo Santos, no III Festival de Cinema- FENACA, em 1975 em Aracajú, o formato Super 8mm ganhou mais adeptos no Maranhão, abrindo espaço para discussões e oficinas de cinema no Estado e o reconhecimento do potencial maranhense. (COSTA, 2015, p.52)

O cineclube foi outra experiência que muito contribuiu para o cinema local, fortalecendo e aperfeiçoando as práticas do Superoitismos no Maranhão As produções passam a ser incentivadas dentro do campo universitário, como vai sinalizando Leide Ana Caldas

¹⁸ Laboratório de Expressões Artísticas, criado em 1972 para coordenar as transformações em curso e integrar as mais distintas expressões no meio artístico maranhense.

(2016, p.114-120), ao apontar o percurso do surgimento do cineclubes universitário Uirá da Universidade Federal do Maranhão, criado em 1975.

As formas de pensar e de conceber a sociedade e as suas contradições por determinados sujeitos foram dando forma ao Movimento Superoitista, que não se restringe ao âmbito local, mas que foi disseminado em diversos estados do Brasil. Na década de 70 ganhou força ao contestar de forma mais intensa as próprias regras sociais e políticas que adivinham de um governo opressor e que restringiam a liberdade de expressão. Assim, o Movimento carregava um caráter altamente contestatário e libertário no sentido de configurar uma forma de resistência e outra maneira de fazer cinema independente. Alexandre Costa (2015, p.52-55) diz que:

Aqui estamos diante de um processo técnico que se popularizou no Brasil nos anos 60 e 70, período de Regime Militar e, nesse cenário que o pensar se apropriar do dispositivo técnico, pois, foi por meio destes suportes que muitos grupos de contestação, luta pela democracia conseguiram externar por meio da linguagem cinematográfica superoitista suas ideias, no Maranhão este movimento não foi diferente. (COSTA, 2015, p.36)

Inicialmente, consideramos importante pontuar sobre a produção de *Bandeiras Verdes* (1988), de Murilo Santos, fruto desse novo jeito de fazer cinema. Ressalta-se que não foi a primeira obra do autor, no entanto, salientamos o fôlego dessa obra, ao representar com ricos detalhes a vivência de famílias camponesas, os processos migratórios tão presentes, o desbravamento das matas, o olhar para o cotidiano tão bem ressaltado, entre outras variantes relevantes.

Assim, esse primeiro documentário analisado, é no intuito de convidar o leitor a conhecer o importante trabalho de Murilo Santos Isso para um entendimento da dinâmica e problemas enfrentados no meio rural, considerado enquanto um estudo de antropologia camponesa, conforme explicação que segue abaixo:

[...] *Bandeiras Verdes* trata-se de um documentário feito com muito cuidado; porém, não deixa de ser uma obra que carrega consigo as influências da vida do seu diretor e os interesses do grupo que promoveu a pesquisa – no caso, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) – além daquilo que foge da vontade do próprio diretor. (FORTALEZA, 2011, p.31)

Consideramos importante informar alguns trabalhos que deram sustentação teórica e metodológica para análise do filme *Bandeiras Verdes* (1988), de Murilo Santos. Destacamos:

O documentário *Fronteiras de imagem* (2009)¹⁹, a monografia de graduação de Marcelo Fortaleza (2011); a dissertação de Alexandre Costa (2015); o livro *Fronteiras: a expansão camponesa na pré-amazônia maranhense* (SANTOS; ANDRADE, 2009).

O trabalho do Murilo Santos nos coloca diante de uma pesquisa antropológica riquíssima, sobre a família de um assituante²⁰. A experiência desenvolve-se no interior do Pindaré-Ma, onde os mesmos desbravam a uma área de frente de expansão agrícola, no oeste maranhense, formando assim, um centro²¹.

As captações de imagens foram realizadas entre os anos de 1979 a 1986, rendendo vários frutos, ao longo da sua carreira. Gostaríamos de pontuar inicialmente, a produção de *Bandeiras Verdes* tido como um dos documentários imprescindíveis para se refletir sobre o campesinato maranhense, e empreender a importância do trabalho do cineasta Murilo Santos para a cinematografia maranhense, e assim, reforçando a nossa escolha por suas obras para compor o produto final dessa dissertação.

Como afirma Murilo Santos (2009, p. 23-24) seus primeiros contatos com o Centro do Bala, se deu através da mediação feita por Simão, catequista do povoado São João do Caru, no ano de 1979. Nesse período, fazia parte do grupo de pesquisa da Comissão Pastoral da Terra, que desenvolvia o trabalho intitulado: *Transformações Econômicas e Sociais no Campo Maranhense*. Após esse primeiro contato, participou de outra pesquisa com o fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, com o projeto *Estrutura Agrária e Colonização na Fronteira Agrícola*, desenvolvida entre 1982 e 1983. Novas incursões foram feitas até 1986, possibilitando uma construção de relações com as famílias do Centro do Bala, principalmente do assituante, que são uns vastos materiais catalogados que serviram para as produções de trabalhos audiovisuais e produções escritas.

O título do filme *Bandeiras Verdes* faz referência às matas ainda inexploradas no curso das florestas em direção ao Oeste maranhense. Como narra o personagem Domingos Bala, o processo de deslocamento recorrente de sua família em razão dos diversos recomeços

¹⁹ O documentário *Fronteiras de Imagem* (2009), de Murilo Santos, foi produzido a partir das fotografias catalogadas entre 1979-1986, pontuando o processo de produção do documentário *Bandeiras Verdes* e de suas vivências de campo.

²⁰ É o nome dado ao primeiro morador e responsável pela criação e organização do Centro. A quem geralmente é atribuído o nome do Centro, fazendo referência a quem primeiro desbravou e fez a derrubada da mata até então tida como virgem, referência a não ter sido feitos trabalhos anteriores no local. As famílias que passam a residir nessas terras, tendo o assituante como líder, que organiza as leis, espaços de moradias e de outras atividades como criação, plantio, entre outras possíveis produções dos moradores. Nesses espaços são construídas uma nova organização social.

²¹ São áreas ainda não desbravadas no interior das matas que passam a ser paulatinamente ocupadas por pequenos produtores agrícolas, que estabelecem locais para sua moradia e realização de seus trabalhos como roças, criações, e outras atividades.

em que esteve submetido diante das constantes situações conflitivas com os proprietários de terras que passam a cobrar foro e outros procedimentos que acabam forçando uma mobilidade espacial em busca de liberdade e *terras sem dono*, são prerrogativas que dão a tônica de sua experiência em busca das *bandeiras verdes*, encontradas no Vale do Rio Caru.

De acordo com Santos (2009, p.48): “prosseguem em sua busca das matas, denominadas por eles de matas *bandeiras verdes*, enfim, de um local onde não estejam submetidos pelo pagamento da renda e onde possam cultivar livremente”. O filme inicia-se com leiteiros trazendo informações preliminares da vida de Domingos Bala, personagem principal da trama.

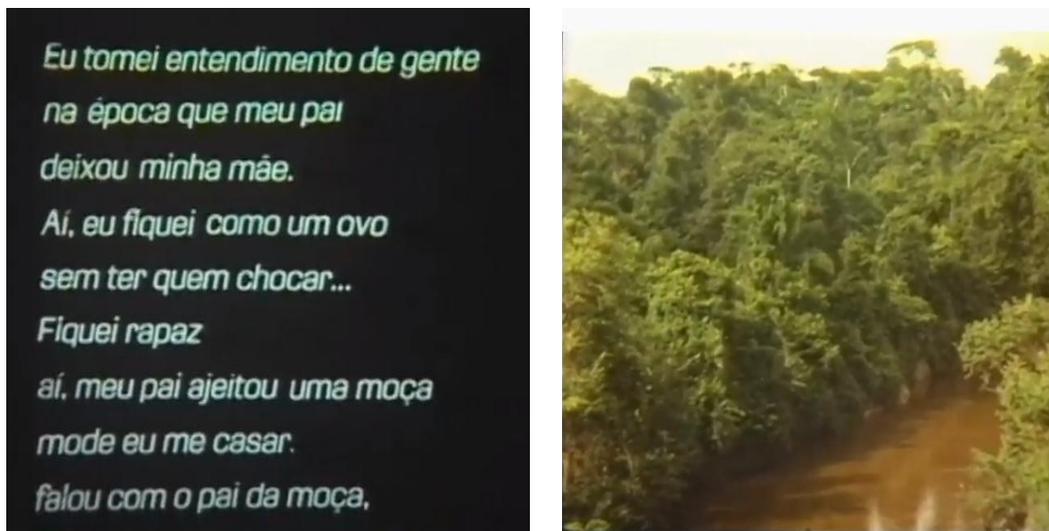


Imagem 3: Letreiro contendo as primeiras informações de Domingos Bala.
Floresta à margem do Vale do Rio Caru.
Fonte: Filme *Bandeiras Verdes* (1988)

Em seguida é apresentado a primeira narração *off* de Domingos Bala, contando sua trajetória no processo de deslocamento de Vargem Grande até chegar ao Rio Caru. A retirada dos seus lugares de origem pode ser entendida também como uma forma de resistência ao sistema de sujeição imposta pelos latifundiários. A busca por terra livre torna-se uma constante na vida das famílias camponesas, que assim como a de Domingos Bala, rumam em busca de liberdade e de *terras sem dono* para viver.



Imagem 4: Domingos Bala. O Deslocamento da família de Domingos Bala de Vargem Grande até a Pré- Amazônia onde o Centro do Bala.
Fonte: Filme *Bandeiras Verdes* (1988)

A segunda narrativa *off* é de Murilo Santos, feita na primeira pessoa, fazendo dele um personagem, colocando-se enquanto testemunha ocular dos fatos narrados. Conforme a seguinte explicação: “a estratégia do *off*, neste caso a narrativa em primeira pessoa foi algo para aproximar de um diário de campo, me fez personagem também, mostrar que eu estive ali” (SANTOS, 2015 apud COSTA, 2015, p. 93).



Imagem 5: Pesquisa de campo de Murilo Santos, o primeiro à esquerda.
Fonte: *Fronteiras de Imagens* (2009)

Assim, dialogamos com os conceitos cunhados por Bill Nichols (2005, p.135-138), ao propor reflexões sobre os modelos de documentários: poético, expositivo, observatório participativo, reflexivo e performático. Cada documentário é uma voz com impressões próprias que se coloca para o espectador. As formas de representação não são limitadas a um único modelo, como também, um modelo não desqualifica outro. São acionados conforme as necessidades e propostas da produção fílmica.

Dessa forma, ao analisar a produção do documentário *Bandeiras Verdes*, estamos partindo do modelo participativo. Os pesquisadores ao se aproximar de uma realidade totalmente distante da sua, por vezes, tão próximas, tende a modificar os espaços, as relações, os cenários, assim como a própria narrativa.

[...] O pesquisador vai para o campo, participa da vida de outras pessoas, habitua-se, corporal ou visceralmente, à forma de viver em um determinado contexto e, então, reflete sobre essa experiência, usando os métodos e instrumentos da antropologia ou sociologia. (NICHOLS, 2005, p.153)

No desenvolvimento argumentativo do documentário, é refletido sobre a importância da construção dos *centros* no processo de ocupação da fronteira pré- Amazônica e as relações estabelecidas entre o assituante e os moradores do respectivo centro, assim como as relações construídas externamente com outros os centros vizinhos. Destaca ainda a forma organizacional estabelecida, as leis que regem as famílias e suas dinâmicas, as relações de poder, que tem na figura do assituante a autoridade central.

No trecho do poema em forma de cordel recitado no filme, de autoria do personagem Luís, explica o que seria um assituante, e também ressalta para o reconhecimento da autoridade que tem Domingos Bala para as famílias que são admitidas no Centro do Bala, conforme o poema a seguir:

[...]Eu disse senhor Domingos
Que local interessante
Quero dizer pro senhor
Agora nesse, nesse instante
Acredito que deste centro
O senhor foi o assituante

Assituante quem é?
Agora vou explicar
Será o primeiro homem
Que chegar em um lugar
Faz a primeira abertura
E começa a trabalhar

Depois ele vai chamando
Aquele de mais distante
Para vir para o seu local
E trabalhar consoante
Mas todos já conhecendo
Que ele é o assituante.

Outro aspecto levantado no filme é o papel feminino na *frente de expansão*, ressaltado na figura de Dona Rosa, esposa de Domingos Bala, que desenvolve uma representatividade política e decisão dentro do Centro do Bala. Em algumas falas são

ratificados, por exemplo, no momento em que seu esposo a consulta para admissão de novos moradores, conforme vê-se abaixo:

[...] O Domingos foi pro São João, achou seu Franciscos que disse que andava caçando lugar. Chegou e disse: Rosa, trouxe uma companha aqui mais eu. Quem menino? Disse: Um homem que disse que anda caçando lugar. Nós bota ele aqui junto com nós ou não? Ele é um pai de família. Aí eu digo: E você quer botar roça? Quero. Pois Domingos, tira aquele pedaço de capoeira acular e dá pra ele fazer a roça dele. (ROSA, *Bandeiras Verdes*, 1988)

E quando é pontuado que após a morte de seu esposo ela passa a exercer o papel de autoridade principal, como vê-se na explicação a seguir:

Quando Bala morreu, a posse estava consolidada até pela própria aglomeração de parentes no Centro. A garantia da condição de camponês livre parecia alcançada. [...] E todas as decisões afeta à chefia passaram a ser discutida com sua esposa e seu filho Juscelino. (SANTOS, *Bandeiras Verdes*, 1988)



Imagem 6: Dona Rosa.
Fonte: *Bandeiras Verdes* (1989)

Às relações construídas externamente à população do Centro do Bala, também são pontuadas quando discorre sobre a comercialização das produções de excedentes nos entrepostos comerciais. Para melhor visualização segue abaixo imagens do transporte das produções do mercado regional:



Imagem 7: Transporte das produções ao mercado regional.
Fonte: Bandeiras Verdes (1988)

Outro elemento relevante diz respeito às ameaças que as famílias passam a viver com a chegada dos grandes projetos para a região, voltados para setores da agropecuária, madeireiros e mineração. Assim segue imagens do trem de escoamento do minério de ferro do Programa Grande Carajás



Imagem 8: Trem de escoamento do minério de ferro do Programa Grande Carajás.
Fonte: Bandeiras Verdes

A violência simbólica e material é também empreendida por pistoleiro, como destaca Domingos Bala em uma das suas últimas falas no documentário que segue abaixo:

Fiquemo pelejando, aí pegou, apareceu umas pessoas grilando. Aí vai aparecendo dono de terra, dono de terra. Que hoje nós tamos duma maneira que o camarada não pode nem andar desarmado por dentro dessas matas. Se o camarada tiver menos uma foice pode botar atira colo e andar com ela dum lado. Apareceu um fulano de pistoleiro, que isso aí no outro tempo não se ouvia falar de pistoleiro né. O pistoleiro se veio falar de certo

tempo pra cá. Eu daqui só posso ir mais frente se matarem e me levarem, mas que por hora enquanto, eu não vou sair mais pra frente, por que eu já vivo cansado de correr só, vivo cansado de correr. (DOMINGOS BALA, *Bandeiras Verdes*, 1988)

O autor também busca salientar ao público que nessas comunidades são perpassadas por diversos conflitos entre as famílias que compõem essa rede de sociabilidade. O próprio casamento de Dona Rosa após a morte de Domingos Bala, resultou numa série de situações conflitantes com a cobrança de renda pelo uso da terra, alterando a dinâmica e a forma organizacional. Os resultados foram desentendimentos e a saída de Dona Rosa e do seu marido do Centro do Bala²².

As formas de narrar através da linguagem fílmica as questões sociais e econômicas da sociedade maranhense passa a ser uma estratégia de resistência acionada pelo grupo de cineastas que fazem parte do Superoitismo no Maranhão, uma experiência libertadora na arte de fazer cinema.

²² Essa informação é apontada por Murilo Santos no Documentário *Fronteiras de Imagem* (2009).

2º CAPÍTULO: A Questão Agrária Contemporânea: entre disputas, consensos e conciliações

A luta empreendida pelos trabalhadores rurais em defesa do direito a terra, possui raízes históricas de negação e exclusão. A Lei de Terras instituída em 1850²³, formalizou juridicamente a exclusão social no acesso à terra, no processo de regularização das posses de terras, instituiu os marcos legais de propriedade privada. Desta forma, estruturou-se no Brasil um sistema em que a força produtiva do campo, composta de sujeitos escravizados, indígenas, homens pobres livres serviria para manter o *status* de uma elite agrária. A terra torna-se mercadoria e alicerçam-se os pilares da desigualdade social, como vê-se na explicação a seguir:

Dessa forma, considero que, na prática, a Lei de 1850 acabou por dar base jurídica e administrativa para a realização da lógica histórica de apropriação territorial no Brasil. Ou seja, ela sempre seria uma saída razoável e ordenadora para os casos que aparentemente representavam não ter solução, pois, em última instância, poderia ser acionada na defesa de determinados interesses.(SILVA, 2015, p.102).

Inserida no contexto político imediatamente anterior ao debate da abolição da escravidão e da transição do Império para a República, a criação da lei em questão serviu para reafirmar e intensificar a lógica de poder e dominação que já vigorava no Campo. Os proprietários de escravos e de terras buscaram redirecionar seus vultuosos meios econômicos para uma nova dinâmica produtiva, no entanto, as relações de domínio desses sujeitos estabelecidos com a terra alteraram-se sensivelmente.

Assistiu-se, nesse período, ao deslocamento de diversos contingentes populacionais em direção a outros espaços de ocupação, formando um campesinato livre em busca de sobrevivência e da inserção social. Na medida em que a frente de expansão agrícola foi avançando e com a intensificação da entrada do capital no meio rural, alterando drasticamente o espaço com a construção de grandes empreendimentos industriais, maquinários e tecnologias que alteraram as relações de trabalho ao introduzir novas lógicas

²³Essa Lei passa a definir os parâmetros sobre a apropriação territorial do Brasil, fundamentando o caráter mercadológico da terra no processo de comercialização fundiária do país. O autor Marcio Silva (2015) faz uma análise da Legislação da Lei de Terras de 1850, seus feitos, suas limitações, a dinâmica social no que tange a sua aplicabilidade, pontuando também as diferentes interpretações e extensa historiografia a respeito do tema. Cf. SILVA, Marcio Antônio Both da. **Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 35, n° 70, 2015, pp. 87-107. Ver também: MOTTA, Márcia Maria Mendes. A Lei de Terras e seus significados. IN: **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. 2.ed. Niterói: Eduff, 2008.

voltadas para a produção em grande escala, modificando o cenário, atraindo vultuosos investimentos e gerando disputas pelas áreas consideradas propícias para os grandes projetos desenvolvimentistas, resultando em lutas acirradas pela terra. À luz de José de Souza Martins (1998, p.669): “essa é a versão moderna da Conquista”.

Assim, a ocupação territorial no Brasil carrega marcas pautadas no valor do mercado, no extermínio das populações nativas, na violência e explosão de conflitos no campo. O apoio e o direcionamento do Estado, no que diz respeito à própria estrutura fundiária, sinalizaram para uma aliança que formalizou a abertura do capital ao processo especulativo da terra, atraindo diversos setores agropecuários e industriais, além do setor financeiro, que fomentou a formação das grandes empresas rurais.

A exclusão social e econômica que abateu parte da população brasileira foi uma construção arquitetada por uma elite, que, ainda no século XIX, se mostrou eficaz na defesa dos seus interesses ao instituir o trabalho “livre”, porém na direção conservadora e autoritária. Logo, a força produtiva do campo serviria para manter o *status* de uma elite agrária, que ao reinventarem suas estratégias de ações reafirmando-se enquanto *Senhores da Terra* e como *Senhores da Guerra* ao defender sua propriedade como um bem intocável, conforme vê-se abaixo:

Monopólio e violência fazem parte de nossa herança vergonhosa e mostram que o que está em jogo, no Brasil, é a equação terra e poder. Portanto, nada seria mais lógico do que caracterizar o patronato rural e agroindustrial e suas elites como *Senhores da Terra e Senhores da Guerra*. (BRUNO, 1997, p. XV).

O direito à propriedade privada foi, e continua sendo, a força matriz dos debates quando a pauta de discussão é uma possível Reforma Agrária, como na experiência de redemocratização da década de 1980. O que se observa é uma conduta de exclusão no que se refere ao acesso e à redistribuição de terra. Os velhos atores com roupagem nova dão a tônica da problemática, e resguardam o valor da propriedade privada como um bem intocável, é o que se vê na explicação que se segue:

Portanto, a essência do debate sobre a reforma agrária, originário do Estatuto da Terra e com seus ânimos acirrados na “Nova República” com I PNRA, não é expectativa de novo modelo de desenvolvimento econômico que poderia ser engendrado no meio rural brasileiro com a sua implantação, mas, sim, a defesa do direito absoluto à propriedade privada da terra, como condição *sine qua non* da existência da classe dominante no meio rural. (MENDONÇA, 2010, p.13)

Logo, novas e velhas práticas foram ganhando forma nos embates deflagrados, no que tange à questão agrária. Dessa forma, pesquisar a temática da questão agrária no cenário

nacional e no Maranhão, nos coloca em um campo propício à análise em diferentes recortes históricos.

Pode-se estudar a questão agrária no Brasil durante o período colonial, no qual as características principais são o trabalho escravo, monopólio da propriedade da terra pela Coroa e a posse entregue em concessão de uso apenas a alguns grandes latifundiários. Da mesma forma, pode-se estudar a questão agrária no final do século XX, caracterizada pelas influências do capitalismo globalizado, pelas empresas agrícolas transnacionalizadas e pelo capital financeiro. (STEDILE, 2013, p. 643)

Os grupos que dominam o espaço rural são compostos por uma gama de sujeitos. Dentre eles, destacam-se empresários de setores industriais, que mudaram as relações e os meios de uso da terra, comerciantes, pretensos proprietários de grandes extensões de terras, políticos, entre outros. Porém, caminham no mesmo sentido, quando o assunto é a investida do capital no campo e a preservação das grandes propriedades.

São sujeitos que interferem diretamente na gestão do Estado brasileiro, impactando as políticas voltadas para o campo, tanto no aspecto de políticas agrárias como agrícolas: “Na verdade, as classes dominantes brasileiras sempre se opuseram, por princípio e a qualquer custo, à reforma agrária, em defesa da propriedade privada. E essa postura custou centenas de vida de camponeses que por ela lutaram”. (MENDONÇA, 2010, p.13). Assim, se dizem defensores de “políticas agrárias”, entretanto, o que se tem é um forte investimento na política agrícola com vetor de modernização, discurso esse que se forja na Ditadura Civil-Militar, e tem reverberado ainda hoje, conforme vê-se na citação que se segue:

Trazer à tona o debate e a memória dos atos de repressão praticados tanto pelo Estado quanto por grandes fazendeiros e seus mandatários é reatualizar o passado de lutas que se perpetua no presente. Este mapeamento da violência política no campo contra a luta pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores é revelador para entendermos as formas que os trabalhadores assumiram para resistir e conquistar na lei e na prática os seus direitos. É importante fazer eco à luta política, de classes, entre a expropriação (da terra e da força de trabalho) e as formas de resistência (legais, ilegais e clandestinas). (BRITO 2015, p.73)

Essas reflexões objetivam possibilitar um olhar crítico para atuais e futuras gerações, dessa experiência real, brutal e não fictícia, como alguns sugerem. Olhar para o passado é, por vezes, um exercício doloroso, mas necessário. O campo maranhense, não diferente da realidade que se abatia no cenário nacional e foi configurando-se em um espaço pontilhado de conflitos agrários, acentuado após Lei nº 2.979, de 15 de junho de 1969, com a mercantilização das terras públicas do estado. Seus resultados são catastróficos e ainda hoje perceptíveis, sobretudo para a população camponesa, que passou a vivenciar de forma mais

intensa a expropriação, grilagem²⁴ e as diversas formas de violência. Os resultados desta lei foram altamente prejudiciais, ao restringir o acesso e a permanência na terra para esses sujeitos, que passam a buscar estratégias de resistência à política fundiária desenvolvida no governo de José Sarney, e nos dos seus sucessores.

A concentração fundiária tornou-se uma marca emblemática do Brasil, assim como as mais diversas formas de violência empreendidas contra o homem do campo, que se aprofunda em diferentes tempos históricos, como meio normativo. Isso porque: “a violência como forma de tratamento dos trabalhadores do campo é parte integrante do chamado padrão tradicional de dominação na história brasileira”. (MEDEIROS, 1996, p.5). Assim, intentamos contribuir para uma reflexão crítica sobre a questão agrária no que tange ao país, sobretudo, no Maranhão, na década de 1980.

Já que se pode considerar a efervescência nas disputas políticas, no período denominado abertura política. Dessa forma, delimitamos como marco de análise para a compreensão da temática: o Estatuto da Terra (1964), I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985), a criação da União Democrática Ruralista (1985) e a Constituinte em 1988. Interpelar o passado a partir de questões e desafios que se apresentam no presente, é um exercício complexo e instigante para a compreensão da sociedade, e um convite a nos debruçarmos sobre as múltiplas narrativas, em campos marcados por intensas disputas e contradições.

2.1 Estatuto da Terra, PNRA, UDR e Constituinte: terra e transição democrática.

A segunda metade do século XX traz mudanças significativas, sobretudo no aspecto social e político do país. A instabilidade política que se abateu na década de 1960, com a renúncia de Jânio Quadros, e as tentativas para barrar a posse de João Goulart, visto como uma ameaça ao futuro da nação, diante de uma suposta inabilidade para governar²⁵, e por comungar das ideias supostamente comunistas são explicações que passam a ser disseminadas e fortalecem as investidas nas tentativas de golpes que vinham se arrastando em um projeto arquitetado por forças conservadoras, tanto militares como civis.

²⁴Forma agressiva de expropriação de terra, com a utilização de documentação fraudulenta. Segundo Alfredo Wagner Almeida (1981, p.8), são inúmeros participantes da grilagem de terra, que contam com a proteção do Estado e de seus agentes.

²⁵Para uma análise do governo de João Goulart, e algumas possíveis explicações políticas e econômicas que foram utilizadas pelos seus opositores na tentativa de desqualificá-lo, enquanto hábil para a condução do país. Cf. FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil- militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil- militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.345-404.

As propostas de mudanças administrativas anunciadas por João Goulart, como o Plano Trienal, coordenado pelo economista Celso Furtado. Ainda: “o plano apontava o setor externo e o setor público como principais causas da inflação, e, para aliviar a pressão do setor público, sugeria aumentar a carga fiscal, reduzir o dispêndio e captar recursos do setor privado por intermédio de mercado de capitais” (LUNA; KLEIN, 2014, p.93). E, sobretudo as Reformas de Base, entendidas como nacionalistas e de cunho populista, soaram como um ataque as camadas conservadoras e afortunadas do país. A tomada do país pelos militares com apoio de extratos da sociedade civil foi legitimada inicialmente como uma proteção da nação contra o comunismo, posteriormente legitima-se a partir da defesa do desenvolvimento.

Com as devidas especificidades, resgataram os discursos que impulsionaram o país durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), pautados no desenvolvimento, com o foco para a industrialização, contando diretamente com os recursos estrangeiros. Forja-se o discurso do homem moderno como característica de uma cultura política, que vem sendo construída, metamorfoseada ao longo da história. Para Reis Filho (2014, p.14): “por cultura política entendo ‘um conjunto de representações portadoras de normas e valores que constituem a identidade das grandes famílias políticas’”.

As demandas no campo, diante das situações de calamidades vivenciadas pelos camponeses, as negações de direitos que se tornavam uma realidade em números alarmantes, incidiram diretamente na busca por melhores condições de vida. O fortalecimento das Ligas Camponesas, a repercussão e os impactos diretos e indiretos deste movimento impulsionam a própria luta no meio rural.

O que impactou também nas crises políticas, marcadas pela renúncia de Jânio Quadros, e a luta pela efetivação da posse do vice-presidente João Goulart, este considerado uma “ameaça” à nação por ser associado pelos setores conservadores aos ideais comunistas e suas propostas de reforma, intensificaram a reação orquestrada a tentativas anteriores de tomada de poder por forças militares em conjunto com parcelas de camadas sociais, sobretudo, uma elite empresarial que tanto conduziu o golpe como participou diretamente com os militares da administração do mesmo ao longo dos 21 anos.

No contexto social, um clima de intensa agitação no campo vinha sendo experimentado com a organização das Ligas Camponesas²⁶, um movimento que explode em

²⁶Para a História das Ligas Camponesas, Cf. MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas no Brasil. In: STEDILE, João Pedro. *A Questão Agrária no Brasil*. Volume IV. História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 157-186. Ver também o trabalho de Ricardo Brito (2015), que faz uma análise interessante sobre a formação das Ligas Camponesas, como uma luta contra a expropriação da terra e da superexploração da força de trabalho. Reflete sobre repressão na Ditadura

1955, tendo como liderança José dos Prazeres e Francisco Julião, figuras emblemáticas nessa luta, que marcaram as disputas políticas e sociais, fruto de uma revolução no campo. Uma organização de trabalhadores contra a situação de pobreza e de subordinação aos mandos instituídos no campo, e das situações de injustiças que estavam constantemente passando.

À Associação criada pelos trabalhadores do Engenho da Galiléia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, foi um marco inaugural da luta histórica dos trabalhadores rurais pela terra e melhores condições de vida. O objetivo inicial era buscar formas de enfrentamento das situações de exploração em que estavam inseridos, tanto na sua vida pessoal como profissional. O desfecho dessa luta inicial foi a desapropriação do Engenho da Galiléia, como se ver na explicação abaixo:

[...] As ligas camponesas se insurgiam contra os proprietários rurais criticando publicamente, através de passeatas, mobilizações, toda essa situação em que viviam a grande maioria dos trabalhadores rurais do Nordeste. O coroamento dessa mobilização, a partir da aprovação da desapropriação de Galiléia, teve um grande efeito sobre os trabalhadores rurais de Pernambuco e de outros estados. (MONTENEGRO, 2008, p.22).

As estruturas de dominação no campo sentiram a ordem social abalada, o que resultou em uma busca contínua pelas classes dominadoras de conter seu raio de ação diante do processo de resistência no meio rural, que se torna mais expressiva no final de 1950 e no início de 1960. As mobilizações e organização camponesa desencadearam o medo das elites, diante das possibilidades em curso de uma mudança da ordem social que abalasse a estrutura fundiária, até então inquestionável nessa magnitude. Para Brito (2015, p.76): “a desapropriação de Galileia em 1959 expandiu a Liga Camponesa por todo o Brasil, causando um intenso temor nas oligarquias rurais e na burguesia. [...] Transformava-se o movimento camponês, graças à intensidade deste, em questão social e política”.

Consideramos essa agitação social no campo, e as disputas políticas como fatores importantes no processo histórico, que incidiu e intensificou a destituição do presidente João Goulart, e a tomada do país no dia 31 de março 1964 por longos anos de uma Ditadura Civil-Militar. Diante de um quadro de instabilidade e indefinições quanto à condução do país pelos militares, uma das primeiras medidas em resposta às reivindicações e inflamações de setores voltados para o campo, no tocante às mazelas e situação do mundo rural, foi o projeto que

empresarial-militar brasileira (1964-1985), sobretudo que se abateu sobre os trabalhadores rurais do Nordeste. Cf. BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. A luta camponesa e a repressão durante a Ditadura empresarial-militar (1964 -1985). **Revista Habitus**: Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 72-87. 15 julho de 2015.

culminou no Estatuto da Terra. O primeiro mandato militar foi liderado pelo general Castelo Branco. De acordo com Regina Bruno²⁷ (1997, p.98-99), seu governo foi um experimento liberal, com a formulação do Estatuto da Terra, como instrumento legal de realização da reforma agrária, no entanto, foi esvaziado na sua fase final pela ação dos antirreformistas, que conseguiram alterar bruscamente o corpo do texto. A defesa por uma suposta reforma agrária era de certa forma uma resposta aos anseios sociais, apropriando-se da bandeira de luta dos trabalhadores rurais. Por outro lado, com a participação popular tolhida em todo o processo. Essa é a explicação que segue abaixo:

A opção do governo pela reforma agrária, como uma das medidas prioritárias para a modernização da agricultura, deveu-se principalmente à visão de que o latifúndio representava um obstáculo estrutural à modernização e à industrialização; e de que se necessitava neutralizar os conflitos sociais no campo, que haviam ultrapassado, na prática, os limites do projeto nacional-populista do governo João Goulart. (BRUNO, 1997, p.135)

Apesar de uma possível transformação no meio rural. Como ratifica Sonia Mendonça²⁸ (2010, p.37), essa lei tinha um caráter antipopular, pois não dialogava com os trabalhadores rurais, que ficaram excluídos do processo de elaboração. A bandeira de “Reforma Agrária” que se configurava no Estatuto da Terra, a rigor responderia a duas questões: atacaria a estrutura fundiária tida como obstáculo ao desenvolvimento da economia, ou seja, as terras improdutivas teriam que se adequar à modernização da agricultura, no intuito de produção racionalizada, e era preciso conter os conflitos sociais no campo, que seriam alcançados com o processo de ocupação dos “espaços vazios”.

Isso se configura em uma falácia, pois as populações que já residiam nessas áreas pretendidas para os projetos de colonização, resistiram e travaram duros conflitos. Todavia, a perspectiva reformista, propunha mudanças no setor agrário. Logo, era preciso desenvolver a agricultura. Nesse contexto, a modernização tornava-se necessária segundo o próprio discurso

²⁷A historiadora Regina Bruno (1997), tem contribuído de forma significativa para a compreensão e reflexão sobre as contradições sociais no mundo rural, e que incide também nos outros espaços do país. A autora também volta-se para a natureza das elites agroindustriais, analisando sua organização e seus discursos.

²⁸ O trabalho da historiadora Sonia Mendonça, pesquisadora renomada na temática da Questão Agrária, também tem possibilitado reflexões importantes sobre as classes dominantes do meio rural, suas organizações, ações e como foram se reinventando, na busca por seus privilégios, jogando diretamente com o Estado e seus agentes. A autora propõe uma reflexão sobre o comportamento das classes dominante no meio rural brasileiro, no recorte temporal de 1964-1990, como também aponta raízes históricas de entidades organizadas em décadas anteriores, Sociedade Rural Brasileira- SNR e Sociedade Nacional de Agricultura -SNA. O foco da sua pesquisa, sobretudo, é voltado para atuação da UDR, fugindo da ideia que ela tenha surgido tão somente pela emergência do PNRA, possivelmente o tenha intensificado, busca salientar sua organização e as práticas implementadas. Contribuição relevante para minha pesquisa, possibilitando o entendimento do papel que essas entidades do setor agrário, tem na formação política, econômica e social do país.

do governo e de entidades rurais. Um campo produtor resultaria em um mercado consumidor. Assim, as indústrias teriam um campo promissor, atraindo mais investimentos, uma receita “perfeita” nos moldes mais racionais da chegada do capital no meio rural, conforme citação que segue:

Logo, o que se percebe é que o primeiro governo militar, ao se apropriar da bandeira da reforma agrária e das demais reformas de base do período pré-golpe, deslocou-as para o âmbito do técnico e da eficácia, deixando de lado o movimento social mais amplo que lhes dera sustentação em passado recente. (MENDONÇA, 2010, p.38)

O projeto reformista não objetiva realizar a distribuição de terra, moldada na justiça social, apesar do caráter democrático que possa sugerir. As mudanças propunham, sobretudo, acabar com os obstáculos à modernização e à industrialização do setor agrário. Assim, os latifundiários “improdutivos”, que não se enquadrassem na proposta do Estatuto da Terra, sobretudo, no aspecto de modernização da agricultura, poderiam sofrer as sanções previstas, entre elas a desapropriação.

O Estatuto da Terra aparece então como instrumento de intervenção do Estado em dois níveis: a reforma agrária e o desenvolvimento agrícola. Em sua essência, o perfil da reforma explicitado no texto do ET é o projeto de modernização do latifúndio. É a proposta para forçar os setores mais retrógrados a se modernizarem. (BRUNO, 1997, p.43, grifo nosso)

Pode-se afirmar que o Estatuto da Terra caminhou em duas direções: uma de caráter distributivista, pautado na Reforma Agrária, e a outra, produtivista, voltada para a reforma agrícola. Mendonça (2010, p.60), afirma que a política fundiária estava subordinada à política agrícola. O que nos leva a refletir a forma que tem caminhado as políticas voltadas para a questão fundiária no Brasil, que favorece latifundiários, empresários rurais, produtor rural ou outras nomenclaturas, que foram sendo forjadas para mascarar seus verdadeiros interesses, de perpetuação de poder e dominação social, política e econômica, resguardo pelo Estado e seus agentes.

As medidas reformistas foram mal recebidas pelos latifundiários, que passam a olhar com desconfiança o governo Castelo Branco. O golpe que tinham apoiado era o mesmo que os golpeavam. As estratégias passam a ser direcionadas no intuito de barrar os cunhos reformistas. Forma-se um Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra (Gret), como salienta Regina Bruno (1997, p.137), com a responsabilidade de formular os princípios do Projeto de Reforma Agrária. Dessa forma, elaborariam um documento que servisse de base para o anteprojeto do Estatuto da Terra, e as emendas para serem utilizadas na versão final do

Projeto. Após vários embates e conciliações, que resultaram na décima quarta versão, como texto final, aprovado no Congresso em outubro de 1964.

Por sua vez, durante todo o período de discussão e de elaboração do anteprojeto, o imperativo da negociação e as inúmeras concessões aos donos de terra foram considerados pelo Gret e pelo governo como “recuos táticos” necessários à aprovação do Estatuto. Porém a última versão do anteprojeto, aprovada pelo Congresso Nacional, apresentou-se não como uma “lei enxuta” e sim como uma imensa coleção de ambiguidades, ressalvas e vetos. Teve início, então, já em 64, a modificação do Estatuto exatamente nos aspectos mais diretamente veiculados ao processo de reforma agrária. Foi a derrota estratégica. (BRUNO, 1997, p.152)

Após aprovação do Estatuto da Terra em novembro de 1964, o avanço do capitalismo no campo nos anos 1960 e 1970, foi pautado em uma modernização conservadora²⁹, mascarando a efetivação de uma Reforma Agrária, ou seja, assiste-se à implementação de uma reforma agrícola, sem propor mudanças na estrutura fundiária. Nesse cenário, gestam-se novos atores sociais e políticos, pois:

A rigor, a ideia de modernização conservadora se aplicaria no Brasil à emergência da modernidade como todo, abarcando diversos períodos de nossa formação histórica, da Primeira República ao Estado Novo. Nesse sentido, ela apreende um processo social calcado explicitamente num modelo político conservador, no qual os valores democráticos são preteridos para um plano secundário. [...] O período militar combina repressão política e expansão econômica, ação policial e modernização da máquina do Estado e incentiva às atividades empresariais. (ORTIZ, 2014, p.114).

Nessa configuração, nascia um “novo” personagem no meio rural. Como afirma Sonia Mendonça (2010, p.53), o empresário rural, seria representado como um sujeito dotado de atributos inovadores, pautado no moderno. Contrários a qualquer ligação com as experiências cunhadas com o atraso, tidas como obstáculos ao novo momento de empreendimentos no campo.

Para tanto, seria necessário consolidar-se, igualmente, uma categorização social de novo tipo: o empresário rural. Mais que ultrapassar o latifúndio, a empresa rural geraria necessariamente a transformação do latifundiário em empresário, dotado de atributos tais como a racionalidade, a criatividade e o espírito de iniciativa, capaz, por tudo isso, de fazer frente aos negócios e às necessidades da modernização da agricultura e ao desenvolvimento da nação. Nessa nova identidade, não deveriam limitar-se ao papel de meros proprietários de terra, porém contar com uma mentalidade “evoluída” e aberta às inovações tecnológicas de que estaria carente a agricultura brasileira. (MENDONÇA, 2010, p.52-53)

²⁹Termo que passa a ser utilizado pelos estudiosos do tema como o modelo de desenvolvimento cunhado na repressão política e expansão econômica.

Por outro lado, como sugere o trabalho de Regina Bruno (2016), ao refletir sobre os discursos e as representações das elites agroindústrias, que desqualificam a potencialidade da agricultura familiar, alimentando assim, um sistema de dominação e de exclusão desses sujeitos, ao negar sua produtividade, e sua lógica pautada na subsistência. Dessa forma, são vistos como “produtores” inferiores, quando são reconhecidos como tal.

[...] A relação do patronato rural e agroindustrial com os agricultores familiares faz parte de uma história de exploração e de subordinação e pressupõe a utilização dos mecanismos de dominação simbólica cuja finalidade é apagar ou naturalizar as desigualdades sociais a fim de legitimar regras de inclusão e exclusão que fazem parte dessa relação. (BRUNO, 2016, p. 153).

A retórica das entidades rurais caminhava em torno da defesa do moderno produtor rural, como aquele que estaria apto para produzir em longa escala e com técnicas modernas, visando apenas o lucro e a acumulação, discurso que ganha forma na década de 1960, e nas posteriores, como legitimação da criação das empresas rurais. Suas estratégias discursivas são pautadas no produtivismo, tendo o “produtor rural” um papel decisivo na economia, buscando atender a lógica de mercado, à revelia da situação social do campo.

É interessante frisar que a “nova classe rural”, que está se formando no pós-1964, é constituída tanto por sujeitos do setor agrícola, industrial e financeiro. Portanto, chamá-los de empresários rurais, termo que passa a ser recorrente, torna-se mais coerente devido às imbricações de vários setores que adentram no mundo rural, propondo uma modernização, com investidas do grande capital e o uso racional da terra. A retórica das entidades rurais caminhou em torno do moderno produtor rural, como aquele que estaria apto para produzir em larga escala, com técnicas avançadas, reverberando no discurso de produção para sanar as problemáticas no meio rural.

Atendendo à lógica de mercado, à revelia da situação social de conflitos em que se encontrava a maioria da população camponesa e dos costumes em relação a posse da terra, como aponta José de Souza Martins (1998, p.670-673)³⁰, ainda são presentes nas comunidades de fronteira a concepção que a terra é de quem trabalha nela, diferente dos defensores da propriedade privada. porém de domínio de todos. As relações entre público e privado são concebidas sobre outros pressupostos, o que tem resultado em diversos conflitos.

³⁰O trabalho de José de Souza Martins(1998) é uma obra que nos possibilita empreender as mudanças sociais e econômicas que passam a gerir a lógica do campo. A concepção de privado que ordena as relações dos latifundiários, em detrimento de uma lógica que se afirma em outros pressupostos, como do que trabalha na terra e dela busca seu sustento.

O conflito nasce em razão da completa desconsideração ao costume e ao costumeiro. Mas do que luta pela terra, estamos em face de uma luta por concepções antagônicas de direito. Um direito moral fundado sobre a precedência do trabalho e um direito racional fundado sobre a terra como equivalente a mercadoria. De um lado, um direito fundado na concepção de que a terra é um bem comum, ao qual se tem acesso pelo trabalho. De outro lado, um direito fundado na concepção de que a terra é uma mercadoria, cuja posse legítima decorre de um ato original de compra. Portanto, dois clamores sobre um mesmo território com base em pressupostos antagônicos. A violência na fronteira tem sido a violação da legitimidade da concepção de que a terra é um bem comum”. (MARTINS, 1998, p.717).

As elites agrárias passam a acionar a retórica que nega a problemática fundiária, sobretudo, que a Reforma Agrária seria a solução. Pois, consideravam que a própria modernização da agricultura tinha atingido o cerne da questão agrária. Isso, porque: “como se pode perceber, a defesa do monopólio aparece aqui se projetando de outro modo. Alegam que a existência de terras ociosas não evidencia um problema estrutural, mas, simplesmente, uma questão de alocação de recursos”. (BRUNO, 1997, p.22). Assim, o problema não era a concentração de terra, mas a falta de ações governamentais que fomentassem o crescimento do setor.

Outro discurso, que ganha notoriedade, refere-se às solicitações de financiamentos junto ao governo, altamente defendidas enquanto bandeira das entidades patronais, tendo em vista que o aumento da produtividade dependia também de investimentos no setor agrário, que durante muito tempo tinha sido penalizado. Os novos rumos provenientes da modernização da agricultura, atrelados aos incentivos fiscais, resultariam em produtividade.

A contribuição dada ao fomento de subsídio foi decisiva para a modernização da agricultura. A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), programas de garantia de preços mínimos e de formação de estoques reguladores da AGF e EGF e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), como afirma Francisco Luna e Herbert Klein, esses direcionamentos por parte do Estado, tinham como objetivo o crescimento do setor agrícola no país, que foi altamente beneficiado. Quanto a esta temática segue abaixo uma explicação:

O apoio militar à modernização agrícola abrangia várias frentes. Em primeiro lugar estava a oferta de crédito abundante e subsidiado. Em 1965, a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) propiciou recursos substanciais para os produtores agrícolas e representou o principal instrumento do governo no fomento à agricultura. Além do sistema de crédito, implantaram-se os programas de garantia de preços mínimos e de formação de estoques reguladores (AGF e EGF). Em 1973 foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que desempenhou papel fundamental na modernização da agricultura brasileira. (LUNA; KLEIN, 2014, p.102).

Assim, foi sendo construído o personagem do “produtor rural”, como o responsável por conduzir o desenvolvimento da economia do país. Dessa forma, segundo Sonia Mendonça (2010, p.55), consideravam que a situação negativa vivenciada no meio rural, era também responsabilidade governamental, que por muito tempo abandonou o segmento promissor da economia. Os novos rumos da agricultura, atrelado aos incentivos fiscais³¹, resultariam em produtividade. Essa tônica foi ganhando força, no intuito de pressionar uma ação governamental de fomentar incentivos fiscais. Os financiamentos por parte do governo tiveram papel decisivo na dominação no meio rural pelas elites ruralista e agroindustrial.

Dessa forma, o que se experimentou foi uma lei ambígua, que reprimiu duramente os movimentos sociais, e garantiu os direitos dos latifundiários, com novos nomes, como empresários rurais, mas com a mesma política de proteção a concentração fundiária, pois: “nesse sentido, a mal definida empresa rural, isenta de desapropriação, seria a brecha escapatória para a continuidade do latifúndio”. (BRUNO, 1997, p.146).

Como aponta Sonia Mendonça (2010, p 41-42), o Estatuto da Terra não se caracterizou como uma ameaça direta ao latifúndio, apesar de ser apresentada com um certo caráter reformista da política fundiária. O que se empreendeu foi uma busca de adequar essas propriedades ao modelo desenvolvimentista da agricultura, que como empresa, nomenclatura que passou a ser utilizada, tornava-se, na verdade, um mascaramento dos grandes latifúndios, que como empresas rurais, passam a ser isentas da desapropriação.

Isso foi assegurado na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, no artigo 19, inciso, § 3º. Logo, precisavam cumprir a função social, ao produzirem em larga escala, uma condição que passa a ser cobrada no tocante a utilização da terra, e reivindicado pelos trabalhadores rurais. No entanto, a Lei de Reforma Agrária, tornava-se na prática, uma lei de desenvolvimento agrícola. Segue abaixo a redação do artigo 2º da referida lei:

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei. § 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam. (BRASIL, 1964, p. 1. (grifo nosso)

³¹É uma política governamental que isenta o sujeito de pagamento de imposto de renda à Receita Federal, de desde que invista parte de seus recursos sejam destinados a projetos industriais e agropecuários. Assim, beneficiou o grande proprietário de terras e empresas agroindustriais.

Os recuos que o Estatuto da Terra sofreu ao longo da sua elaboração, publicação e aprovação final, demarcam os acirramentos e as disputas entre entidades ruralistas, e as negociações que o governo precisou fazer, ajustando o caráter “reformista” de forma a tornar possível sua aprovação. O texto final sofreu mudanças significativas diante das pressões dos setores contrários ao projeto reformista, reagindo de forma enérgica contra as possíveis reformas empreendidas no tocante à estrutura fundiária, no governo Castelo Branco.

Assim, o campo assistiu às transformações implementadas pelo processo de modernização da agricultura e a reinvenção de uma nova identidade social. No entanto, a situação de conflitos resultantes desse processo, diante de um quadro político, econômico e social, que tendia a favorecer os detentores dos latifúndios, apoiadores direto da Ditadura Civil-Militar, não calaram a voz dos que reivindicam por justiça social. “A grande propriedade fundiária e empresa rural com suas modernidades e tradições também trouxeram consigo a resistência, a contestação e a insurgência”. (BRUNO, 1997, p.13). Dessa forma, os debates em torno da Reforma Agrária, que ainda se apresenta enquanto gargalho, intensificam-se na “Nova República”.

A década de 1980 é marcado pela emergência de conflitos sociais, diante de um modelo de governo ditatorial, que já sinalizava estar ruindo, e os ensejos pela volta da democracia. O processo de transição já apontava para uma experiência democrática, negociado por forças civis e militares. O quadro em que foi caminhando o período de transição, daria lugar a uma dita “Nova República”, tendo como representante, Tancredo Neves, eleito de forma indireta pelo colégio eleitoral, numa terça-feira, 15 de janeiro de 1985, exerceu o mandato durante três meses, com sua morte, assume o vice, José Sarney, ex-presidente da ARENA³².

Como salienta Sonia Mendonça (2010, p. 90-91), as mudanças foram sendo projetadas, no intuito de responder às acaloradas reivindicações sociais, nos ares ditos democráticos em que se passou a viver no Brasil. Os ventos de mudanças, logo, deram sinais de uma democracia negociada. No entanto, apesar da insegurança com os novos rumos do país, nos seus atributos como presidente do país, Sarney, buscou reafirmar a legitimidade do governo. Uma das primeiras medidas do novo presidente, foi a criação do Plano Nacional de Reforma Agrária. Foi uma resposta reformadora aos anseios e às reivindicações por mudanças, até mesmo, como discurso de legitimidade, ao um governo de caráter democrático, clima tão

³² Aliança Renovadora Nacional foi um partido político que apoiou a política do governo ditatorial, criada em 1965 com a promulgação do AI-2 que implantou o bipartidarismo.

presente no país. Diante de uma tão frágil experiência democrática, forja-se uma pressão popular por uma ação do poder estatal sobre as demandas do campo.

Diante das crises sociais no campo, a vulnerabilidade e as diversas formas de violência, a proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária foi apresentada em maio de 1985, no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais³³, pelo presidente José Sarney. No I PNRA, as terras consideradas improdutivas sofreriam sanções em decorrência do não cumprimento da função social, assim como, condicionou a Reforma Agrária à Política Agrícola³⁴, resgatando os princípios elementares do Estatuto da Terra de 1964.

Na imprensa, é apresentado o trabalho do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário MIRAD³⁵. Ela incumbência de preparar o plano para a Reforma Agrária a ser executado na Nova República, o que repercutiu também na desapropriação de terras que não se enquadrem como empresa rural³⁶, conforme segue explicação abaixo:

A partir de agora o MIRAD pode desapropriar qualquer área desde que não seja classificada como empresa rural. De acordo com decisão do Supremo Tribunal Federal, em mandado de segurança, por desapropriação por interesse social (art. 20. decreto-lei 554/69), somente é isenta da desapropriação por interesse social os imóveis rurais que satisfaçam os requisitos para a classificação como empresa Rural. (Jornal de Hoje, 14 abr 1986)³⁷.

O processo de classificação de terras enquanto produtivas, ou seja, isentas de desapropriação, também é ratificado em uma reportagem do Jornal *O Estado do Maranhão*, de 13 de outubro de 1986. O anúncio de um projeto reformista nessa magnitude, suscitou tensões, conflitos e oposição ferrenha ao projeto, principalmente de pecuaristas, agroindustriais, entre outros representantes da elite agrária, que se sentiam ameaçados com uma possível reforma agrária, como vê-se na explicação que segue abaixo:

³³Cf. MENDONÇA, Sonia Regina. A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária- natureza e comportamento 1964-1990. João Pedro Stadile (org.)- 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.92 e 93.

³⁴Assim, não há como confundir os dois institutos, porém, não há como dissociá-los na aplicação prática, em busca do bem comum e da solução dos problemas fundiários. Embora distintas quanto ao conteúdo das ações previstas, a Política Agrícola e a Reforma Agrária se completam: o êxito da Reforma Agrária estará diretamente condicionado à aplicação efetiva das medidas adequadas de Política Agrícola. Inversamente, os objetivos da Política Agrícola podem ser obstados pelos entraves das estruturas fundiárias inadequadas. (BRASIL, 1985, p.12)

³⁵ Ministério criado em 1985, responsável pela elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária.

³⁶A desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária não pode atingir qualquer propriedade, mas apenas aquela que não cumpre sua função social conforme prevê o Estatuto da Terra. Desse modo, estão isentos dessa modalidade de desapropriação os imóveis que satisfizerem os requisitos para serem enquadrados como empresa rural (art. 19, § 3º, letra "b", do Estatuto da Terra). A lei exclui da desapropriação, portanto, o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente o imóvel rural (art. 4º, inciso VI, do Estatuto da Terra), com respeito à função social da terra. (BRASIL, 1985, p.7)

³⁷ Retirado dos Acervo de fragmentos de Jornais da Comissão Pastoral da Terra. Seção- Recorte de Jornais-Ano de 1986.

O ministro da Reforma Agrária, Dantes de Oliveira, confirma que está havendo uma corrida às delegacias regionais do Incra, nos últimos dias, de proprietários rurais interessados em retirar o cadastro de suas terras. O objetivo é provar que elas são produtivas e, como tal, excluídas de desapropriações para efeito de reforma agrária. (Estado do Maranhão 13 out de 1986)³⁸

É interessante pontuar que a reação das elites rurais era decerto compreensível nos “novos” ares que se propagava com a Nova República. A realização de uma reforma agrária tornava-se possível na conjuntura da década de 1980, com o caráter democrático a ela associado. Por outro lado, uma guerra no campo foi instaurada, na tentativa de conter qualquer organização de movimento social ligado aos trabalhadores rurais ou simpatizantes com a causa defendida. Como afirma Regina Bruna (2003, p. 286-288), estavam: “*abrindo velhas feridas*”.

Diante da apresentação do projeto do PNRA, um alarido ocorre na sociedade, as dúvidas sobre as possíveis execuções da proposta apresentada por Sarney, pegou os setores da elite agrária de surpresa e ameaçou a estrutura fundiária até então preservada. Ataques ao governo e a seus agentes, passam a ser sistematizados. A ofensiva dos antirreformistas ganha força e impõe revisão das propostas.

A depender da “reforma agrária” dos fazendeiros e seus aliados, a terra continuará seu processo de concentração e a agricultura seguirá pelos caminhos da modernização. Para isso, se o governo não pode ou não quer fazer, a iniciativa dos proprietários se encarregará de combater os que ameacem suas “propriedades”. (COMISSÃO, 1985, p.14)

Por outra lado, há uma ofensiva de trabalhadores que buscavam estratégias de reivindicar o acesso democrático à terra. Nesses entraves sociais, como sugere Antônio Menezes Neto (2007, p. 335-336), nasce na década de 1980, o Movimento dos Sem Terra, ligado aos movimentos religiosos, sobretudo, aos trabalhos da Comissão Pastoral da Terra, tendo como base teórica a Teologia da Libertação. Essas influências nos permitem compreender a logística de atuação, sua mística. São práticas que envolvem o lado lúdico, recorrentes nas ações do MST, que marcam suas ocupações e manifestações, pois: “[..] assim, os símbolos do MST, como a bandeira, o hino, o boné, as músicas, as palavras de ordem, os teatros e o jornal, as marchas e os frutos do trabalho, como as sementes, tornam-se símbolos presentes em todas as manifestações”.(MENEZES NETO, 2007, p. 337). As marcas políticas e sociais de um movimento que ganha notoriedade, considerado um dos mais importantes na contemporaneidade, em defesa da luta pela terra.

³⁸Retirado do Acervo de fragmentos de Jornais da Comissão Pastoral da Terra. Seção- Recorte de Jornais-Ano de 1986

Nesse contexto, o MST realiza o seu I Congresso em janeiro de 1985, em Curitiba (Paraná), quando se definiu como um movimento social que teria como principal meio de ação as ocupações de terras, dando “a cara” que demarcaria o Movimento Sem Terra. Adota o lema “Ocupação é a única solução”. A partir do III Congresso, realizado em 1995, a marca maior passou a ser a luta contra o neoliberalismo, e a palavra de ordem foi ampliada para “Reforma Agrária, uma luta de todos”. (MENEZES NETO, 2007, p.335)

Como fruto da expropriação da terra, diversas famílias passam a reivindicá-la, usando a estratégia de acampamentos em propriedades privadas e órgãos públicos, uma ação política para pressionar o governo, e denunciar a sociedade a real situação de exclusão em que se encontravam. Os proprietários rurais consideram uma ameaça em potencial, pois: “o que mais ameaçava era a possibilidade de as ocupações se transformarem no ‘caminho natural’ para o apoio e a mobilização da sociedade em favor da reforma”. (BRUNO, 2003, p. 292).

Desse modo a organização dos movimentos sociais, em um cenário político fragilizado e da crise de representação da classe rural são elementos que favoreceram o surgimento da União Democrática Ruralista, entidade rural que se destacaria no cenário político nos anos 80. Analisar a formação e organização da União Democrática Ruralista (UDR), ainda é de difícil acesso, seja pela pouca documentação disponível ou pelos raros trabalhos encontrados. No entanto, o esforço foi feito para salientar algumas reflexões tidas como importantes para o entendimento dos conflitos fundiários e os diversos sujeitos sociais que dele participam diretamente.

O nascedouro dessa entidade foi Goiás, em 1985, tendo como líderes Ronaldo Caiado³⁹ e Plínio Junqueira Junior no momento em que se acirram as disputas de projetos políticos voltados para o meio rural, e também pela falta de representatividade no atual governo, ao fazer alusão às mudanças na estrutura fundiária do país, e consecutivamente na propriedade privada, conforme explicação que segue:

Ronaldo Caiado pertence a uma das mais tradicionais famílias de pecuaristas de Goiás. Foi o principal mentor da UDR e seu presidente. Em 89 candidatou-se à Presidência da República e teve uma votação inexpressiva. Foi deputado federal na legislatura de 91-94. Perdeu a eleição para o governo do Estado de Goiás em 94. (BRUNO, 1997, p.76).

A UDR nasce pela movimentação inicial de pecuaristas, que viam o PNRA como ameaça em potencial à propriedade privada. As possíveis desapropriações como penalizações, forjaram a necessidade de uma proteção aos seus interesses. Assim, gestaram estratégias de

³⁹Atualmente é governador do estado de Goiás, eleito em primeiro turno .

ações, disponibilizando assistência jurídica, e provendo recursos financeiros, como medidas emergências para a guerra que instauraram no campo, como vê-se abaixo:

A UDR surgiu, em junho de 85, numa conjuntura de transição de debate sobre a reforma agrária. Ela nasceu como uma reação de determinados setores das elites rurais à proposta de reforma agrária da Nova República. Defendendo a urgência de "uma resposta à altura das invasões de terra" e se contrapondo ao posicionamento do governo favorável à reforma agrária, por entender que fortaleceria a luta pela terra no Brasil e induziria a uma maior mobilização da sociedade em favor da proposta reformista, a UDR fundou uma nova prática. (BRUNO, 1997, p.79)

Pontuamos que suas ações foram sendo forjadas na direção de um projeto que visasse resguardar as propriedades dos pretensos sócios, e disputava a legitimidade com outras entidades, de ser a porta-voz da burguesia agroindustrial. Nessas disputas, a UDR, também barganhou uma representação política, diante de um campo de representação disputado pelas frações de classe dos proprietários rurais, sofreu duras rejeições das agremiações tradicionais, como aborda a reportagem a seguir:

Influentes lideranças agrícolas que participaram de recente manifestação em Brasília, em protesto contra as dificuldades recente manifestação em Brasília, em protesto contra as dificuldades que o setor enfrenta, não escondem sua irritação com o desempenho do fazendeiro Ronaldo Caiado, presidente da UDR. Segundo os três principais organizadores do movimento, Caiado fez tudo para criar incidentes graves que lhe permitissem radicalizar o protesto e assumir seu comando. (Estado do Maranhão 16 jan de 1987)⁴⁰

Sua estratégia inicial foi se articular com outros vários setores da sociedade, representantes de agremiações rurais, políticos, empresários, com o próprio Estado, aliados esses que contribuíram para a luta e devastação contra os “invasores” e “arruaceiros” da paz no campo. A guerra estava declarada contra as “invasões” e desapropriações de terras. Um caráter de irmandade e solidariedade entre os pares, legitimariam as ações mais esdrúxulas praticadas. Os seus associados passavam por crivo, como aponta Sonia Mendonça (2010, p.132), pois o acesso era facultado inicialmente para os proprietários rurais, sobretudo aqueles que estavam tendo suas terras desapropriadas ou que estavam sofrendo invasões.

As estratégias da ação da UDR passam a ser socializadas entre seus sócios, sobretudo nos famosos leilões, em que eram arrecadadas vultuosas reservas financeiras⁴¹, que serviram para custear a luta armada no campo e campanhas eleitorais, através também de contribuições obrigatórias ou espontâneas dos sócios. Essas ações fortaleceram sua

⁴⁰Retirado do Acervo de fragmentos de Jornais da Comissão Pastoral da Terra. Seção- Recorte de Jornais- Ano de 1987 (Janeiro- Março)

⁴¹ MENDONÇA, op. cit., p.131-136.

organização nos mais diversos estados, e fomentou a contratação de milícias privadas, intensificando a violência.

Dentre as características emblemáticas da “nova” entidade, destacamos as ações de violência, marca registrada. Valendo-se de um contra discurso, de proteção à propriedade, utilizaram os mais sórdidos meios, como vê-se na citação a seguir:

O uso da violência como opção para solução dos conflitos de terra e “proteção” da grande propriedade fundiária é seguramente a face mais conhecida da UDR, sua marca registrada. Ela atualizou o uso da pistola e incentivou a formação de milícias privadas. (BRUNO, 1997, p.81 e 82).

A violência como característica dos conflitos no campo não é uma novidade. A UDR, no entanto, intensifica e legitima suas ações, justificando o uso da força como um contra-ataque diante do que consideram invasões. A UDR passou por uma segunda fase de organização, como salienta Regina Bruno (1997, p. 59), voltada para a atuação no campo jurídico e para a representatividade política. Assim, dava assessoria aos associados em como proceder nos embates nas situações de desapropriação e nas ocupações (tidas como ataques e invasões) de camponeses.

A UDR foi também uma entidade que também barganhou os espaços do Congresso, conduzindo e impactando os debates na Constituinte, ao custear vultuosas campanhas eleitorais, como aponta a reportagem do Jornal *O Estado do Maranhão*, publicado no dia 07 de janeiro de 1987 que segue:

Durante a campanha eleitoral, noticiou-se amplamente que a União Democrática Ruralista (UDR), organismo conservador de combate à reforma agrária, teria montado um poderoso esquema para eleger o maior número possível de constituintes. (Estado do Maranhão 07 jan de 1987)⁴².

Por fim, construindo um projeto político para o Brasil, que apesar das controvérsias, tem conseguido manter resguardada a estrutura de concentração de terras como norteador da política fundiária. O processo de atuação política da UDR gesta-se com diversas estratégias que foram sendo forjadas conforme as demandas levantadas pela entidade. Inicialmente buscaram se organizar em torno de um objetivo em comum, posteriormente barganharam representatividade dentro do Congresso Nacional⁴³.

⁴²Retirado do Acervo de fragmentos de Jornais da Comissão Pastoral da Terra. Seção- Recorte de Jornais- Ano de 1987 (Janeiro- Março)

⁴³Ver Anexo A do Jornal *Folha de São Paulo* do dia 07 de fevereiro de 1987, na reportagem é apontado o peso político da UDR e as duras crítica a política do Governo Federal.

Como aponta Sonia Mendonça (2010, p.161), com o intuito de resguardar seus interesses na votação da Constituinte. Desempenharam um papel decisivo na captação financeira para custear as campanhas eleitorais de 1986. A ação política da UDR, é também criticada por Pedro Oliveira (2018):

Criada e liderada por Ronaldo Caiado, a ação política era baseada na violência física explícita e coerção simbólica, numa espiral de radicalização do discurso em comparação com as demais entidades patronais até então existentes. A UDR ganhou força e rapidamente conquistou espaço político, largando na frente na disputa pela direção da classe dominante agrária que encontrava-se em suspenso. (OLIVEIRA, 2018, p.169)

O peso político da UDR, ao minar o I PNRA, é uma amostra do que viria ser nos trabalhos da Constituinte. Com estratégias letais, esvaziou e prorrogou mais uma vez a implementação de uma reforma agrária, que trouxesse mudanças significativas para a estrutura fundiária, conforme vê-se abaixo:

De uma forma ou de outra, é fundamental reter que, a partir das eleições constituintes, a UDR alteraria sua estratégia de ação política, em direção ao esboço de uma frente nacional de empresários - rurais e urbanos - com vistas a influir nos trabalhos da Constituinte, de modo a tanto controlar a atuação dos parlamentares por ele apoiados quanto persuadir, através desses, os demais, em defesa dos interesses da agremiação. (MENDONÇA, 2010, p.164)

O espaço político-institucional do Congresso passa a ser a menina dos olhos da UDR. Buscando ampliar seu espaço de atuação na sociedade, não ficando restrita aos espaços rurais, mas dominando e influenciando também outros espaços. Logo, seu raio de mobilização e aglutinação de forças marcam sua eficácia política, pois:

Apesar de a UDR desprezar as regras da política partidária, reconheceu a importância desse espaço político-institucional e apostou na via eleitoral como meio de ampliação da representação da grande propriedade. Isso viabilizou-se através do apoio financeiro aos candidatos diretamente ligados aos “interesse da agricultura” ou considerados politicamente mais conservadores. [...] Todos os candidatos, independentemente de sua filiação partidária, eram passíveis de receber o apoio financeiro da UDR, bastando, como requisito, que defendessem a livre iniciativa e o direito inalienável da propriedade. (BRUNO, 1997, p. 85)

O esvaziamento do Projeto do I PNRA⁴⁴ foi de tamanha proporção, que resultou em um texto final marcado por modificações bruscas, negociações, conciliações e quase nada de reformas. Os embates, acirramentos e crises de representação das entidades patronais,

⁴⁴Ao analisar a tabela de Metas do PNRA de 1985 e o gráfico do Caderno de 1989 da Comissão Pastoral da Terra, podemos empreender o quanto a sua efetivação foi mínima diante da proposta de realização de uma Reforma Agrária nessa magnitude. Ver anexo B e C.

marcam o processo de sua aprovação. As mais diversas manobras políticas foram disseminadas, em torno de conter a Reforma Agrária também no texto final da Constituinte.

À luz de Pedro Oliveira (2018), considera-se que essas estratégias de ações empreendidas pelas classes dominantes no meio rural, lograram êxito nas tentativas de barrar a implementação de uma reforma fundiária no país, podendo ser sentido as manobras das classes dominantes rurais em 1964 e posteriormente em 1985. Assim, a Reforma Agrária fica em segundo plano:

Logo, vemos que a mesma estratégia empregada para bloquear o Estatuto da Terra em 1964 foi reutilizada em 1985: trocar a questão da reforma agrária pelo desenvolvimento da produtividade rural, implodindo os programas progressistas e preservando a estrutura fundiária. (OLIVEIRA, 2018, p.174)

A votação na Assembleia Constituinte foi marcada por um clima de tensão e hostilidades entre os a favor e os contra a Reforma Agrária, barganhando os espaços do plenário, pressionando ainda mais o curso da votação. Dessa forma, o projeto inicial foi altamente modificado com alterações e aprovações de substitutivos que, sobretudo, favoreceu os proprietários rurais, como se ver na citação que segue abaixo:

No processo da Constituinte, o combate à reforma agrária pelas classes dominantes encontrou resistência e teve que recorrer a meios espúrios para conseguir frear o projeto que, não era o ideal, mas avançava em diversas questões importantes como a agilidade no processo de desapropriação e redistribuição de terras. O processo resultou em uma reforma agrária esvaziada de qualquer proposta reformista. (OLIVEIRA, 2018, p.180).

Apesar de todos os esforços para aprovação e implementação de uma Reforma Agrária, mostrou-se mais uma vez retardada, pela vitória dos conservadores, sobretudo, pela articulação e atuação política da UDR, que contou com o auxílio decisivo de forças parlamentares do denominado de “Centrão”. “Por isso, esse período teria tido somente uma faísca reformista que foi apagada com um rio de conservadorismo liderado por diversas correntes representantes da classe dominante brasileira em seus mais diversos setores”. (OLIVEIRA, 2018, p.179). O papel político da UDR pode ser percebido para além dos espaços de representação rural, sua influência é perceptível no Pós-Constituição, ou melhor, seu legado ainda hoje se faz presente na cúpula política chamada bancada ruralista.

Os discursos oficiais propalam o empenho em resolver os conflitos provenientes do campo. O que tem se materializado na prática é uma atuação governamental, quando áreas extremamente críticas ganham visibilidade e grandes repercussões, se tem uma intervenção

por parte do Estado no intuito de contornar a situação, porém medidas práticas e eficazes não são implementadas como políticas seguras que visem realmente tocar nas raízes dos problemas fundiários.

A difusão do moderno passou a dar o tom nos embates no tocante a terra. As inquietações sociais, no entanto, não são respondidas. Como se pode dizer que o campo vive uma dita modernidade, que resultaria em prosperidade econômica, enquanto o que se tem de mais retrógrado está visível? Uma desigualdade alarmante, que reverbera em situações de calamidade, violência, pobreza material, entre outros aspectos que atestam que o desenvolvimento econômico não chegou, e sim, uma perpetuação de monopólio fundiário, que configura prosperidade para determinados grupos em detrimento da maioria da população rural, como vê-se na citação abaixo:

Empresários e grandes proprietários de terra, ainda que se sintam modernos, incidem no arcaico ao ir de encontro às formulações de qualquer senso de modernidade que pressuponha que o desenvolvimento econômico deve vir associado a uma relativa distribuição de renda e à participação de todos na prosperidade da nação. (Bruno, 1997, p.07)

O esvaziamento das discussões em torno das questões sociais do campo tem sido uma forma de silenciar uma luta histórica. Refletir sobre o mundo rural, é adentrar em uma problemática complexa, e suscitar debates que para a maioria da sociedade já se encontram superados, ou gostariam que assim fosse. No entanto, é preciso atualizar e problematizar essas temáticas, diante das novas e velhas demandas.

2.2 Um novo jeito de ser Igreja: Atuação da Igreja Católica na luta pela terra no Maranhão

Pesquisar a respeito da Questão Agrária maranhense é um esforço instigante no intuito de apreender os processos históricos de uma luta de milhares de sujeitos pelo acesso e permanência na terra. Assim, analisar as contradições da estrutura fundiária, é um importante exercício para a compreensão da nossa sociedade, nos âmbitos sociais políticos, econômicos e culturais.

Diante de uma conjuntura social e política de imposições, dominações e opressões no mundo rural, novos sujeitos aparecem, ou passam a ser vistos, não mais com aquela imagem de submissão, representada por muito tempo na própria historiografia, mas como atores que passam a questionar as imposições e reivindicar seus direitos. Nesses espaços de

luta, destacamos velhos atores, que munidos por vezes com outra roupagem, disputam a representativa enquanto mediadores na seara da luta pela terra que também se configura em uma luta pelos babaçuais⁴⁵, em decorrência do "*tempo do coco preso*" (BARBOSA, 2013, p.171). Isso recorda nas narrativas femininas como um período difícil e de muita luta.

Assim, pontua-se às ações de homens e mulheres envolvidos no marasmo envolvendo a estrutura fundiária no estado maranhense. Dessa forma, a luta pelo acesso e permanência na terra não é restritiva apenas aos homens, vários sujeitos estiveram envolvidos, destacaremos nesse tópico a atuação da ala progressista da Igreja Católica e de entidades veiculada a mesma.

O trabalho de denúncias e apoio a situação de vulnerabilidade em que se encontravam os camponeses contou com o apoio de parte da Igreja Católica, que se posicionou em defesa dos excluídos socialmente, ligados à Teologia da Libertação⁴⁶. Uma forma de vivenciar o evangelho voltada para os necessitados.

Os pobres somente deixaram de gritar quando lhes fizeram justiça, lhes devolverem a dignidade e forem considerados pessoas e filhos e filhas de Deus. A fé cristã, portanto, a partir de seu íntimo, sente-se comprometida com a libertação dos injustamente feitos sofredores e oprimidos. Daí a prática de libertação a partir da própria fé cristã. (BOFF, 2014, p.17)

O posicionamento preferencial pelos pobres, que passa a embasar as tomadas de decisões da Igreja Católica, são frutos de uma própria experiência dentro do corpo institucional da mesma. Ala progressista da Igreja, inspirados na Teologia da Libertação, que prega um novo jeito de ser Igreja, voltando-se seu olhar para os marginalizados, passam a refletir as demandas sociais, articulando os ensinamentos bíblicos com a realidade em que estavam inseridos a humanidade oprimida.

A Igreja Católica passou por um processo de renovação, tanto em aspectos internos e externos⁴⁷, passando a refletir a realidade em que estavam inseridos dentro do seu corpo institucional. Direcionamentos foram refletidos de forma a adequar os passos a serem dados. As especificidades direcionadas no II Concílio do Vaticano, realizado em 1962, e no II CELAM, que se realizou em Medellín, na Colômbia, em 1968, passam a ser refletidas em como torná-las práticas efetivas e foi um passo importante para refletir o posicionamento da

⁴⁵ A discussão envolvendo atuação de mulheres na luta pela terra, destacando a defesa pelos babaçuais será aprofundado no terceiro capítulo e no produto didático dessa dissertação.

⁴⁶Cf. BOFF, Leonardo. **Teologia do Cativo e da Libertação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

⁴⁷Para mais sobre a transformação da Igreja Católica, Cf. CAVA, Ralph Della. A Igreja e a Abertura, 1974-1985. In: KRISCHKE, Paulo e SCOTT, Mainwaring (Org.). **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)**. Porto Alegre: L & M; CEDEC, 1986, p. 13-45.

igreja frente às demandas sociais, sinalizando a necessidade de uma ação mais participativa na sociedade, a preocupação com o campo espiritual e físico dos fiéis precisavam de alguma forma dialogar.

A Igreja Católica, buscando uma adequação ao momento político e não querendo perder o controle sobre as suas bases, convocou, entre 1962 e 1965, o Concílio Vaticano II, sob o papado de João XXIII. Esse Concílio abriu espaços para discussões e orientações políticas da Igreja, no qual religiosos, não só católicos, começam a elaborar uma teologia vinculada às lutas sociais. (MENEZES NETO, 2007, p.332)

O modelo institucional da Igreja Católica sofreu mudanças significativas. Uma doutrina social que irrompe o corpo eclesial e dos próprios fiéis, transformou suas bases de atuação. Como desdobramento, há o surgimento da estruturação da chamada Teologia da Libertação. Uma nova prática, que tem o pobre injustiçado como foco de atuação. Nasceria assim, uma Nova Igreja, voltada para os oprimidos e injustiçados.

Essa teologia constituiu-se na primeira teologia do mundo que nasceu da periferia, tentando responder de forma crítica (usando categorias histórico-científicas, e não somente metafísico-teológicas) aos problemas pertinentes do seu contexto social concreto. (VILLALOBÓS E ROSSATO, 1996, p.21.)

O nascimento da TDL, como sugere Alessandro Rocha e Wesley Oliveira (2016, p. 621-624), de forma sistematizada ocorre na década de 70, herdeira de certa forma de um movimento da década anterior, denominado cristianismo da libertação, refletia e indagava sobre a situação de mazela vivida na América Latina⁴⁸. Um movimento de composição heterogênea, composto de católicos ou não católicos, teólogos, pessoas envolvidas com práticas religiosas ou não, enfim, formado por pessoas que acreditavam e defendiam uma luta por justiça social.

[...] A Teologia da Libertação- prosseguindo nos ideais do cristianismo da libertação- foi um movimento que uniu religiosos e não religiosos na luta por justiça para os latino-americanos e no que se refere à sua prática, se orientará em acordo com uma perspectiva teológica baseada em uma nova interpretação das escrituras sagradas. (ROCHA; OLIVEIRA, 2016, p. 622)

De tal forma o pobre passa a ser visto, como sujeito capaz de sua própria libertação. Mudança drástica em relação à concepção tradicional católica, que projetava suas práticas, enquanto ações de caridade e assistencialismo. O novo processo pautado na

⁴⁸ Considerada como nascedouro da Teologia da Libertação. Tendo os escritos do peruano Gustavo Gutierrez, como o trabalho que inaugura a TDL.

Teologia da Libertação, objetiva a conscientização, que promova a libertação por inteiro do sujeito.

A ideia fundamental, que começa a germinar no bojo desta práxis, fruto de experiência junto aos pobres, aos camponeses sem terra, aos favelados, aos trabalhadores, às mulheres, aos negros e índios, é a de que só uma mudança radical das estruturas sociais- protagonizadas pelos próprios pobres- pode acabar com a pobreza.(LÖWY, 1989, p. 15)

Como salienta Antonio Menezes Neto (2007), ao se referir as palavras do precursor da TDL: “Gutiérrez defendia que o povo deve construir a sua própria história, e não esperar pela intervenção divina”. (MENEZES NETO,2007, p.332). O povo passa a ser visto como um agente em transformação da sua própria realidade. Um discurso que ecoou como uma catástrofe aos setores conservadores da Igreja Católica, que criticou duramente o envolvimento político com o religioso.

Nos processos de luta e conscientização em que estavam inseridos, os agentes em prol de uma práxis da teologia da libertação, passam a questionar de forma mais incisiva os causadores da situação de pobreza e opressão em que se encontrava a população. Neste momento características de influência marxista passam a ser acionadas nas interpretações e leituras da realidade.

A oposição entre o marxismo e a fé cristã foi colocada como uma barreira intransponível. Porém, interpretar e transformar a realidade, partindo de métodos marxistas, tornou-se um fato dentro do corpo institucional da Igreja Católica, sobretudo com a sistematização da TDL. Como ratifica Michel Löwy (1989, p.5), isso foi possível graças a um processo de convergência entre o cristianismo e o marxismo.

E a medida em que a teologia da libertação é a expressão de uma praxis social, de movimento social, de uma experiência ativa na base da sociedade, seu encontro com o marxismo se dá também - e sobretudo - no terreno do *compromisso prático com as lutas populares de libertação*.(LÖWY, 1989, p. 17)

Alguns aspectos conjunturais favoreceram a emergência dessa convergência histórica na América Latina. Segundo Michel Löwy (1989, p. 10), o desenvolvimento selvagem do capitalismo e a Revolução Cubana são fatores que favoreceram essa relação. Assim, destaco também, as próprias experiências das Ditaduras na América Latina e a intensificação da desigualdade como alguns exemplos que nos possibilitam refletir sobre esse diálogo entre cristianismo e o marxismo, criticando os fomentadores das mazelas sociais.

O marxismo apareceu aos olhos dos teólogos da libertação como a única teoria capaz de oferecer ao mesmo tempo uma análise precisa e sistemática das causas da pobreza, e uma proposição precisa e radical do método para a sua abolição. A velha tradição anticapitalista da Igreja entra assim em relação de afinidade eletiva com a análise marxista da exploração capitalista e com a crítica dos marxistas latino-americanos (teoria da dependência) ao capitalismo dependente como fundamento estrutural do subdesenvolvimento, da miséria do autoritarismo militar. (LÖWY, 1989, p. 15).

A relação entre religião e movimentos sociais, tem se mostrado profícua, na experiência camponesa, como apontam as reflexões de Antonio Menezes Neto (2007). No Maranhão, é nítida a presença de religiosos ligados à Igreja Católica na seara da luta pela terra, aos trabalhadores que dela necessitam para sua sobrevivência. Diversos são as entidades criadas e ligadas ao embrião religioso, tais como: Comunidades Eclesiais de Bases, Comissão Pastoral da Terra, Ação de Cristãos no Meio Rural, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre outras, que tiveram como base de inspiração, o movimento Teologia da Libertação, que propunha uma reflexão social e econômica da realidade em que se encontrava grande parte da população, principalmente da América Latina, foco de sua atuação.

Como aponta Marcelo Ridenti (2014, p.40), os movimentos sociais que foram sendo gestados ou reorganizados na década de 1970, estiveram muitas vezes articulados com as CEBs da Igreja Católica, instituição que se tornou uma forte oposição à Ditadura. As CEBs nascem de um novo jeito de ser Igreja, voltando-se para as necessidades das bases, ou seja, os leigos passam a fazer parte direta da organização e liturgia, recebendo preparação em cursos de formação de liderança. Toda uma logística foi pensada no intuito de refletirem suas demandas sociais, políticas, econômicas à luz das escrituras bíblicas.

Diante de intensos focos de conflitos agrários nas regiões do país, sobretudo na região Norte, reivindicações por uma posição da própria Igreja Católica passam a ser questionadas, pois já havia envolvimento de bispos, religiosos e leigos na luta em defesa da terra. Dessa forma, nasce a CPT na década de 1970, rapidamente alcança uma dimensão nacional, como uma pastoral social, para acompanhar e denunciar as situações conflituosas, que explodem em todo país. Como salienta Jorge Villalobós e Geovanio Rossato (1996, p.1-2), o surgimento da CPT, enquanto pastoral social, é fruto da própria experiência brasileira nos ditames ditatoriais.

Assim, como das próprias mudanças ocorridas no corpo institucional da Igreja Católica, seguindo as orientações e apontamentos do II CELAM (Conferência Episcopal Latino-americana), que ocorreu na cidade de Medellín. “Por isso, durante uma assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, realizada em Goiânia no ano de 1975,

decidiu-se criar uma Comissão Pastoral permanente, com autonomia diante da própria CNBB”. (VILLALOBÓS E ROSATO, 1996, P.24)

A CPT tem um papel altamente relevante em tornar público a sociedade a real situação vivenciada no meio rural. Sua criação é um reflexo das contradições sociais impostas no campo com a chegada de forma acelerada do capital, que modificou as relações e estabeleceu novas lógicas voltadas para os vultosos projetos. O resultado foi rapidamente sentido: expropriação, conflitos, e diversas formas de violência foram sendo praticadas. As taxas de violência aumentaram de forma considerável, principalmente na região Norte, nascedouro da CPT.

A criação da CPT se deu numa conjuntura marcada pela implantação do grande capital no campo, fruto das políticas dos sucessivos governos militares, gerando toda sorte de contradições: concentração da propriedade, ocupação capitalista da Amazônia, conflitos com trabalhadores rurais, crescimento da violência envolvendo também religiosos e agentes de pastoral. Nestas condições, se deu o “despertar” da Igreja para a opressiva realidade vivenciada pelos trabalhadores rurais, se posicionando em seu favor. (CABRAL, 1994, p. 15).

A CPT, para além do papel de denúncia da violência, tem sido um suporte nas demandas das Comunidades. Sua atuação também é voltada para a educação, parte jurídica, etc. O apoio político-pedagógico na luta em defesa da terra são características que marcam a atuação da CPT. Propõem uma logística, pontuada na denúncia da realidade campesina, estratégias de conscientização e de organização. A própria problemática social enfrentada em cada região dá a tônica de enfrentamento e de estratégias a serem desenvolvidas pela CPT, ou por outras entidades ligadas a Igreja Católica como Animação dos Cristãos no Meio Rural⁴⁹ (ACR), que desenvolveu um trabalho importante no Maranhão, em prol da luta pela terra, que contou também com a atuação de Freis Franciscanos que auxiliaram nas necessidades dos trabalhadores rurais.

Na segunda metade do século XX, o Brasil recebeu um número significativo de Freis Franciscanos da Ordem dos Frades Menores, oriundos da Alemanha, para atuarem nos estados do Maranhão e Piauí. No Maranhão, o projeto inicial estava voltado para a Diocese de São Luís, posteriormente a missão também foi para a Diocese de Bacabal, dando início a trabalhos voltados à evangelização, como também para as necessidades encontradas, no que diz respeito a saúde, educação, entre outros aspectos, como a terra que se tornou uma demanda diante dos conflitos deflagrados que passam a ser cotidianos e marcado por intensa violência.

⁴⁹Para mais, Cf. LOHER, Eurico. **Franciscanos no Maranhão e Piauí**. Teresina, Halley, 2009. Ver também, FRAZÃO, op. cit., 2017.

A Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR) é uma entidade ligada à Igreja Católica, que tem atuação nacional. A ACR surgiu em Pernambuco, teve suas ideias anunciadas no Maranhão pelo Frei franciscano Godofredo no fim da década de 1960, sua atuação de forma mais intensa ocorre na década de 1980, com atuação na Paróquia de Bacabal, onde os conflitos foram intensos, e seu apoio aos lavradores foi fundamental.

Os trabalhos desenvolvidos por essas entidades foram de tamanha importância para o processo de conscientização dos trabalhadores rurais na luta pelos seus direitos, fortalecimento das lutas nos embates deflagrados, um importante pilar na mobilização, formação e fortalecimento político na luta do campesinato maranhense. Assim, como sinaliza o Frei Adolfo Temme, em entrevista realizada em 2019, ao pontuar que a própria metodologia da evangelização adotada nessas comunidades, passara por transformações conforme as suas necessidades.

Os cursos de formação para líderes religiosos também passaram a abordar a questão agrária, temática em que eles estavam envolvidos. Logo, a partir das interpretações bíblicas, passam a ler suas realidades e traçarem mecanismos de transformações, conforme a explicação que segue abaixo:

Pois bem, então no, esses conflitos chegaram até nós, e algumas vezes por pessoal dos cursos que contavam estas novidades terríveis, né? Então a gente também mudou o jeito de fazer este treinamento, muito direto sobre a realidade, né?. [...] Um esquema de três dias, onde o primeiro dia era sobre o verbo ver, segundo dia era sobre o verbo julgar, terceiro dia era o celebrar, que dizer: ver a realidade, julgar essa realidade a partir da Bíblia, e depois celebrar. (TEMME, 2019)

Às ações pastorais veiculadas à ala da Igreja Católica, denominada de progressista, foram altamente atacadas na imprensa, como líderes das agitações e invasões promovidas no campo. Essa realidade fica explícita no Maranhão, em que diversas acusações foram trocadas, acirrando ainda mais o conflito entre representantes da igreja e da UDR. Os trabalhadores rurais são representados por estes como invasores, arruaceiros, guerrilheiros, violentos, dentre outros atributos negativos que deslegitimam a luta pela terra.

Com relação à prática de violência, é por demais conhecida e tem sido seguidamente denunciada pelos trabalhadores rurais a disseminação sem precedentes de um clima de terror nas áreas rurais capitaneadas pela UDR. É lógico que publicamente ela sempre negará a responsabilidade pelas “mortes anunciadas”, além de declarar não ser a responsável pelas ações de seus associados. (BRUNO, 1997, p. 73)

Diante das notícias que ganham maior relevância nos jornais aqui analisados é possível constar de forma irrisória as reportagens que tratam da violência nas comunidades

rurais do Maranhão. Um caso ou outro ganha notoriedade, sobretudo, casos que tiveram grande repercussão, seja pela forma bárbara como se deram os fatos ou pelas pressões exercidas pelas entidades representantes da causa dos trabalhadores rurais. Na sua maioria, os temas que ganham relevância nos jornais na década de 1980⁵⁰, estão voltados para o cenário nacional, para temas como: Reforma Agrária, o Plano Nacional de Reforma Agrária e Constituinte.

Nesses fragmentos são notórias denúncias por parte da Igreja Católica e das entidades ligadas a mesma, da situação de violência e vulnerabilidade em que se encontrava a população campesina, além de utilizar o meio como defesa diante das acusações proferidas pela UDR contra ela, acusando-a de ser a responsável por incentivar e patrocinar as invasões de propriedade, tirando a “paz” do campo.

No trabalho de Regina Bruno (2003, p.298), ao discorrer sobre as organizações de grupos patronais nos mais variados estados, em uma ação de defesa da propriedade contra as “invasões” ressalta, através de acusação proferida pelo então bispo da Diocese de Bacabal, Dom Pascacio Rettler, que no Maranhão, as cidades de Bacabal e Lago da Pedra, são palco da atuação de grileiros e fazendeiros na compra de armas, contra a ocupação das terras na região. Logo, essa postura de denúncia por meio da imprensa passa a ser recorrente, em uma disputa pelos pequenos espaços conferidos.

No Maranhão, estado historicamente pontilhado por conflitos agrários e ruralistas, tem-se organizado e fomentado um processo de armamento, utilizando-se de um discurso de proteção de suas propriedades, investindo com vultosas quantias na compra de armas, uma verdadeira militarização no campo, fruto dos conhecidos leilões da entidade. Os discursos de defensores de uma reforma agrária sem “sangue”, no entanto, proferem uma luta contra os “invasores”. Essa luta, longe de qualquer conciliação, lança as bases para a guerra no campo, a expropriação e assassinatos tem sido o resultado de suas ações.

[..] Para os proprietários e empresários rurais, é impensável um “Pacto de Solidariedade”, sem o compromisso de todos com a violência, a compra de armas e a formação de milícias. Apostava-se no deslanchar de uma “verdadeira guerra no campo”. (BRUNO, 2003, p. 301)

No fragmento do jornal *Diário do Norte*, publicado dia 10 de maio de 1986, é possível empreender a situação de violência no campo e as ações dos ruralistas, representados pela União Democrática Ruralista, ao denunciarem as invasões de suas propriedades, e

⁵⁰ Ver Apêndice B- A Questão Agrária nos jornais maranhenses da década de 1980.

representar os posseiros enquanto invasores, guerrilheiros e violentos, imagens que tem sido disseminadas e deslegitima a sua luta em permanecer na terra.

O Impasse gerado pela invasão e derrubada de casa em mais uma propriedade, a fazenda Alegria, do pecuarista Adelino Barbosa Pereira Lima, continua, ante a presença de grupos armados na área, segundo informou o fazendeiro, durante a última reunião da UDR, realizara na cidade de Lago da Pedra. Informa Adelino, que cerca de 80 homens armados com espingardas 12 e distribuídos em pontos estratégicos “como se tivessem sido treinados para guerrilha”, ainda se encontravam no local, conforme constatara “com cautela e a certa distância”, pois estes estariam impedindo maior aproximação de qualquer pessoa. (Diário do Norte 10 de mai de 1986)⁵¹

O discurso de legitimidade do patronato rural, que descaracteriza a luta social no campo, pode ser visualizada nos periódicos, que os representam enquanto invasores e uma ameaça à relação de “convivência harmônica” no meio rural, pelas sucessivas convulsões incitadas contra a propriedade privada. Dessa forma, a responsabilidade pelo caos tem nome setores ligados à Igreja Católica, movimentos sociais, entre outras entidades que defendem a bandeira da luta pela terra, e passam a serem identificados como organizadores de arruaça, defensores e provedores da violência, o que segundo o patronato rural, legitima um contra-ataque por sua parte.

Por outro lado, a Igreja se contrapõe a essa visão negativa sobre os trabalhadores rurais e se defende das acusações feitas pela entendida ruralista, e os responsabilizam como provedores da guerra no campo, ceifando a vida dos trabalhadores rurais e dos seus apoiadores, causando medo e insegurança. As repercussões de inimizade afunilam-se ainda mais com a morte do Padre Josimo⁵², na cidade de Imperatriz- MA, pertencente a uma região de intensos conflitos pertinente a terra.

Dois pistoleiros assinaram no começo da tarde de ontem, em Imperatriz o Padre Josimo Moraes Tavares, vigário da cidade de São Sebastião do Tocantins, no extremo norte de Goiás, na região do “Bico do Papagaio”(O *Estado do Maranhão* 11 de maio de 1986).⁵³ Seu assassinato repercute na imprensa local, como aponta a tiragem do *Estado do Maranhão*, intensificando o clima de revolta e a cobrança por justiça no campo maranhense. O crime foi atribuído a UDR, como denúncia o Bispo da cidade de Goiás, Dom Tomás

⁵¹Retirado do Acervo de fragmentos de Jornais da Comissão Pastoral da Terra. Seção- Recorte de Jornais- Ano de 1986 (Abril- Maio)

⁵²A morte do padre Josimo Moraes Tavares, na cidade de Imperatriz, ocorreu no dia 10 de maio de 1986. São acusados dois pistoleiros pelo assassinato. O padre era vigário da cidade de São Sebastião do Tocantins.

⁵³ Retirado do Acervo de fragmentos de Jornais da Comissão Pastoral da Terra. Seção- Recorte de Jornais- Ano de 1986 (Abril- Maio)

Balduino⁵⁴. A entidade é acusada de organizar e militarizar os proprietários de terra, em uma ofensiva no campo.

Assim, ao analisar os fragmentos de jornais, é possível empreender a conjuntura maranhense, em consonância com a perspectiva nacional da Nova República, no projeto de uma política de Reforma Agrária. Após o anúncio do PNRA em 1985, os conflitos pela posse da terra intensificam, tomando graves proporções. No Maranhão, não diferente de outras realidades nacionais, o anúncio da I PNRA, suscitou um aumento significativo na violência no campo.

O número de assassinatos e o clima de tensão, como salienta a imprensa local, na reportagem do *Jornal de Hoje*, publicada no dia 14 de outubro de 1987, são resultados de uma luta armada que tem tomado conta do campo maranhense, em resposta a uma proposta de implementação de Reforma Agrária, que na prática não tem sido efetivada.

Nos últimos dias 6, 7, 8, em Imperatriz, a Comissão Pastoral da Terra- CPT-Regional do Maranhão, Araguaia/ Tocantins e Norte II reuniu-se com a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos de São Luís e Belém; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional- Fase de Imperatriz; Centro Educacional e Cultura do Trabalhador Rural de Imperatriz e Central Única dos Trabalhadores CUT do Maranhão com o objetivo de analisar a questão fundiária da região e sobre ela refletir, dando ênfase à atuação do Governo, dos latifundiários e suas organizações. Para se ter uma ideia da violência no campo, consequência imediata da concentração de terras e do aparato de poder que a envolve, de janeiro a setembro deste ano já morreram 50 lavadores da referida região, sendo 11 trabalhadores rurais do Maranhão, 5 do Norte de Goiás, 2 do Norte de Mato Grosso e 32 do Pará. (*Jornal de Hoje*, 14 de out de 1987)⁵⁵

A Comissão Pastoral da Terra desenvolve um papel importante ao denunciar a situação de vulnerabilidade e violência em que se encontrava os trabalhadores rurais e agentes pastorais, que passam a intervir na luta pela terra, através de Relatórios de Conflitos, essa forma de denúncia a sociedade inicia-se no ano de 1985, passando a ser disponibilizado todos os anos, pontuando o balanço da situação de conflito no campo do Brasil. Diante de um quadro generalizado de violência no campo, entre assassinatos, perseguição e constantes ameaças.

São diversas as faces da violência recorrente no meio rural brasileiro. Elas vão desde a manutenção de formas de gestão do trabalho características da situação de escravidão à eliminação física de lideranças ou pessoas que, na sua prática profissional e política, apoiam o processo organizativo e contribuem na elaboração

⁵⁴Ver Anexo D, com a reportagem local do *Jornal de Hoje*, publicado no dia 16 de maio de 1986.

⁵⁵Retirado dos fragmentos de Jornais da Comissão Pastoral da Terra. Seção- Recorte de Jornais- Ano de 1986.

das demandas dos trabalhadores do campo, como é o caso de advogados, padres, e agentes de pastoral. (MEDEIROS, 1996, P.3)

Os dados apresentados nos Relatórios Anuais da CPT⁵⁶ não dão uma dimensão da totalidade dos conflitos ocorridos no campo, e sim uma estimativa dos conflitos, tendo em vista, que nem todos são registrados e contabilizados. Porém, nos possibilitam refletir a situação de exclusão, vulnerabilidade e extrema violência dos camponeses no Brasil, sobretudo, no Maranhão, foco deste trabalho.

Em termos quantitativos se teve uma baixa em número de conflitos e assassinatos, o que poderia levar a uma falsa pacificação⁵⁷ se comparado com os anos anteriores. Por outro lado, o número de violência contra a pessoa aumentou consideravelmente. Conforme podemos visualizar na tabela abaixo:

Ano	Nº Conflitos de Terra	Assassinatos	Feridos/To rturados	Ameaça de morte	Presos	Casas destruídas
1985	71	19	40/1	19	50	99
1986	52	7	11	14	36	141
1987	78	12	0/1	37		4
1988	43	7	62/1	12	14	46
1989	26	6	314/33	14	51	63

Tabela 1: Quadro Geral de Conflitos do Maranhão 1985-1989

Fonte: COMISSÃO Pastoral Da Terra. Conflitos de terras no Brasil-1985; Conflitos de terras no Brasil 1986; Conflitos no Campo Brasil -1987; Conflitos no Campo Brasil 1988; Rompendoo cerco e a cerca. Conflitos no Campo -1989; Conflitos no Campo -1989. Disponível em www.cpt.nacional.org.br.

As marcas da violência têm estarecido o meio rural, pois a crueldade com que tem se praticado os assassinatos contra posseiros, líderes sindicais, agentes de pastorais, padres, e outros envolvidos na luta pela terra, tem apontado a total barbárie desses crimes. As recorrências de exposição do corpo da vítima, com mutilações e torturas antes do golpe crucial, que além de matar o corpo, tentam matar a luta. “São práticas que procuram explicitar o poder sobre os corpos, não só dos mortos, mas também dos vivos”. (PEREIRA, 2013, p.151).

A experiência de militantes maranhenses que doaram a sua vida em prol da causa ou que se tornaram mártires no imaginário social é diversa. Gostaria de pontuar a história de

⁵⁶Os dados contidos nos Relatórios anuais da CPT são provenientes de Boletins sindicais e da Igreja, Jornais de circulação nacional, das Regionais da CPT. Tem um papel significativo na denúncia da real situação vivenciada no meio rural, e que também tem impactado a cidade. Assim, as estáticas de conflitos são publicadas anualmente em forma de livro. Para um melhor entendimento da quantidade de conflitos no Brasil, ver o Apêndice A.

⁵⁷Para mais, Cf. Comissão Pastoral da Terra. Conflitos de terras no Brasil 1989.2.

vida de Manoel da Conceição (2010)⁵⁸, uma figura emblemática e de resistência na luta pela terra no Maranhão, uma experiência que nos permite empreender o processo de construção de uma classe política, a partir de uma conscientização de classe que foi sendo forjada nos próprios conflitos em que esteve envolvido, como reitera em sua fala: “minha perna é minha classe” (SANTOS, 2010, p.214).

Sua narrativa demarca a experiência de famílias de trabalhadores rurais, oriundos de uma lida difícil, e que se intensifica com as dificuldades de permanecer na terra diante da ofensiva dos latifundiários e a sua extrema violência, que reverberou inicialmente em um sentimento de revolta, mas que foi sendo canalizada para uma esfera política de ação, tornando-se um militante em defesa dos trabalhadores rurais, envolveu-se no Movimento de Educação de Base (MEB), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nas demandas sociais de um campesinato que clamava por justiça. Manoel perdeu uma perna, foi preso por nove vezes e passou por várias formas de torturas na Ditadura Civil-Militar, mas não calou a situação desumana vivida no campo e a reivindicação por direitos.

A experiência de Manoel da Conceição é um dos vários exemplos de superação, tanto das marcas físicas como psicológicas ao tentarem matar uma luta, que não se restringe apenas a sua experiência, mas de milhões de trabalhadores rurais, que se reinventam na luta pela sobrevivência. A vulnerabilidade em que se encontram as famílias camponesas, diante da violência que tem abatido o campo maranhense, aponta para a situação de “guerra”, intensificada pela organização de milícias altamente armadas, da impunidade que tem se arrastado, da falta de ação do governo em atacar os pilares da estrutura fundiária, que tem reverberado na violência generalizada e sem precedentes.

No Relatório contido no caderno da CPT (1986, p.7), o Maranhão aparece como um dos estados mais conflituos. A atuação da UDR é ressaltada, em uma forte ação repressiva que se abate contra os agentes da pastoral, resultado da organização dos latifundiários e das formas de violência, representadas por essa entidade ruralista, como marca de dominação no meio rural. As proporções em que foram sendo praticadas, nos colocam a repensar o poder de dominação e suas práticas.

As organizações e mobilizações dos defensores de uma Reforma Agrária ampla e genuína, com o caráter de justiça social, também ganham forças e passam a ser defendidas por

⁵⁸No livro, *Chão de minha utopia*, relata a trajetória de vida de Manoel da Conceição, um líder atuante no Maranhão, que propiciou um olhar ao cotidiano do campo, as estratégias de sobrevivência e de organização, e conhecer um pouco da história desse militante que se tornou conhecido em âmbito nacional e internacional, como uma referência de resistência maranhense e brasileira na luta pela terra e na formação política do trabalhador rural. Cf. SANTOS, Manoel da Conceição. *Chão de minha utopia*. Paula Elise Ferreira Soares, WilkieBuzatti Antunes, (org.). – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

entidades e grupos alinhados a defesa da bandeira dos trabalhadores rurais. Organismos sindicais, entidades ligadas a Igreja Católica, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, este, sobretudo, nasce nos embates e afirmações de projetos políticos no ano de 1985, valendo-se inicialmente, como principal estratégia, da ocupação de fazendas e prédios públicos.

A pressão que impuseram ao governo e a sociedade, reverberou em uma política de assentamento, o que se pode chamar de *política compensatória*⁵⁹, o que realmente se efetivou no governo Sarney, longe de ser uma reforma agrária, tão propalada em seu governo ou mudanças significativas na estrutura fundiária, que visasse solucionar os conflitos. As representações de apoio a luta pela terra, tem resistido e mobilizado outras forças sociais que vão se reinventando e acende a chama por justiça e igualdade social.

A concepção de Reforma Agrária, que se apresenta na prática é autoritária e conservadora, mantendo as raízes históricas de desigualdade e perpetuação da concentração fundiária, privilegiam a política agrícola em detrimento de uma Reforma Agrária. “As classes dominantes esvaziaram a possibilidade de uma Reforma Agrária democrática e popular com o Golpe Militar de 1964, depois com o PNRA, e finalmente com a afirmação de 'terra produtiva' na constituição de 1988”. (COMISSÃO, 1989.1, p.15).

Apesar das metas de produtividade da agricultura ter galgado seu crescimento, atendendo à política agrícola, entendida como saída para os problemas fundiários. Por outro lado, a desigualdade é alarmante, em um país que ainda tem a grande maioria da população vivendo em situação de miséria, não conseguindo nem erradicar uma questão básica da sobrevivência humana, acabar com a fome no país. Assim, enquanto o dito progresso e desenvolvimento econômico tem dado o tom, milhões de brasileiros lutam pela vida em condições desumanas.

Na verdade, um dos efeitos da modernização foi acelerar o processo de expropriação dos trabalhadores. Nas grandes unidades produtivas, o número de trabalhadores permanentes foi progressivamente reduzido, aumentando em contrapartida o número de temporários, utilizados somente em determinados momentos do processo de produção. Como consequência, uma massa de trabalhadores foi expulsa para as periferias urbanas, onde é cada vez mais reduzido o acesso a empregos. A modernização atingiu e remodelou igualmente segmentos significativos da produção familiar e também foi bastante seletiva. Muitos dos pequenos produtores foram excluídos desse processo e ficaram sem alternativas, a não ser a migração em busca de novas terras ou para os centros urbanos. (MEDEIROS, 1996, P.8)

⁵⁹Cf. CARVALHO, Horácio Martins de. Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação de Reforma Agrária. Revista Negra, ano 7, n.5, p. 113- 122. Agosto- dezembro de 2004

No que tange as experiências vividas no meio rural, um paradoxo tem ecoado entre os discursos de modernidade e desenvolvimento, por outro lado, a continuação das formas mais esdrúxulas do atraso, marcado por cenas brutais das mais diversas formas de violência que tem-se perpetuado. “Ela tem uma natureza estrutural e se inscreve como uma das faces da cultura política brasileira em especial, mas não exclusivamente, no meio rural”. (MEDEIROS, 1996, p.2).

Como reflete Leonilde Medeiros (1996), ao analisar em seu trabalho os mecanismos que colaboram para a permanência da violência no campo, sobretudo, a violência política que é o cerne de sua análise. A utilização desse mecanismo como instrumento norteador das relações sociais tem reverberado em uma tensão social no campo, e que também se estende nos grandes centros.

A violência torna-se um instrumento político, e um caminho “inevitável” em defesa da propriedade. Tradições entorno do uso da violência como saída para os problemas históricos do Brasil, tornasse uma vergonhosa realidade. “E uma violência se atualiza e permanece como uma forma tradicional de solução dos conflitos sociais no campo e, inevitavelmente, recria o conflito”. (BRUNO, 2003, p. 307)

O impacto das leis relativas à questão fundiária, analisado no decorrer do capítulo, tanto no cenário nacional quanto local, acarretou mudanças bruscas nas relações sociais no meio rural, tanto em questões como a terra, a forma de trabalho, a sociabilidade, dentre outros. O modelo desenvolvimentista e de modernização da agricultura desenvolvido na Ditadura Civil-Militar e que se desdobra na forjada democracia, reverbera nos graves conflitos fundiários e nas expropriações camponesas. "Os direitos econômicos da renda fundiária e do lucro dominam tudo; sobrepõem-se aos direitos sociais do viver do habitar, do comer, da intimidade e da vida privada. (MARTINS, 1998, p.676).

Os trabalhadores rurais têm buscado estratégias e ações de resistências, como sujeitos do seu tempo foram se reinventando na luta, chamada sobrevivência. Dessa forma, considerando a importância da temática da Questão Agrária analisada nessa pesquisa, traçaremos no capítulo a seguir elementos reflexivos no intuito de propor a inserção desse tema no Ensino de História.

3º CAPÍTULO: Livros didáticos e audiovisuais: memórias em disputas

O ensino de história tem sido objeto de intensas disputas, pois nele se confrontam e se reafirmam projetos políticos, que interferem na interpretação do passado, a partir dos embates deflagrados no presente. Neste sentido, pensar o ensino de História é também repensar quais memórias vem sendo acionadas e quais têm sido silenciadas.

Assim, o desafio interposto atualmente ao ensino de História refere-se aos próprios desafios inseridos pela Memória no tempo presente, uma Memória que reivindica lugares, que aquece o mercado de consumo, que elege o que deve ou não ser preservado, que luta contra as avalanches de esquecimento. (ALMEIDA; MIRANDA, 2012, p.264).

Assim como refletir sobre a seleção dos conteúdos, que não é acidental, implica na constituição de qual história se quer ensinar, e quais memórias se propõem evocar, para a narrativa histórica. Como afirma, Circe Bittencourt: “a seleção de conteúdos e a forma de organizá-los não são aleatórios em nenhuma situação escolar, e muito menos ainda nos livros, mas estão intimamente ligados às concepções de história ensinada e aos objetivos identitários que pretende alcançar”. (BITTENCOURT, 2005, p.188).

O espaço escolar tem um papel importante e significativo nas disputas e afirmações de identidade, e o ensino de história como uma área do saber que muito tem a colaborar para o conhecimento, precisa dialogar com a produção acadêmica, os saberes cotidianos dos estudantes e dos professores, contribuindo assim, para que o público estudantil do ensino médio possa refletir criticamente sobre o seu meio social, em um percurso pautado nas ressignificações dos saberes e não no engessamento do ensino de História. Conforme as Orientações curriculares para o ensino médio, na área de concentração Ciências Humanas e suas tecnologias:

A nova identidade atribuída ao ensino médio define-o, portanto, como uma *etapa conclusiva* da educação básica para a população estudantil. O objetivo é o de preparar o educando para a vida, para o exercício da cidadania, para sua inserção qualificada no mundo do trabalho, e capacitá-lo para o aprendizado permanente e autônomo, não se restringindo a prepará-lo para outra etapa escolar ou para o exercício profissional. Dessa forma, o ensino de História, articulando-se com o das outras disciplinas, busca oferecer aos alunos possibilidades de desenvolver competências que os instrumentalizem a refletir sobre si mesmos, a se inserir e a participar ativa e criticamente no mundo social, cultural e do trabalho. (BRASIL, 2006, p.67)

A escola é uma “instituição social”, com afirma Selva Fonseca (2003, p.99-101), tem um peso significativo no processo de construção social, ao adequar-se às suas demandas, a escola também transforma o meio social. O sujeito que vem sendo formado é também de responsabilidade do espaço escolar que produz e sociabiliza saberes. Logo, o peso dado aos professores de história é devido ao seu papel de suscitar uma consciência nos sujeitos de tal forma que se sintam capazes de transformar e intervir na sociedade. “A história tem como papel central a formação da consciência histórica dos homens, possibilitando a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e práxis individual e coletiva”. (FONSECA, 2003, p.89).

Assim, pensar nas ferramentas a serem trabalhadas no ensino de História é também atentar para a história que se pretende ensinar. Consideramos os apontamentos a seguir como fatores importantes para a reflexão sobre o estudo da Questão Agrária na sala de aula e suas contribuições para uma consciência histórica, trabalhamos na perspectiva de Jorn Rusen (2006):

[...] Consciência histórica é uma categoria geral que não apenas relação com o aprendizado e o ensino de história, mas cobre todas as formas de pensamento histórico; através dela se experiencia o passado e se o interpreta como história.[...]Primeiro, a consciência histórica não pode ser meramente equacionada como simples conhecimento do passado. A consciência histórica dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o tempo presente e antecipar o futuro. Ela é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro.[...]Segundo, a consciência histórica pode ser analisada como um conjunto coerente de operações mentais que definem a peculiaridade do pensamento histórico e a função que ele exerce na cultura humana. (RUSEN, 2006, p.14).

Dessa forma, proponho nesse capítulo uma reflexão sobre o uso da memória e dos esquecimentos, no tocante à temática da Questão Agrária através das narrativas dos livros didáticos do terceiro ano do ensino médio, recurso que ainda norteia o processo de ensino-aprendizagem, que tem privilegiado determinados personagens e feitos, e dando significado às leituras sobre a história e suas implicações na constituição da memória dos estudantes no tocante à questão fundiária do país e seus desdobramentos.

Dessa forma, refletiremos também sobre as produções de audiovisuais de Murilo Santos, como uma possibilidade de leitura sobre a História. Sinalizando a importância dessas análises para a compreensão da formação social e política dos estudantes do terceiro ano do ensino médio.

3.1 Ensino de História: memórias, histórias, silenciamentos e disputas

A disciplina História tem sido alvo de um jogo político que impõe uma leitura do passado conforme os interesses e embates do presente, silenciando o que deve ou não ser perpetuado como conteúdos em sala de aula. Uma interpretação que nega ou mascara determinados conteúdos e enaltece outros. Esse peso dado a uns e, por outro lado, a invisibilidade de outros temas, tem instigado os debates em torno das formulações curriculares de História, que não podem ser entendidas como neutras. Há um jogo de forças que incide diretamente nas escolhas ou repulsas do mundo escolar.

De certo que tal operação implica entrar num jogo político que cria formas de dizer e de ver o passado, de acordo com essas disputas políticas do presente. Nesse sentido, a História é uma disciplina que se presta ao esquecimento e à atualização, ao silenciamento e à voz, e por fim, ao direito e à justiça. Considerar a História como uma disciplina significa, primeiramente, que ela produz conhecimento através de processos teóricos e metodológicos discutidos e pensados ao longo de centenas ou milhares de anos. Não se trata, portanto, de uma prática aleatória. (PEREIRA; RODRIGUES, 2017, p.30).

Com salienta Mariana Sulidade (2018), a ausência da temática da questão agrária no ensino de história tem colaborado para a falta de conhecimento e criticidade de uma sociedade que de certa forma desconhece um tema importante da nossa história. As lutas históricas de um campesinato, que foi se reinventando historicamente. Dar significado às experiências do campesinato corroboram para que essa parte da história, mesmo sombria, não fique no esquecimento, mas faça parte da constituição da memória social maranhense.

A ausência das discussões sobre a questão agrária no ensino de História, assim como seu silêncio nos materiais didáticos, contribuí de forma drástica para a hierarquização de temas históricos, incompreensão das especificidades e da multiplicidade da sociedade maranhense, dificultando a percepção do aluno sobre si como sujeito histórico e sobre a realidade que o cerca. (SULIDADE, 2018, p.63)

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2000), o artigo 26 já sinaliza para o desenvolvimento dos aspectos regionais a serem trabalhados na escola, dessa forma torna-se relevante para os alunos maranhenses do ensino médio, compreender a complexidade da questão agrária no contexto nacional, mas que também possibilite ter um olhar crítico para sua própria realidade, tendo em vista a realidade das comunidades rurais que ainda são alvos constantes de violência e palco de intensos conflitos. Segue abaixo a redação do artigo 26 do referido parâmetro:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 2000, p.31)

O ensino de história precisa estar atento para a especificidade da comunidade em que a escola está inserida, despertando nos alunos a importância da história regional, dialogando com a compreensão que os discentes têm do mundo e da sua realidade, vivências que não podem deixar de ser parte da proposta curricular nas escolas. Em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais que ratificam: “deve-se desenvolver a tradução do conhecimento das Ciências Humanas em consciências críticas e criativas, capazes de gerar respostas adequadas a problemas atuais e a situações novas”. (Brasil, 2000, p.21).

Os ensejos do presente implicam na relação que as sociedades mantêm com o passado. Sendo assim, é possível refletir porque certas temáticas foram negadas historicamente do saber escolar, como por exemplo, a temática da Questão Agrária que envolve questões estruturais de concentração de terras no Brasil, que vem sendo silenciada no ensino de História.

[...] Ora, o que se pode concluir é que a História é sempre uma arte de recortar o passado, criando novas relações entre esse mesmo passado e o presente, dando contornos determinados ao que se passou e, sobretudo, criando visibilidades e determinando silenciamentos; por vezes, deixando no silenciamento regiões inteiras, por vezes, fazendo emergir histórias ainda pouco reconhecidas pelo próprio presente, de acordo com o jogo político em que está inserido/a o/a historiador/a e o/a professor de História. (PEREIRA; RODRIGUES, 2017, p.31).

A memória social constitui um campo em constante disputa, pois sua “manipulação” a serviço de interesses e construção de uma interpretação sobre o passado tem colaborado para a harmonização de uma história nacional difundida no meio escolar, em que tudo parece tão amarrado, como um depósito de repetição e conformação das experiências humanas.

Considerando-se o fato de que a memória social, como a individual, é seletiva, precisamos identificar os princípios de seleção e observar como eles variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro, e como mudam com o passar do tempo.[...] As memórias são influenciadas pela organização social de transmissão e os diferentes meios de comunicação empregados.(BURKE, 2006, p. 73.)

O esquecimento das experiências traumáticas tem sido uma fazer político da história, em que “memórias” são “esquecidas” ou provocadas a um esquecimento para manter um pacto de paz social. Os impactos desse fazer história, tem acarretado um ocultamento de

determinadas temáticas no ensino de história. Logo, a necessidade de possibilitar a construção de um saber histórico crítico é uma tarefa urgente no meio escolar.

Nesse sentido, o ensino de História pode fazer escolhas pedagógicas capazes de possibilitar ao aluno refletir sobre seus valores e suas práticas cotidianas e relacioná-los com problemáticas históricas inerentes ao seu grupo de convívio, à sua localidade, à sua região e à sociedade nacional e mundial (BRASIL, 1998, p. 34).

O desenvolvimento da criticidade no saber histórico, também é ressaltado nas competências específicas de Ciências Humanas e Sociais, proposto na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, documento que passa a normatizar o ensino.

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles. (BRASIL, 2017, p.556)

Dessa forma, pensar o Ensino de História é também pensar quais leituras sobre o passado tem sido feitas no espaço escolar, quais as memórias que vem sendo acionadas e quais têm sido silenciadas. Ao desenvolver o ofício de historiador, este por sua vez, tem um papel de guardião da memória dos acontecimentos, para que a sociedade não venha esquecer, é um processo instigante de lembrar para não cair no esquecimento. “A função do historiador é ser o guardião da memória dos acontecimentos públicos quando escritos para proveito dos atores, para proporcionar-lhes fama, e também em proveito da posteridade, para aprender com o exemplo deles”. (BURKE, 2006, p. 69).

O trabalho de Nora (1993, p.9) nos permite refletir sobre a relação de História e Memória, que não seriam sinônimos, pois a memória seria um fenômeno atual e dinâmico que se configura no presente, e a história é a reconstrução de parte do passado. Como preservar então essa memória? O autor trabalha com o conceito de *lugares de memória*, que é uma forma instituída como preservação de uma memória passada que tende a desaparecer.

Assim em decorrência da aceleração em que vivemos se faz ser reportado às experiências de forma cada vez mais intensas, correndo o risco de caminhar para uma sociedade condenada ao esquecimento. Os *lugares de memórias* seriam então marcos testemunhais do passado, é preciso ritualizá-los na mente de uma sociedade fadada a não ter memória, pois está cada vez mais ameaçada a viver no esquecimento.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste,

estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, associações, são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade. (NORA, 1993, p.12 e 13)

O processo de ressignificação do passado, é assim marcado pelo jogo da memória e do esquecimento. Longe de dar conta de todas as experiências vividas, o ato de recordar passa pela elaboração do que será lembrado ou não, esses esquecimentos por vezes provocados, “esquecimento comandado”, como denomina (Ricouer, 2014, p.459.), demonstra a tônica das disputas e relações de forças consciente e inconsciente, em um presente de atualizações do passado. “Quem acreditamos que somos depende de quem acreditamos que fomos, e não é à toa que o ensino de história-escolar ou extraescolar, formal ou informal - é uma arena de combate em que lutam os diversos agentes sociais da atualidade”. (CERRI,2011, p. 15 e 16)

A memória a ser instituída socialmente perpassa por todo um processo de identidade do sujeito, seleção, interpretação, esquecimentos, entre outros elementos constituintes da elaboração da memória.

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK,1992, p.5)

A relação intrínseca entre memória e identidade nos permite refletir sobre as disputas pelas evocações de determinadas memórias que são confrontadas socialmente como elemento de construção de si, como também de pertinência a determinado grupo social. Assim, escrever sobre o passado implica a ação de diversas forças sociais em disputas, negociações, conciliações, e que assim escrevem e perpetuam um determinado olhar sobre o passado.

3.2 Livros didáticos: História das Cavernas ao Terceiro Milênio e História Sociedade & Cidadania

O livro didático é um produto perpassado por memórias, no entanto, é preciso refletir quais memórias tem sido evocadas na ação de escrever sobre o passado ou lembrar o mesmo, o que não seria apenas um ato individual, tem se tornado um processo de disputa dos diversos grupos sociais, que direta ou indiretamente influenciam na seleção do que será

lembrado ou instituído como memória oficial, essas forças que incidem na memória e na escrita da história não podem ser entendidos como ações inocentes.

Para além da questão metodológica do ensino, que implica diretamente no como ensinar e quais os recursos a serem utilizados, o livro de história é um *lugar de memória*, como afirma Pierre Nora: “Entre os livros de história são unicamente lugares de memória aqueles que se fundam num remanejamento efetivo da memória ou que constituem os breviários pedagógicos”. (NORA, 1993, p.24).

Assim, são formadores de memória, e, portanto, da História. O acesso ao passado por meio do livro didático faz-se a partir de determinados recortes selecionados que instituem uma identidade nacional a custo dos esquecimentos provocados socialmente. É o que se vê na citação que segue abaixo:

Pensar, então, a Memória em suas operações de lembranças e esquecimento consiste em pensar ações inteligíveis que fazem parte do cotidiano dos alunos e orientam seu estar no mundo e que, por essa razão, dizem respeito diretamente ao que pode ser mobilizado como porta de acesso ao saber histórico e ao conhecimento das mudanças e permanências no tempo. O livro didático de História, nesse contexto, assume lugar de grande relevância no ensino de História em nosso país, já que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) situa-se entre os maiores programas de distribuição de livros didáticos do mundo, proporcionando, assim, profundos impactos no sistema de ensino e no mercado editorial brasileiro. (ALMEIDA; MIRANDA, 2012,p.264).

O nosso intuito com a investigação do conteúdo do livro didático, sobretudo no que se refere à temática da Questão Agrária, não é considerá-lo inadequado para o uso ou defender que deva ser abolido da aula de história. Buscamos refletir sobre seu conteúdo e metodologia de abordagem, identificando lacunas, escolhas teóricas, a visão de história defendida, dentre outros elementos que o compõem enquanto um veículo cultural de aglutinação e disseminação de conhecimento.

Constitui também, uma arma política com amplo alcance social, tendo em vista ainda ser um instrumento didático predominante no ensino. Considerando também, o peso e implicações que a indústria cultural, como analisa Selva Fonseca (2003, p.49-51), tem desempenhado direta e indiretamente no ensino brasileiro. Logo, consideramos que análise dos livros didáticos não é uma investigação que se esgota, pois sua reflexão é um processo contínuo e instigante.

Diante das mudanças iniciadas nas décadas de 1980 e 1990, como aponta Selva Fonseca (2003, p.53-55), passam a ocorrer transformações na indústria editorial e na feitura do livro didático, considerando a própria renovação historiográfica, as necessidades que iam

sendo pensadas tanto em termos do currículo, como as demandas do mercado consumidor. Em 1985 é criado o Programa Nacional do Livro Didático, ficando a cargo do Ministério da Educação e Cultura, por meio do Decreto nº 91.542/1985, como afirma Flávia Caimi (2017), no intuito de garantir a distribuição gratuita do livro didático em toda rede pública de ensino.

Outro marco interessante para a educação básica brasileira foi a política de avaliação dos livros didáticos a serem trabalhados nas escolas públicas, que passam a ter especialistas que avaliam as coleções para possíveis escolhas e compras pelo Estado. A década de 1990 é marcada por uma reconfiguração do sistema avaliativo tornando-o mais consistente. Os livros didáticos adotados passaram por um processo avaliação, e sendo aprovadas passam a constar o nome da coleção nos Guias de Livros Didáticos, que são distribuídos as escolas no momento da escolha das coleções a serem adotadas.

O PNLD tem o estado como comprador dos livros didáticos e responsável pela distribuição gratuita. É feita uma avaliação pelo Ministério da Educação das Obras do PNLD vigente, e é publicado um Guia de Livros Didáticos, com as resenhas das obras aprovadas, que são enviadas para as escolas para serem escolhidas pelos professores.

Logo, as editoras perceberam o mercado promissor que seria suas coleções serem aprovadas no PNLD, e buscaram enquadrá-las nos requisitos propostos pelos editais. Todo um trabalho de revisão foi feito no intuito de adequar as coleções aos Parâmetros Curriculares Nacionais, uma das exigências para a aprovação. As diferenças entre coleções que disputam o edital do PNLD têm se mostrado bem pontuais, tendo em vista que buscam se enquadrar aos parâmetros estabelecidos.

[...] Atualmente, temos entre 15 a 20 coleções de história disponíveis no mercado em cada segmento (anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio), mas na prática elas pouco se diferenciam entre si em termos de estrutura curricular, de organização editorial, de projeto gráfico e de abordagem metodológica. (CAIMI, 2017, p.38)

O poder mercadológico que incide sobre a feitura, seleção e distribuição dos livros didáticos tem reverberado em um mercado lucrativo financiado pelo poder público. “[...] O PNLD é, sem dúvida, um grande negócio para as editoras. Ter um livro de seu catálogo escolhido por diversas escolas brasileiras é a garantia de uma vendagem certa”. (SILVA, 2012, p. 810). Os enquadramentos feitos pelas empresas privadas no intuito de disputar e mais ainda, ter aprovada a coleção, tem servido aos interesses de “preservar” uma História Nacional, que tem imperado na meio escolar.

Apesar de todas as ressalvas ao PNLD, consideramos que alguns avanços podem ser sentidos na sua escrita. As coleções têm dialogado com a produção acadêmica. As atualizações historiográficas são elementos apontados no edital como elemento avaliativo, no entanto, essas escolhas teóricas por vezes, tem servido para perpetuações de determinadas visões acríticas da história.

Logo, mesmo que seja em passos lentos, alguns avanços são sentidos, mas ainda temos um longo percurso pela frente. Embora sejam perceptíveis os investimentos na política pública do PNLD, no intuito de aprovar coleções com certo nível de qualidade, determinados fatores têm influenciado sua elaboração, como o de tornar o livro vendável, o que tem apontado para outros caminhos. A mercantilização do livro didático tem abertamente sido um campo atrativo para o investimento do capital, grandes e pequenas empresas têm declarado embates ferrenhos nas disputas por editais.

O número exorbitante de investimento se explica pelo retorno lucrativo ao setor empresarial. Dessa forma, não é possível estabelecer uma relação única na escolha dos livros didáticos, envolvendo diversos interesses que acabam condicionando a sua produção e a efetivação da compra e distribuição às escolas. O livro didático, como salienta Bezerra (2017), tem-se constituído como ferramenta balizar, e por vezes o único instrumento que direciona os conteúdos e as formas de serem trabalhados. Essa realidade vem se arrastando no modelo educacional brasileiro, apesar de pontos positivos por parte de alguns docentes e corpo escolar.

Diante dos problemas enfrentados por muitas escolas no Brasil, o livro didático acaba determinando o conteúdo e estratégias de ensino, deixando de ser apenas um dentre outros tantos instrumentos utilizados pelo aluno e professor para a construção do saber escolar. Além disso, não em raras as hipóteses é a única fonte do aluno que não tem acesso ou interesse de realizar outras leituras. (BEZERRA, 2017, p.2).

O livro didático se constitui em um espaço de intensas disputas, campo minado pelos interesses de quem o produz, para quem produz e por quem é financiado. “[...] Para nós, o livro didático desempenha, também, o papel de reprodutor das lutas interiores na sociedade capitalista”. (SIMÕES; RAMOS; RAMOS, 2018, p.252). Dessa forma, selecionar os assuntos que terão relevância ou “apagamento” é fruto do seu tempo, de suas disputas, incidem diretamente na memória social a ser construída e das histórias a serem passadas. Essas são balizas importantes para se compreender os projetos ali defendidos.

Confrontamo-nos no mundo moderno com uma absurda dificuldade de seleção de conteúdos que promove uma demasiada saturação de informações nos últimos tempos

por diversas narrativas que convivem, dialogam e duelam com as narrativas historiográficas. O que pode ser aparentemente considerado um antídoto contra o esquecimento, na verdade pode se revelar algo nocivo, já que a memória pressupõe esquecimento e tem ficado cada vez mais difícil realizar uma seleção daquilo que vai ser lembrado e daquilo que vai ser esquecido. (BEZERRA, 2017,p.6).

O livro didático, ainda hoje, continua a ser um material didático muito requisitado no meio escolar, para além das políticas, seja do governo ou do corpo escolar, que incentivam sua utilização como um material pedagógico que baliza o processo de ensino-aprendizagem. “[...] Para vários professores, o livro didático se apresenta como o único meio de acesso à informação de que dispõem, tornando-se referência decisiva no que se ensina e como se ensina”. (FRAGA, 2014, p.101)

Os livros didáticos enquanto objetos culturais complexos, como considera Tania de Luca (2012, p.1), vem sofrendo considerável transformação desde a estética, aos conteúdos, controle de produção e consumo. O despertar para a importância de se refletir sobre a sua utilização e as implicações decorrentes da sua produção e seleção para serem trabalhados nas escolas, em que muitos têm uma visão negativa, e outros defendem como material constitutivo do ensino, no momento que é acionado como orientador das práticas docentes e organizador dos conteúdos.

Nunca é demais reafirmar que ensinar pressupõe escolhas, segmentações, ordenações e prescrição do que deve (ou não deve) ser lembrado, dos gestos, figuras e lutas que merecem (ou não merecem) ser comemorados e tais escolhas não se constituem em atos inocentes e/ou despidos de sentidos, e consequências sociais e políticas. (LUCA, 2012, p.3)

Neste contexto, o livro didático como produto cultural e um componente do ensino escolar que institui uma memória social, precisam ser escolhidos de forma cautelosa, pois incide diretamente no ensino-aprendizagem ao privilegiar certas memórias em detrimento de outras, e possibilitar determinadas leituras do passado. Dessa forma, me deterei na análise da Questão Agrária nos livros didáticos, buscando refletir como essas memórias têm sido construídas historicamente.

A análise da temática da Questão Agrária será feita em duas coleções aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático de 2018. O primeiro livro a ser analisado é o da História das Cavernas ao Terceiro Milênio, adotado no 3º ano do Ensino Médio na rede pública estadual do Maranhão, e o segundo História sociedade & cidadania⁶⁰ do terceiro ano do ensino médio.

⁶⁰ O segundo livro é um material de divulgação aprovado no Programa Nacional do Livro Didático de 2018 para ser adotado no ensino médio. No entanto, não foi possível mapear em quais escolas ele foi adotado.

História das Cavernas ao Terceiro Milênio.

A coleção História das Cavernas ao Terceiro Milênio é da editora Moderna, foi produzida em São Paulo em 2016, e está na sua 4ª edição. A autoria é das professoras Patrícia Ramos Braick⁶¹ e Myriam Becho Mota⁶². A escolha dessa coleção é em virtude de ser adotada em escola de grande porte, com uma clientela estudantil considerável. Na rede estadual é adotada na escola Centro de Ensino Benedito Leite. Para melhor visualização segue abaixo uma imagem do livro:



Imagem 9: Capa do Livro História das Cavernas ao Terceiro Milênio
Fonte: História das Cavernas ao Terceiro Milênio, 2016.

O livro possui 277 páginas, dividido em 12 capítulos⁶³, organizado em seções fixas: Abertura de capítulo; Conversando sobre; Glossário; Boxes complementares; Você vai gostar de ler, assistir e navegar; Atividades; Decifrando o Enem. Nas seções não fixas: Trabalhando com fontes; Aprenda mais; Texto complementar; Questões do Enem e vestibulares. A obra se caracteriza na perspectiva História Integrada, seguindo uma cronologia

⁶¹Patrícia Ramos Braick é Mestre em História (área de concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do Ensino Médio em Belo Horizonte, MG. Informações retiradas do Livro Didático. BRAICK, Patrícia Ramos. História: das Cavernas ao Terceiro Milênio/ Patrícia Ramos Braick, Myriam BrechoMota.- 4.ed. - São Paulo: Moderna, 2016.

⁶² Myriam Brecho Mota. Licenciado em História pela Faculdade de Ciências Humanas de Itabira, MG. Mestre em Relações Internacionais pela The Ohio University, EUA. Professora do Ensino Médio e Superior em Itabira, MG. Informações retiradas do Livro Didático. BRAICK, Patrícia Ramos. História: das Cavernas ao Terceiro Milênio/ Patrícia Ramos Braick, Myriam BrechoMota.- 4.ed. - São Paulo: Moderna, 2016.

⁶³ 1. Imperialismo na Ásia e na África; 2. Brasil na Primeira República; 3 Primeira Guerra Mundial e Revolução Russa; 4. Crise nos anos de 1920 e ascensão nazifascista; 5. Segunda Guerra Mundial; 6. Era Vargas; 7. Guerra Fria 8. O processo de emancipação na África e na Ásia; 9. Governos Populistas na América Latina; 10. Ditaduras militares na América Latina; 11. o fim do socialismo real e os desafios do mundo globalizado; 12. Brasil: da redemocratização aos dias atuais.

linear. Na análise do PNL D 2018 fica explícita uma visão eurocêntrica da História. Por outro lado, a mesma avaliação do PNL D 2018 vem apontando um esforço das coleções em se distanciarem do eurocentrismo.

A obra se inscreve na perspectiva conhecida como História Integrada, caracterizada por apresentar a chamada História Geral intercalada com a História do Brasil, seguindo uma cronologia linear, com destaque para conteúdos e a abordagem identificados com a História europeia. (BRASIL, 2017).

No tocante à temática da Questão Agrária me deterei inicialmente no capítulo 9. *Governos Populistas na América Latina*, em que ao trabalhar com o Governo de Juscelino Kubitschek (1956- 1961), toca rapidamente na agitação em que o campo estava vivendo em decorrência da política desenvolvimentista do governo, e em quatro linhas fala sobre as Ligas Camponesas, coloca em negrito, mas em nenhum momento dá destaque para esse movimento político e de resistência camponesa.

Fundada em 1955, as Ligas Camponesas, voltadas para a defesa dos interesses dos trabalhadores do campo, promoveram a formação de organizações de trabalhadores, que abandonaram seu caráter assistencialista inicial e assumiram uma atuação mais política a partir da década de 1950. (BRAICK; MOTA 2016, p. 157)

No Manual para o professor, em relação às Ligas Camponesas faz algumas pontuações. Todavia, não se tem uma indicação de leitura nem no livro do estudante e nem no suplemento para o professor que possibilite um melhor entendimento sobre o assunto. As Ligas Camponesas foram uma das principais mobilizações de massa camponesa. A título de exemplo, o artigo de Clodomir Moraes (2012), nos permite ter uma dimensão dessa organização e de seus limites, ao trabalhar com a História das Ligas Camponesas do Brasil.

As Ligas camponesas, a partir de seu ressurgimento em 1955, deixaram de ser organizações para se tornar um movimento camponês que contagiou grandes massas rurais e urbanas, com ampla repercussão nacional e internacional. Não se pode negar o importante papel que desempenhou entre 1955 e 1964, na criação de uma consciência nacional em favor da reforma agrária. Foi também, o movimento precursor, no Brasil, da insurreição armada camponesa, baseada nos postulados da preparação guerrilheira. (MORAIS, 2012, p.70-71)

No tópico seguinte, sobre o Governo João Goulart (1961- 1964), trabalha as Reformas de Base, e cita a Reforma Agrária como um carro chefe da política de seu governo. No entanto, não há um aprofundamento do que realmente se propunha quais os impactos sociais, econômicos e políticos. No fim do capítulo consta um texto na seção texto completar com o título: *João Goulart e a reforma agrária*, que segundo a autora resultou no

agravamento da crise política, e por fim, contribuiria para o fim do seu governo, com sua política de radicalização.

Texto complementar

João Goulart e a reforma agrária

Um dos temas mais polêmicos discutidos no governo de Jango foi a reforma agrária. Em uma tentativa de agradar todos os envolvidos com a questão, Goulart assinou um decreto que indenizava os latifundiários de terras improdutivas que seriam desapropriadas. Com isso, ele conseguiu desagradar os setores populares, que entendiam o decreto como "brando", e os latifundiários, contrários a qualquer tipo de reforma, agravando ainda mais a crise política do governo.

“João Goulart assinou em meio a seu discurso no comício da Central o documento da Superintendência da Reforma Agrária [Supra], resolvendo por decreto pequena parte do problema. [...] Reconhecia, entretanto, os limites do decreto da Supra e, com isso, a necessidade de obter a aprovação do Congresso para a concretização de uma reforma mais ampla. O presidente respeitava a Constituição Federal e o sistema democrático, embora [...] sinalizasse para a decisão política de não fazer mais tantas concessões.

Em que medida essa sociedade [...] estava disposta a dividir os prejuízos materiais dos futuros desapropriados em nome de transformações que, em primeiro lugar, beneficiariam as classes mais pobres de trabalhadores? Estariam dispostas as classes produtoras, a bancada de proprietários do Congresso Nacional, a contribuírem para mudanças que trariam a inclusão social e política dos seus próprios trabalhadores?

O presidente atingia diretamente os interesses das classes sociais mais poderosas. Entre elas, os grandes capitalistas, os empresários com negócios nacionais e internacionais, os latifundiários e grandes proprietários urbanos. Atingia as redes de privilégios e favorecimentos entre políticos e homens de negócios, as relações clientelísticas há muito estabelecidas no campo e a preponderância dos interesses privados sobre os sociais no campo político. [...] Mas não era só. Por outro lado, o governo Goulart promoveu a intensa participação dos grupos mais radicais das esquerdas mobilizados pelas ‘reformas na lei ou na marra’, que, diante dos limites institucionais às reformas de base, passaram a participar das lutas sociais e políticas da época [...].

Por toda a América Latina as contradições entre a história construída e a história desejada explodiam em conflitos marcados pela polarização e pela radicalização política. Externamente, a Guerra Fria e os impasses da disputa mundial por hegemonia influenciavam as lutas políticas latino-americanas [...].

Em 1973 o presidente chileno Salvador Allende utilizaria o que se chamou de ‘resquícios legais’, leis de 1952 e 1966 para realizar expropriações como a da indústria do cobre. No caso brasileiro, uma década antes, sem o apoio do Congresso e não dispondo de tais ‘brechas’ legais, Jango voltou-se para as bases populares [...].

Estas não foram as únicas, mas, talvez, as últimas tentativas latino-americanas de contornar a situação de dependência econômica, alta concentração de riquezas e exclusão política, desde a luta eleitoral até as vias mais radicais de conquista do poder e transformação das estruturas de base. Mais cedo ou tarde, todas elas foram derrotadas.”

DAHÁS, Nashla. O comício da Central, hoje. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, mar. 2014. Disponível em <www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/o-comicio-da-central-hoje>. Acesso em 10 abr. 2016.

Compreendendo o texto Registre as respostas em seu caderno.

- Qual foi a postura de João Goulart em relação à reforma agrária? Justifique com trechos do texto.
- De acordo com o texto, a sociedade brasileira estaria disposta a arcar com os custos de uma reforma agrária que transformasse as estruturas do país?
- Para Nashla Dahás a intenção de João Goulart de implantar reformas no Brasil, assim como a de Salvador Allende no Chile, foram tentativas de “contornar a situação de dependência econômica, alta concentração de riquezas e exclusão política”. De que forma essas tentativas contribuíram para o fim desses governos?

161

Imagem 10: Texto Complementar

Fonte: História das Cavernas ao Terceiro Milênio, 2016, p. 161.

O tema da Reforma Agrária e outras questões relacionadas às transformações no campo são invisibilizadas no capítulo seguinte das Ditaduras militares na América Latina. É preciso sinalizar que as reivindicações sociais continuaram, apesar de toda repressão e das variadas formas de violência. Como afirma Regina Bruno (1997), o primeiro ano do Estado golpista foi marcado pelos embates no tocante à reivindicação pela implementação da reforma agrária, e no mesmo ano é aprovado o Estatuto da Terra, a primeira Lei de Reforma Agrária, que de fato não se efetivou em uma mudança da estrutura fundiária, estando mais voltada para a modernização da agricultura.

Dividia-se assim entre uma Política Agrária e uma Política Agrícola. As questões que envolvem a problemática do campo, portanto, desaparecem da cena não porque deixaram

de existir, mas por uma escolha política, social, econômica, cultural e mercadológica de não mencionar os casos de violência que explodem contra os camponeses, a luta pela resistência na posse da terra, entre outros elementos que poderiam ser abordados nos livros didáticos.

História Sociedade & Cidadania

A coleção História Sociedade & Cidadania é da editora FTD, foi produzida em São Paulo em 2016, e está na sua 2ª edição. A autoria é de Alfredo Boulos Júnior⁶⁴, que trabalha com a dimensão política e econômica. O livro possui 288 páginas, dividido em 4 unidades e 13 capítulos⁶⁵, organizado nas seções Dialogando; Glossário, Para Refletir, Para saber Mais, atividades; Retomando, Leitura e escrita em História, Cruzando fontes, Integrando com; Você cidadão!.

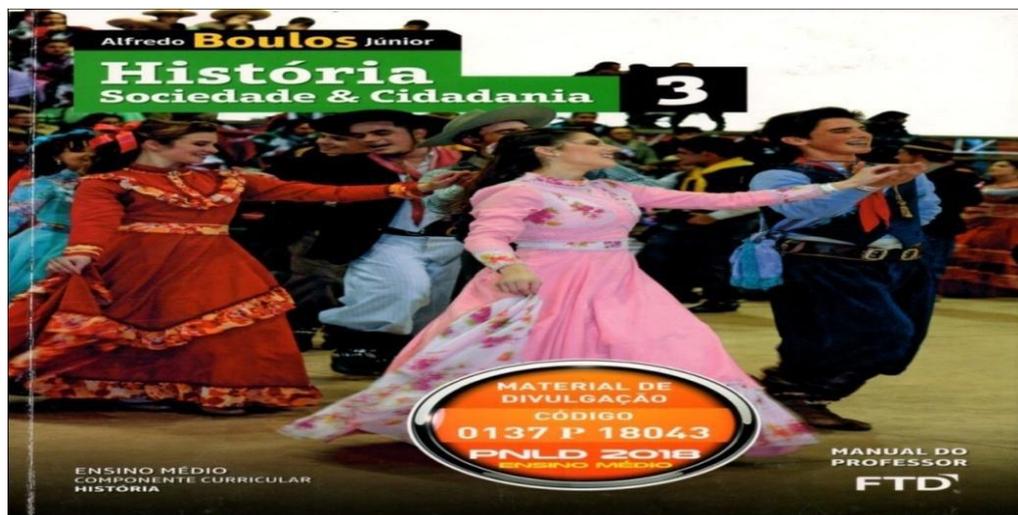


Imagem 11 : Capa do Livro História Sociedade & Cidadania
Fonte: História Sociedade & Cidadania, 2016.

Início minha análise no capítulo “10. *De Dutra a Jango: uma experiência democrática*”, no tópico sobre o governo João Goulart, em que são expostas de forma sucinta as Reformas de Base, e sinalizando que entre os favoráveis a essa política estão as Ligas

⁶⁴Alfredo Boulos Júnior é Doutor em Educação (área de concentração: História da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Ciências (área de concentração: História Social) pela Universidade de São Paulo. Lecionou na rede pública e particular e em cursinhos pré-vestibulares. É autor de coleções paradidáticas. Assessorou a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação - São Paulo. Informações retiradas do Livro Didático. Boulos Júnior, Alfredo. História Sociedade & Cidadania, 3º/ Alfredo Boulos Júnior. - 2.ed. - São Paulo: FTD, 2016.

⁶⁵A primeira Unidade: Resistência à dominação com os capítulos: 1. Industrialização e imperialismo; 2. A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa; 3. Primeira República: dominação e resistência. A segunda Unidade: Propaganda Política, esporte e cinema, com os capítulos 4. A grande Depressão e os fascismos; 5. A Segunda Guerra Mundial; 6. A Era Vargas; 7. A Guerra Fria. A terceira Unidade: Movimentos Sociais, com os capítulos 8. Independência: África e Ásia; 9. O socialismo real; 10. De Dutra a Jango: uma experiência democrática; 11. O Regime Militar. A quarta unidade: Meio ambiente e saúde, com os capítulos 12. O fim do bloco soviético e a nova ordem mundial; 13. O Brasil e a nova ordem mundial.

Camponesas. No glossário são apresentadas de forma sucinta o que teriam sido as Ligas Camponesas.

Ligas Camponesas: associação de defesa dos trabalhadores rurais. Surgidas inicialmente em Pernambuco, atuaram também em vários outros estados brasileiros. As ligas defendiam a reforma agrária, a sindicalização do trabalhador rural e a adoção do imposto progressivo no campo. Seu principal líder foi Francisco Julião e seu lema era: “Reforma agrária na lei ou na marra”. (BOULOS, 2016, p.197).

No decorrer do capítulo aponta que o posicionamento político e ideológico de João Goulart, e de que sua aproximação com a esquerda teria facilitado a ação dos golpistas, entre outros aspectos, essa explicação é apoiada no trabalho de Jorge Ferreira⁶⁶, utilizado como referencial bibliográfico. As atividades desse capítulo, em nenhum momento, fazem alguma menção à questão agrária, mesmo porque não aparece nenhuma discussão sobre a temática que possibilite um entendimento para os estudantes.

No capítulo seguinte, 11. *O Regime Militar*, o meio rural e qualquer possível temática relacionada “desaparece” do livro didático. A resistência ao governo golpista parece se restringir apenas ao espaço urbano. Apenas é mencionada uma ação da Guerrilha Rural no Araguaia conhecida como Bico do papagaio, entre os estados de Tocantins, Pará e Maranhão, símbolo das narrativas históricas de experiência contra o regime autoritário. Porém, não são dadas as devidas proporções à experiência de resistência e a forma violenta como que foi reprimida. “O governo não hesitou em prender, torturar, matar e exilar seus adversários, especialmente aqueles ligados a organizações clandestinas, armadas ou não”. (RIDENTI, 2014, p.34).

No tocante à violência apresenta alguns casos urbanos. Enquanto isso, a violência e ações desmedidas que se abateram sob os camponeses por um governo autoritário que privilegiou o grande capital, em nenhum momento é mencionado. Será que foi por que não aconteceu, ou como uma parcela da sociedade defende: não foi tão violento como falam? Ou por que há pouco interesse em se refletir sobre a temática agrária? No final do capítulo quando trabalha sobre a constituinte e a nova Constituição, é apontada a questão da terra de forma bem pontual em duas linhas, da seguinte forma: “Terra. Aplicação da Reforma Agrária em terras consideradas improdutivas”. (BOULOS, 2016, p. 221) .

⁶⁶Em seu trabalho faz uma análise política e econômica do Governo de João Goulart, pensando seu governo a partir dos interesses dos grupos coletivos, entrando num jogo de conciliação. O autor enfatiza que a radicalização da esquerda e a aproximação do presidente com a mesma gerou uma crise política, e o desdobramento do golpe militar. Cf., Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil- militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil- militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.345-404.

No último capítulo do livro, Capítulo 13 - *O Brasil e a nova ordem mundial*, o tema da Reforma Agrária é abordado de forma descontextualizada do conteúdo trabalhado no capítulo, que se refere aos governos democráticos, e em nenhum momento está dialogando com a temática. Considero dessa forma, não porque não deveria ser trabalhado, tendo em vista que as lutas sociais continuavam e os sujeitos sociais do campo continuavam na luta pela terra e outras demandas, mas porque em nenhum momento aparece algum diálogo dos governos com a questão agrária.

O tema é apresentado no tópico sobre o governo de Itamar Franco, em um boxê intitulado “*Para Refletir*”, seção que, conforme é apresentada no início do livro, teria o intuito de apresentar textos completos em diálogo com o conteúdo estudado, entretanto, as informações presentes no boxê estão desconectadas do assunto do texto principal da narrativa do livro. Além disso, o livro pontua dúvidas do que seria a “Reforma Agrária”, ao se referir que segundo a conceituação utilizada pelos líderes do Movimento dos Trabalhadores sem Terra, e, por outro lado, deslegitima a luta do movimento ao representá-los de forma negativa, e até de certa forma violenta.

Para refletir ⚡

Reforma agrária: segundo os líderes desse movimento: “conjunto de medidas que visam promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, e fim de atender aos princípios de justiça social e o aumento da produtividade. [...]”. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/wp/113/ov/CASSIMIRO_Alessandra_Santos.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2016.

O MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surgiu nos anos 1970 no Rio Grande do Sul, onde as plantações de soja em grandes propriedades alteraram a distribuição fundiária característica da região (pequena propriedade). O movimento ganhou impulso em 1984, quando ocorreu em Cascavel, no Paraná, o 1º Encontro Nacional do MST. E sua principal bandeira de luta era a **reforma agrária**. Seu *slogan* – “ocupar, resistir e produzir” – era sua principal tática de luta.

Ao longo dos anos 1990, o MST realizou inúmeras ocupações de fazendas consideradas improdutivas, ergueu acampamentos provisórios, invadiu a sede de órgãos do governo e realizou várias marchas. Entre fevereiro e abril de 1997, por exemplo, 1 300 militantes saídos de diferentes pontos do país percorreram cerca de 1 000 km para exigir reforma agrária – a marcha terminou em Brasília, num ato que reuniu 100 mil pessoas.

Nas últimas décadas, além de lutar pela reforma agrária, o MST passou a pleitear também créditos e financiamento para a formação de cooperativas. Por vezes, o MST agiu à margem da lei, destruindo plantações, sedes de fazendas produtivas e laboratórios de pesquisa.

Integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) durante marcha nacional pela reforma agrária, em 2005; eles caminharam 167 km rumo à capital federal. Os acampamentos chegam a contar com escola e ambulâncias.

a) Para alguns, essas ações violentas do MST se justificam por acelerar a reforma agrária, para outros, são inconstitucionais e, como tal, devem ser condenadas. E você, o que pensa sobre o assunto?

b) Dados do Incra mostram que entre 2010 e 2014 aumentou a concentração de terras no Brasil, com 47,23% das propriedades rurais em mãos de grandes fazendeiros. O que pode ser feito para acelerar a reforma agrária no Brasil?

Economia

Quando Itamar Franco assumiu a presidência, a inflação de cerca de 30% ao mês continuava a corroer os salários, a inibir os investimentos e a empobrecer os trabalhadores. E, para agravar a situação, a população já não acreditava mais em planos salvacionistas.

270 UNIDADE 4 | MEIO AMBIENTE E SAÚDE

Imagem 12: Para Refletir

Fonte: História Sociedade & Cidadania, 2016, p.270.

O trabalho de Andresa Costa (2011)⁶⁷ nos propõe refletir sobre as representações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Uma luta de identidade e reafirmação social enquanto homens e mulheres que não detêm de uma terra para se fixarem, como salienta a autora. As representações desse movimento elaboradas pela sociedade geralmente são negativas, e são disseminadas nos variados meios de informação, o que tem contribuído para a negação de uma luta histórica pelo acesso e democratização da terra. De tal forma que incriminar a luta tornou-se mais fácil: “com narrativas que circulavam nos manuais didáticos posicionando esses sujeitos na sociedade, marcando sua identidade como criminosos, vagabundos, baderneiros, mas também como heróis, mártires, sonhadores, miseráveis e dignos de pena”. (COSTA, 2011, p.125). Assim, as relações de poder estão presentes na cultura escolar, e tendem a construir representações forjadas dos sem-terra.

Com as análises dessas coleções podemos concluir que a temática da Questão Agrária durante a Ditadura Civil-Militar é ausente ou traz pouca contribuição para uma reflexão crítica do meio rural, suas lutas e reivindicações sociais. Ocorre um apagamento desses sujeitos sociais no decorrer dos capítulos, suas atividades e até mesmo na bibliografia utilizada que não nos possibilita entender as poucas informações pontuadas ao longo do livro.

As formas como o passado tem sido narrado é um invólucro de escolhas e disputas políticas no intuito de constituir uma memória sobre o passado. “Narrar história é, antes de tudo, questão de identidade”. (Morais, 2013, p.201). Neste sentido, como reitera Pollak (1989, p.4-8), a memória é uma construção que passa por escolhas, conflitos, disputas do que vai ser instituído ou dizível do passado.

Assim passa por toda uma organização, seleção e enquadramento de várias memórias, para então, instituir a memória nacional. Essa construção está intimamente ligada à questão da identidade, em que precisa haver um reconhecimento de si mesmo, e da relação com o outro, em reconhecê-lo como pertencente ao grupo ou de uma herança herdada. Assim, a instituição de uma memória nacional, passa por vários arranjos, bem amarrados, negociados, que a consolidam como a memória de um povo socialmente construída.

Gostaria de destacar um exemplo emblemático do processo de esquecimento, que pode ser refletido também na própria Transição Democrática, que carrega as marcas de uma

⁶⁷A autora faz uma análise sobre narrativas de sujeitos envolvidos em disputas por terra no Brasil, tendo como foco as representações sobre os sem-terra, em vinte e três livros didáticos de História publicados entre 1985 a 2005, Inquirindo também por outros percursos pontuados nos livros didáticos, tais como: revistas, jornais, documentários e sites da Internet, e outros. Cf. COSTA, Andresa. O ensino de história e as representações dos sem-terra nos livros didáticos. *Historiæ*, Rio Grande, 2 (1):, 2011.p. 123-136

imposição sobre a memória no processo de esquecimento, selado pela Lei da Anistia de 1979. Em que pese a concessão de perdão para ambos os lados que, no entanto, não tiveram a mesma medida na sua implementação, a busca por uma “conciliação nacional”, foi assim difundida como um discurso de que era preciso esquecer para continuar em frente. “Está em disputa também se anistia é ou não esquecimento, e se esquecer faz bem ou mal para o presente e o futuro do país”. (RODEGHERO, 2014, p.174).

Uma anistia geral implica na falta de responsabilização pelos crimes cometidos. Houve uma ocultação, beneficiando diretamente os agentes da repressão, como por um véu do esquecimento. O projeto apresentado pelo governo anistiava crimes políticos e crimes conexos, o que foi duramente criticado pela oposição por acabar colaborando para a impunidade. “Entendido como estratégia para garantir a impunidade dos que sequestraram, prenderam ilegalmente, torturaram e mataram sobre a capa de serviço à nação e da luta contra subversivos”. (RODEGHERO, 2014, p.182).

Logo, esse exemplo, é um dos casos complexos sobre a relação com o passado, que nos provoca a refletir sobre as memórias em disputas e o esquecimento, (POLLAK, 1989, p.4). Inquietamos com as perguntas: Por que lembrar de assuntos “incômodos”? Por que devem ser lembrados ou por que silenciados? São perspectivas levantadas no trabalho de Janaína Cordeiro (2014), em que reflete sobre as memórias construídas em torno do governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que estão divididas entre os “anos dourados” e os “anos de chumbo”⁶⁸.

As reflexões sugerem as batalhas na preservação de determinadas memórias e no silêncio de outras. Adentrar em um passado recente, que pode ser entendido como enfado, pois estaria quebrando o pacto social de que é melhor esquecer, mostra-se um campo minado e em constante potencial de disputa.

Lembrar ou esquecer os dilaceramentos da nação realizados sob as ditaduras militares não é, ao contrário do que poderia parecer, escolher entre passado e futuro, mas sim escolher entre distintas articulações de passado, presente e futuro. O passado não está a salvo das intenções do presente de dar tal ou qual significado ao tempo, aos personagens históricos à nação. O presente- bem como o futuro- depende de um passado relativamente móvel, que possa ser relido. (CERRI, 2011, p.11 e 12)

Nesses entraves de lutas por uma memória legítima, que se institui uma memória em vez de outra, como a memória oficial, como salienta Elizabeth Jelin (2002, p.40), a História Nacional vai se consolidando como uma memória oficial, o que decorre de todo um

⁶⁸ Referência aos anos (1968-1978), para designar o período legitimado historicamente como o mais repressivo na ditadura, tem a expressão máxima com a promulgação em 13 de dezembro do Ato Institucional nº 5, que vigorou até dezembro de 1978.

empenho e controle por parte do Estado. No entanto, as narrativas que se contrapõem são marcadas por lutas políticas, ao buscar seu espaço na sociedade. A autora enfatiza que o contexto histórico é importante para que outras memórias explodam⁶⁹, em momentos políticos que possibilitem outras leituras do passado. São reivindicação de narrativas subterrâneas que se dão a conhecer em contextos propícios para tal feito.

De tal forma lutas passam a ser travadas pela legitimidade de quem narra e o que é narrado. Nessa construção social da memória, diversas são as formas de apagamento de determinados sujeitos da História. A narrativa histórica que vem sendo transmitida nos livros didáticos, e que tem um peso social sobre a própria leitura do passado e suas interpretações, deixando no limbo da história os diversos grupos sociais que foram sendo marginalizados historicamente.

Nesse sentido, o poder da História encontrado nos livros didáticos e ensinada nas escolas é grande, mesmo que imperceptível. As narrativas contadas muitas e muitas vezes pelos professores acabam se tornando verdades didáticas estanques e inabaláveis, como dogmas de explicação histórica. (MORAIS, 2013, p.201.)

O desinteresse pelo tema da questão agrária foi perceptível nas coleções analisadas que retiram da cena os sujeitos sociais do campo, e por vezes reaparecem de uma forma timidamente sem permitir uma análise contundente da complexidade do mundo rural e de suas diversas faces que interpelam seu cotidiano. Assim, as reflexões aprofundadas ao longo desse capítulo, foram importantes para traçar elementos pertinentes para a elaboração do manual didático: (Re) construindo memórias: a Questão Agrária maranhense a partir dos audiovisuais. Logo, intentamos fornecer uma ferramenta que contribua para prática docente. Possibilitando um reflexão crítica da Questão Agrária no Maranhão

Dessa forma, ressignificar o passado é repensar qual memória tem sido evocada para contar a História do Brasil, quantas vidas foram ceifadas nessa experiência dolorosa e nefasta, quantos vítimas ainda clamam por justiça, quantos silenciamentos e apagamentos de rastros tem sido feito. Negar a memória dessas experiências é também negar nossa própria história.

⁶⁹ O que Pollak (1989) chamou de memórias subterrâneas, que em um dado momento propício politicamente ressurgem, e o que era silenciado passa a ser dizível. Cf. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989, p. 3-15.

3.3 (Re) construindo memórias da Questão Agrária maranhense a partir dos audiovisuais: métodos e abordagens

Nesse tópico, buscamos pontuar o processo de construção do produto educacional dessa dissertação, que visa elaborar um manual didático como ferramenta pedagógica aos docentes do terceiro ano do ensino médio da rede básica, que lhes possibilite refletir sobre a relação entre cinema e história, a constituição de uma memória camponesa maranhense a partir dos audiovisuais analisados, e a inserção da temática da questão agrária nas aulas de história.

Assim, objetivamos reflexões e debates em torno da temática da questão agrária maranhense, abordando a linguagem fílmica como uma possível leitura historiográfica e, que tem um papel importante ao construir uma memória, ou seja, ser um lugar de memória, combatendo ou pelo menos minimizando os efeitos de uma sociedade que caminha para o esquecimento como muito bem salienta Pierre Nora (1993, p.12 e 13) ao refletir sobre a construção de *lugares de memória*. Dessa forma, trabalhará-se na perspectiva do cinema como *lugar de memória*, e nos inquietará a refletir sobre as narrativas propostas na linguagem cinematográfica. As representações sobre elementos da Questão Agrária, serão acionadas de diferentes maneiras e por diferentes sujeitos que concebem essas experiências e suas transformações ao longo desse trabalho.

Tomaremos, como base de análise as fontes audiovisuais de Murilo Santos para analisar sobre as possíveis constituições de uma memória camponesa maranhense e suas utilizações no meio escolar. Seu trabalho data do final da década de 1970, momento em que inicia alguns trabalhos de pesquisa em parceria com a Comissão Pastoral da Terra. Posteriormente foi ampliando seus trabalhos tornando-se um nome reconhecido no âmbito do cinema maranhense por suas vastas produções, e por ser um dos pioneiros da geração do Movimento Superoitista no Maranhão, deixando um legado importante para a cinematografia maranhense.

Suas produções fílmicas têm um caráter engajado voltado para propostas de conscientização das desigualdades sociais vividas no estado, em virtudes de questões econômicas, sociais e políticas que se desdobram em situações críticas e de extremo descaso com os diversos grupos sociais, com destaque especial para os envolvidos em conflitos no tocante à expropriação dos seus territórios, seja em espaço rural ou urbano, dentre outras problemáticas que passam a ser refletidas através da linguagem fílmica.

Dessa forma, analisaremos o filme *Quem matou Elias Zi?* (1986) e *As quebradeiras de Dom Pedro* (2016) por tratarem de questões como: grilagem, violência, migração,

expropriação, o trabalho feminino com o coco babaçu, temas relevantes para a compreensão dos processos que envolvem o meio rural, e por constituir um lugar de memória da luta empreendida pelo uso, posse e permanência nas terras maranhense. A seleção dos filmes analisados nessa pesquisa levou em consideração três critérios: ser produções realizadas pelo cineasta Murilo Santos, que esteve ligado ao movimento superoitista no Maranhão, que tratasse de temáticas que envolvem a questão agrária no Maranhão, e que fosse de fácil acesso, podendo ser encontrado via internet pelo acesso à plataforma Youtube.

Ao analisar as obras fílmicas engajadas de Murilo Santos objetivamos propor uma interpretação da representação da história da questão agrária maranhense a partir dos audiovisuais, entendidos como uma fonte em potencial a ser trabalhada no meio escolar.

O trabalho será estruturado da seguinte forma: parte introdutória sobre a temática da Questão Agrária maranhense, intitulada: *A Questão Agrária no Maranhão contemporâneo: muita terra pra pouca gente*. Nesse tópico será abordado o processo de migração e ocupação territorial das terras maranhense, expropriação das famílias camponesas, conflitos agrários, grilagem, violência, privatização das terras públicas, atuação das mulheres na luta pelo acesso e permanência nas terras maranhenses, o trabalho feminino com o coco babaçu, etc, são algumas questões que serão pontuadas no intuito de contextualizar e problematizar o cenário do estado do Maranhão.

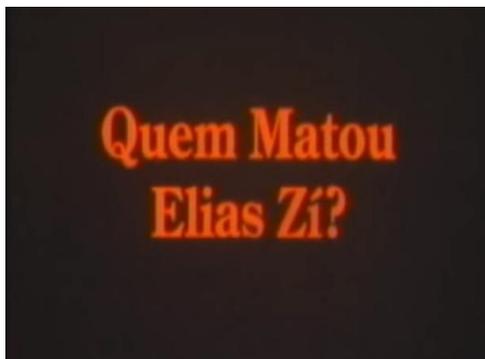
A segunda parte será composta da análise fílmica, pontuando elementos importantes para uma reflexão crítica sobre o tema abordado. Seguida da seção *Dialogando com as fontes* em que serão relacionados fontes diversificadas que dialoguem com a temática abordada no filme trabalhado; seguida da seção *Indicações de leituras* que irá propor sugestões de leituras para aprofundamento das temáticas trabalhadas; *Glossário* trazendo explicações de palavras chaves.

Ao longo dos tópicos que abordarão a análise dos filmes e *Dialogando com as fontes*, serão sugeridas questões para serem aplicadas aos discentes, no intuito de refletir e dialogar com fontes trabalhadas. Por fim, as referências que deram sustentação à parte teórica e metodológica dessa pesquisa.

Análise de filme

O primeiro filme a ser analisado é: *Quem Matou Elis Zi? (1986)*, de Murilo Santos, que narra o processo de expropriação das famílias camponesas diante de ações de grileiros, e de transformações no meio rural com o processo de cercamento em decorrência da privatização das terras públicas, que passam a ser voltadas para atividades agropecuárias,

desencadeando diversos conflitos. A morte do líder sindical Elias Costa Lima, no município de Santa Luzia, em 21 de novembro de 1982, é o fio condutor da narrativa. Utiliza uma linguagem didática com técnicas de animação através de desenhos, música, poesia em cordel e depoimentos.



Ficha técnica

Direção: Murilo Santos

Produção: Brasiliana Produções Artísticas

Roteiro: Murilo Santos e Joaquim Santos

Desenhos: Joaquim Santos

Ano: 1986

Duração: 13min e 34 seg.

Imagem 13: Título do filme *Quem Matou Elias Zi?*

Fonte: Fotogramas do filme *Quem matou Elias Zi?*

Dialogando com as fontes

Trabalhara-se com a crônica produzida pelo Frei Adolfo Temme, que teve papel significativo de denunciar a realidade camponesa maranhense. Sua atividade pastoral inicia-se na década de 1970, atendendo os municípios do Médio Mearim. Seu ministério na Diocese de Bacabal, resultou no seu envolvimento em questão de cunho político, diante dos conflitos agrários que foram tornando-se uma realidade do cotidiano.

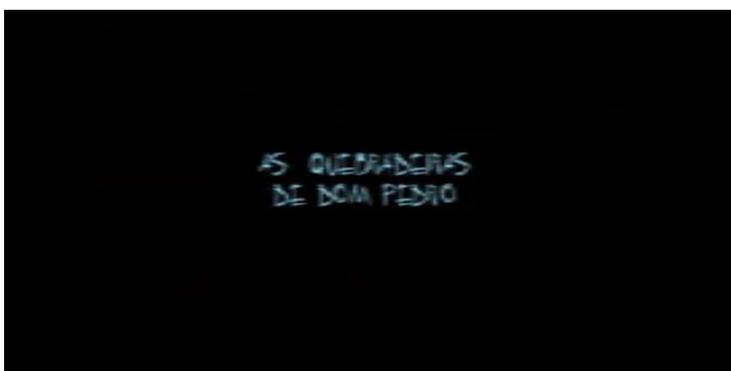
Assim ajuda no enfrentamento e registro da situação vivenciada pelos lavradores ganhou notoriedade, passando a circular como boletins de sua autoria nas comunidades. Para dialogar também com o filme *Quem Matou Elias? (1986)*, utilizaremos o poema de Sabiá da Mata retirado do audiovisual, que aponta para as transformações no meio rural em decorrência do processo de cercamento e implementação do latifúndio, que intensifica a expulsão das famílias de suas terras, imprimindo uma lógica de produção capitalista, retirando sua autonomia produtiva. No poema é sinalizado a violência contra as lideranças sindicais que passam a serem os alvos, destacando a morte de Elias Zi.

Análise de filme

O segundo filme analisado é: *As quebradeiras de Dom Pedro (2016)*, de Murilo Santos, em que narra a experiência cotidiana das mulheres quebradeiras de coco do município de Dom Pedro. Utiliza depoimentos de quebradeiras de coco para propor uma reflexão sobre a atividade agroextrativista do coco babaçu, com o papel importante econômico e cultural para

as famílias camponesas, tendo a figura da mulher à frente do trabalho. Pontua-se também a organização do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu e a luta empreendida para a aprovação e efetivação da Lei Babaçu Livre.

A luta pela terra e acesso livre aos babaçuais, constitui um embate histórico de enfrentamento direto e indireto as interdições dos pretensos proprietários de terras, deflagrando intensos conflitos agrários no estado do Maranhão. As formas de resistência são plurais conforme as estratégias acionadas no enfrentamento das problemáticas em sua experiência cotidiana. Assim, a organização das mulheres em uma rede de sociabilidade, fortalece suas ações em busca da liberdade pelos seus territórios e os babaçuais, assim como pelo reconhecimento da atividade agroextrativista do coco babaçu.



Ficha técnica

Direção: Murilo Santos

Produção: Comissão Pastoral da Terra- Dom Pedro (CNBB-NE 5)

Roteiro: Murilo Santos

Narração: Andrea Frazão

Duração: 22 min e 56 seg

Imagem 14: Título do filme *As Quebradeiras de Dom Pedro*

Fonte: Fotogramas do filme *As Quebradeiras de Dom Pedro* (2016).

Dialogando com as fontes

Dialogaremos com a História Oral por entendê-la enquanto uma metodologia que nos permite analisar como os sujeitos reconstruem o seu passado a partir de suas interpretações no presente. Trabalharemos com o trecho da entrevista de Maria de Jesus Bringelo, dona Dijé, uma líder quilombola com importante atuação no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu- MIQCB.

Essa entrevista foi concedida a Prof. Dra. Viviane de Oliveira Barbosa⁷⁰, 15 de janeiro de 2012, em São Luís Gonzaga- MA. Dona Maria de Jesus faleceu no dia 14 de setembro de 2018, no Quilombo de Monte Alegre, município de São Luiz Gonzaga (MA). Utilizaremos também como fonte a música Xote das quebradeiras de coco, de João Filho, que

⁷⁰ BARBOSA, Viviane Oliveira. **Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão**. 2013. Tese (Doutorado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013, p.172.

ressalta a importância da preservação e do valor das palmeiras de babaçu, os diversos usos proveniente da palmeira e do seu fruto. No final faz um convite de ação coletiva entre as mulheres para o reconhecimento de sua profissão, quebradeiras de coco babaçu.

Nosso intuito é sugerir, refletir e propor um diálogo das obras filmicas com um variado leque de fontes, e de certa forma potencializar os diferentes olhares e seus usos, democratizar e enriquecer o ensino-aprendizagem viabilizando possíveis leituras sobre determinados fatos históricos, e não enviesar um único olhar sobre a história. Todavia, ressaltamos que é preciso problematizar cada fonte incorporada no ofício de reconstituir histórias, não com a perspectiva de resgatar o passado, mas a partir das representações das experiências narradas, refletir sobre o mesmo.

A historiografia passou por um processo significativo de repensar o ofício do historiador, como aquele que institui determinadas memórias ao legitimá-las na escrita e no ensino da história, o que se desdobra num determinado sentido de leitura sobre o passado. Dessa forma, o papel dado à memória para determinados fins interfere como o passado tem sido interpretado e ressignificado. Portanto, a escrita e o ensino da história são práticas proeminentes vinculadas ao ofício do historiador e repensá-las tem sido um passo promissor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências de enfrentamento ao acesso e permanência na terra ao tornarem-se inteligíveis através de narrativas remetem às rememorações de uma série de conflitos que foram sendo desencadeados, configurando um faroeste maranhense em decorrência da violência ali empreendida. As famílias camponesas buscaram formas de resistência em prol da defesa do bem comum: a terra, o meio de suas sobrevivências e sentido de suas existências.

A organização e as mais distintas formas de resistência das famílias camponesas no enfrentamento das relações de poder e as práticas de violência, aponta para a construção de estratégias que foram sendo gestadas na própria luta, no intuito de driblar as próprias contradições no que se refere a questão agrária. A violência tem sido uma baliza que estrutura e normatiza as relações sociais, no campo não é diferente, as estatísticas do quadro de violência reitera esse pilar da estrutura social que se atualiza e tem imperado nos processos de luta pela terra.

A memória social dos trabalhadores rurais que constroem e reconstroem suas narrativas é pontuada pelos intensos conflitos vivenciados de forma direta e indireta no campo maranhense. Por outro lado, caminharam para o enfrentamento com estratégias que foram sendo acionadas e reinventadas conforme as necessidades das lutas que geralmente forma marcadas por ações violentas contra os camponeses, suas lideranças, e outros agentes envolvidos: como advogados e instituições que defendem a causa.

Entendemos, que a partir do exposto no decorrer deste trabalho, as tentativas de uma possível implementação de Reforma Agrária ao longo do processo histórico, que nessa pesquisa demarcamos em dois momentos, respectivamente, com o Estatuto da Terra de 1964 e com o I Plano Nacional de Reforma Agrária em 1985, impactaram a condução da questão fundiária tanto em aspectos que dizem respeito ao cenário nacional, quanto aos impactos que incidem no âmbito local.

As mudanças e desdobramentos decorrentes destas leis, são fatores que direta ou indiretamente serviram para a intensificação dos conflitos agrários que reverberaram nas mais diversas formas de violência contra a população do meio rural. Uma ofensiva no campo tem sido a tônica cotidiana, o que poderíamos chamar de uma verdadeira guerra com a militarização de sujeitos no campo maranhense, um verdadeiro faroeste, em que vidas têm sido ceifadas.

As explicações jocosas são reiteradas por agentes do Estado que colaboram para as opressões e ações descabidas, em defesa de uma elite ruralista que endossa a face da violência

no campo brasileiro, sobretudo no Maranhão, como destacamos em nossa análise, estado pontilhado de conflitos com números alarmantes de casos de violências no que tange ao aspecto da terra ou de alguma forma a ela relacionada. Diante do próprio apagamento da temática da Questão Agrária maranhense, que silencia memórias e histórias da luta pela terra no estado, esta pesquisa torna-se necessária.

O interesse pela temática que envolve o Maranhão ainda parece caminhar a passos tímidos no meio acadêmico. Conforme Danièle Voldman (2006), os testemunhos daqueles que foram excluídos historicamente, são carregados pelo desejo eminente de querer falar, pois, teriam agora uma escuta, colaborando assim, para que testemunhos até então “esquecidos” ou “silenciados” da história nacional, passassem a ter voz e reivindicassem seu espaço na historiografia. Como pesquisadora, busco de certa forma narrar a história e a memória das experiências dos trabalhadores rurais que fazem parte da história e precisam nela ser lembrados.

Trabalhar a temática da questão agrária no ensino de história, é possibilitar significados no presente a essas experiências, e permitir um olhar crítico de si e da sua realidade, sobre os processos históricos e os diversos sujeitos. É preciso uma ação reflexiva sobre o que se tem ensinado e se constituído como narrativa histórica. “Trata-se, sem dúvida, de uma tarefa de natureza técnica, teórica e política, uma vez que a escolha do que é ensinado e de como ensinar é uma decisão fundamentalmente político-cultural e educativa”. (FONSECA, 2013, p.46).

O ensino de história é uma arte de recortar as experiências passadas e relacioná-las com as inquietações que se apresentam no presente e nos direcionam a um olhar para o futuro. Essa relação instigante do homem com o tempo, é um fazer político endossado por disputas, silenciamentos, esquecimentos, em que pese aqueles que são provocados com a utilização de vários mecanismos que colaboram para determinadas interpretações narrativas das vivências humanas. As inquietações que nortearam essa pesquisa, giram em torno de por que determinadas temáticas têm sido relegadas no meio escolar?

Por que há ausência da questão agrária e qual a relevância de sua incorporação aos livros didáticos? Apesar de considerar-se que o ensino de história passa por escolhas, essas não aleatórias ou ingênuas, são escolhas políticas do que deve ou não ser ensinado. Quais leituras sobre o passado serão difundidas socialmente? Quais memórias acionadas? Quais partes do passado reconstruídas? São questões importantes a serem refletidas.

Por fim, esse trabalho buscou refletir sobre a questão agrária e a sua inserção no ensino de história a partir da utilização de fontes audiovisuais como um caminho profícuo

para a reconstituição de uma memória camponesa e a sua inserção no ensino de história. Assim, intentou-se traçar a relação entre história e cinema como construções narrativas que contribuem de forma distintas para a compreensão dos fatos sociais.

Dessa forma, concebeu-se a linguagem cinematográfica como uma narrativa histórica que representa o real, e institui uma memória dos processos históricos, ora silenciando ou acionando determinados fatos, sujeitos e leituras conforme o interesse narrativo que se pretende alcançar pela via filmica. Portanto, a sua utilização em sala de aula tem contribuído de forma significativa para o ensino- aprendizagem, ao propor uma leitura histórica sobre outra ótica.

Assim fora proposto a utilização do cinema como ferramenta crítica e de leitura histórica ao inquirir outros olhares voltados para a temática da questão agrária maranhense e como forma de possibilitar sua abordagem em sala de aula, haja vista, que o tema tem sido inviabilizado no meio escolar. As investigações traçadas nessa pesquisa sobre essa temática que se apresenta enquanto fascinante, é apenas uma semente plantada diante dos possíveis frutos que estão por vir dessa relação apaixonante que é narrar e interpretar a história através de sons e imagens em movimentos.

REFERÊNCIAS

- ABUD, Katia Maria. **A construção de uma didática da História:** algumas ideias sobre a utilização de filmes no ensino. *História*. São Paulo, 22 (1), p.183-193, 2003.
- ALBERTI, Verena. Fontes orais. Histórias dentro da história. In. PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Editorial Contexto, 2005. P.155-202.
- AGUIAR, Carolina Amaral de. Cinema e História: documentário de arquivo como lugar de memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.31, nº62, p 235-250, 2011.
- ALMEIDA, Fabiana; MIRANDA, Sonia. Memória e História em livros didáticos de História: o PNLD em perspectiva. **Educar em Revista**, n. 46, p. 259-283, out.-dez. 2012.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conflitos de Terra no Maranhão**. São Luís, CPT-MA, 1981. 57p. (Transformações, Econômicas e sociais no Campo Maranhense, volume 6).
- ANOTTI, Maria de Lourdes. Livro fontes históricas como fonte. In: **Fontes históricas**. Carla Bassanezi Pinsky (Org). 2.ed.-São Paulo: Contexto, 2006.
- ANTUNES, Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Para onde foi o "novo sindicalismo"? Caminhos e descaminhos de uma política sindical.In: **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964/** Organização Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta.-1.ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- ARAÚJO JUNIOR, Miguel Etinger de; DMITRUK, Erika Juliana; MOURA, João Carlos da Cunha. A Lei do Babaçu Livre: uma estratégia para a regulamentação e a proteção da atividade das quebradeiras de coco no Estado do Maranhão.**Sequência Florianópolis**, n.68, p129-157, jun. 2014.
- ASSELIN, Victor. **Grilagem:** corrupção e violência em terras dos Carajás. Imperatriz- MA: Ética, 2009.
- AUGUSTO, Isabel Regina. Cinema Novo: a antropofagia como modo de produção artístico-cultural – e a condição do artista e intelectual latino Americano. **Revista Dimensões**, vol. 29, 2012, p. 189-207. ISSN: 2179-8869.
- BARBOSA, Viviane Oliveira. **Vivências Rurais, Narrativas Múltiplas:** Memórias e Lutas Sociais em Terras Maranhenses. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo: julho 2011.
- _____. **Mulheres do babaçu:** gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão. 2013. Tese de doutorado- Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói: UFF, 2013.
- _____. Ocupação de terras maranhenses, grandes projetos e planos de governo. In: FERREIRA, Márcia Milena Galdez; FERRERAS, Norberto .O e ROCHA, Cristina Costa da (org.). **Histórias Sociais do Trabalho:** usos da terra, controle e resistência. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

BARROS, José D'Assunção. Cinema-História: Múltiplos aspectos de uma relação. **Revista Dispositiva**, v. 3, n.º 1, 2014.

_____. **Cinema e história** – considerações sobre os usos historiográficos das fontes filmicas. *Comunicação & Sociedade*. Ano 32, n. 55, p. 175-202, jan./jun. 2011. ISSN Impresso: 0101-2657 • ISSN Eletrônico: ISSN 2175-7755.

_____. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH - Revista de História da UFOP**, nº 15, 2005 .

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: _____ **Magia e Técnica, Arte e Política** - ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, volume 1, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BEZERRA, Ellen NatuchaPedroza. A Ditadura Militar nos livros didáticos: História e memória nos manuais de ensino de 1976 e 2016. In: **XXIX Simpósio de História Nacional**. Brasília, p.1-16, 24 a 28 de julho de 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História da América**: reflexões sobre problemas de identidades. *Revista Eletrônica da Anphlac*, São Paulo, v.4, n. 4, 2005.

_____. História nas atuais propostas curriculares. In: **Ensino de história**: fundamentos e métodos. 2.ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

BOFF, Leonardo. **Teologia do Cativo e da Libertação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História Sociedade & Cidadania**, 3º/ Alfredo Boulos Júnior.- 2.ed. - São Paulo: FTD, 2016.

BRAICK, Patrícia Ramos. **História**: das Cavernas ao Terceiro Milênio/ Patrícia Ramos Braick, Myriam BrechoMota.- 4.ed. - São Paulo: Moderna, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2000. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf> .

_____. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN +)**. Ciências humanas e suas tecnologias. Brasília : MEC, 2006. Disponível: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf.

_____. Ministério da Educação. **PNLD 2018**: história - guia de livros didáticos- Ensino Médio. Ministério da Educação - Secretária da Educação Básica- SAEB- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação, Secretária da Educação Básica, Brasília, 2017. 108 p.

_____. **Base Nacional Comum Curricular Ensino Médio** .Brasília: MEC, 2017. Disponível:<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc-etapa-ensino-medio>.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ensino Fundamental. História Brasília: MEC, 1998.

_____. **Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985**. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária- PNRA. Brasília, DF, 1985.
Disponível:http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/pnra/i_pnra.pdf. Acessado em: 12 mai.2019.

_____. **LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964**. Dispõem sobre Estatuto da Terra. Brasília, DF, 1964. Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4504-30-novembro-1964-377628-norma-actualizada-pl.pdf>. Acessado em: 12 mai.2019.

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. A luta camponesa e a repressão durante a Ditadura empresarial-militar (1964 -1985). **Revista Habitus: Revista de Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 72-87. 15 julho de 2015.

BRUNO, Regina Angela Landim. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul/dez, 2003, p.284-310.

BRUNO, Regina. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, abril de 2016, vol. 24, n. 1, p. 142-160,

_____. **Senhores da terra, senhores da guerra: (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil)**. Rio de Janeiro: Forense Universidade: UFRJ, 1997.

BURKE, Peter. História como memória social. _____. In: **Variedades de história cultural**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 67-89.

CAIMI, Flávia Eloísa. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2017, p. 33-54.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: Mariana Villaça, Maria Ligia Coelho Prado (Org). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanistas: CAPES, 2015.

CARVALHO, Horacio Martins de. Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação de Reforma Agrária. **Revista Negra**, ano 7, n.5, p. 113- 122. Agosto- dezembro de 2004.

CASTRO, Hebe. História Social. In: Flamarion, Ciro Cardoso e Vainfas, Ronaldo (org.). **Domínios da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CERRI, Luis Fernando. O que é a consciência histórica. In: **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2.ed- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representações**. Revista Estudos Avançados. Rio de Janeiro: CPDO/FGV, 1991, v.5, n. 11, p.173-191.

COMISSÃO Pastoral Da Terra. **Conflitos de terras no Brasil-1985**. Disponível em www.cpt.nacional.org.br.

_____. **Conflitos de terras no Brasil 1986**. Disponível em www.cpt.nacional.org.br.

_____. **Conflitos no Campo Brasil -1987**. Disponível em www.cpt.nacional.org.br.

_____. **Conflitos no Campo Brasil 1988**. Disponível em www.cpt.nacional.org.br.

_____. **Rompendo o cerco e a cerca. Conflitos no Campo -1989**. Disponível em www.cpt.nacional.org.br.

_____. **Conflitos no Campo -1989**. Disponível em www.cpt.nacional.org.br.

CORDEIRO, Janaína Martins. Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé. In: **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964/** Organização Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta.-1.ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

COSTA, Andresa. O ensino de história e as representações dos sem-terra nos livros didáticos. **Historiæ**, Rio Grande, 2 (1):, 2011.pp. 123-136.

COSTA, Alexandre Bruno Gouveia. **Cinema e filosofia: um estudo da narrativa cinematográfica maranhense das Jornadas por meio da *tríplice mimesis***, 2015, 139f. *Dissertação* (Mestrado em Cultura e Sociedade)- Universidade Federal do Maranhão - UFMA, São Luís. 2015.

COSTA, Wagner Cabral da. **O rosto rural da igreja: a atuação da CPT no maranhão**.1994. Monografia- UFMA, São Luís 1994.

_____. Do “Maranhão Novo” ao” Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. In: **História do Maranhão em Tempos de República**. BARROS, Antonio Evaldo Almeida; NERIS, Cidinalva, Silva Câmara; JÚNIOR BARROSO, Reinaldo dos Santos; BARBOSA, Viviane de Oliveira;SALES, Tatiane da Silva; NERIS, Wheriston Silva. (org.). 1 ed. São Luís/ MA; Jundiá/SP: EDUFMA; Paco Editorial, 2015, v.1, p. 189-236.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral, revendo algumas questões. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos & abusos de História Oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 149-164.

DIAS, Verônica Ferreira. Cabra Marcado para Morrer- cinema contando História por meio de histórias (e memórias). DOC On-line: **Revista Digital de Cinema Documentário**, n.01, Dez, 2006 .

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado Ação Política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1984.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil- militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil- militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.345-404.

_____. FERREIRA. Marcia Milena Galdez. Rumo ao Maranhão: teias migratórias e memória dividida . **Tempos Históricos**, Vol 23, 2º semestre, 2019, p. 342-374.

_____. **Construção do eldorado maranhense: experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim- MA (1930-1970)**, 2015. Tese (Doutorado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A nova “velha história política”**: o retorno da História política. Revista estudos Históricos CPDOC-FGV. Rio de Janeiro, v.5, n.12, 1992.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **Luz Câmera e história: práticas de ensino com cinema**. -1. ED. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. (Coleção Práticas Docentes)

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino da história: Experiências, reflexões e aprendizados/ Selva Guimarães Fonseca**. - Campinas, SP: Papyrus, 2003.(Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

FORTALEZA, Marcelo Sousa. **Bandeiras Verdes: a epopeia de Domingos Bala na Pré-Amazônia maranhense(1979-1985)**. 2011. Monografia (Graduação em História)- Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, São Luís, 2011.

FRAGA, André Barbosa. As representações sobre o regime militar nos livros didáticos de história (1985-2011): de “revolução” a golpe civil-militar de 1964. **Revista Enfoques**, Vol.13 (2), p. 100-131, dez, 2014.

FRAZÃO, Jaciara Leite. **Conflitos Agrários no Médio Mearim-MA (1970-1990): memória e experiência da luta pela terra no Povoado Aldeia**.2017.Monografia - Universidade Estadual do Maranhão,São Luís, 2017.

GETINO, Octavio; SOLANAS, Fernando. **Hacia un tercer cine: Apuntes y experiencias para el desarrollo de un cine de liberación en el Tercer Mundo**. In: *Hojas de cine: testimonios y documentos del nuevo cine latinoamericano*, México, UAM, 1969.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006, p.224.

HOLANDA, Karla. Documentário brasileiro contemporâneo e a Micro- história. **Fênix - Revista de História e Estudos Sociais**. Vol 3, Ano III, Nº 1, Jan/ Mar, 2006.

JELIN, Elizabeth. Las luchas políticas por la memoria. In: **Los trabajos de la memoria**. Madri: SigloVeintiuno, p. 39-62 , 2002.

KORNIS, Mônica Almeida. HISTÓRIA E CINEMA: um debate metodológico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, p.237-250, 1992.

LAGNY, Michèle. O cinema como fonte de História. In: NOVOA, Jorge (Org.) **Cinematógrafo**. São Paulo: UNESP, p. 99- 132, 2009.

LIMA NETO, Evaristo José de. **O Associativismo em Áreas de Babaçuais**: A Experiência das Organizações de Trabalhadores Rurais do Município de Lago do Junco - MA Associadas à ASSEMA. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural, Rio de Janeiro, 2007.

LOHER, Eurico. **Franciscanos no Maranhão e Piauí**. Teresina, Halley, 2009.

LÖWY, Michel. Marxismo e cristianismo na América Latina. **Lua Nova**: Revista de cultura e política, São Paulo, nº 19, pp. 5-21, 1989.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes históricas**. Carla Bassanezi Pinsky (Org). 2.ed.-São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **O debate em torno dos Livros Didáticos de História**. Acervo Digital da Universidade Estadual de São Paulo - UNESP, 28-Mai-2012 .

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985) In: **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964/** Organização Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta.-1.ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2014

LUNA, Regina Celi Miranda Reis. **A terra era liberta**: um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré-MA. São Luís: UFMA/ Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, 1984.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Dimensões políticas da violência no campo. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p.126-141.

MEIRELLES, William R. O Cinema como fonte para o estudo da História. **Hist. Ensino**, Londrina, v.3, p.113-122, abril, 1997.

MELO, Demian Bezerra de. Ditaduras "Civil-Militar"?: Controversia Historiográficas sobre o Processo Político Brasileiro no Pós-1964 e os Desafios do Tempo Presente. **Espaço Plural**, Ano XII, nº 27, 2º Semestre 2012. pp.39-53.

MENDONÇA, Sonia Regina. **A questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária-natureza e comportamento 1964-1990. João Pedro Stadile (org.)- 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MONTENEGRO, Antonio Torres. As ligas camponesas e os conflitos no campo.. **Revista de História SAECULUM**, João Pessoa, nº 18, jan/ jun. 2008.

- MORAIS, Marcus Vinícius de. História Integrada. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Novos temas nas aulas de História**. - 2.ed, 2ª reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2013.
- MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas no Brasil. In: STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil**. Volume IV. História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, p. 157-186, 2012.
- MORETTIN, Eduardo Victorio. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. **História: Questões & Debates**, Curitiba: Editora UFPR, n. 38, p. 11-42, 2003.
- MOTTA, Márcia Maria Mendes. A Lei de Terras e seus significados. IN: **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. 2.ed. Niterói: Eduff, 2008.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Proposta de Reforma Agrária popular do MST. In: STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil**. Volume III. Debate sobre a situação e perspectivas da Reforma Agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, p. 149-165, 2013.
- NAVARRETE, Eduardo. O cinema como fonte histórica: diferentes perspectivas teórico-metodológicas. **Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar – DCS/UEM – ISSN 1519-6178** Maringá – ParanáNº 16 – ago./set./out./nov. 2008, p.20-26.
- NAPOLITANO, Maros. A História depois do papel. In: **Fontes históricas**. Carla Bassanezi Pinsky (Org). 2.ed.-São Paulo: Contexto, 2006.
- NETO, Antonio Julio Menezes. A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-341, Maio/Ago, 2007.
- NICHOLS, Bill. Que tipos de documentários existem? In: **Introdução ao Documentário**. 5. ed. Campinas- SP: Papyrus, 2005.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez.1993.
- OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. A reforma agrária em debate na abertura política (1985-1988). **Tempos Históricos**, vol. 22 , 2º Semestre de 2018, p. 161-183.
- ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964/** Organização Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta.-1.ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2014
- PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migração, conflito e violência no campo**. 2013. Tese de Doutorado -Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- PEREIRA, Lara Rodrigues. Cinema como Fonte para a escrita da História e seu ensino escolar: reflexões e Possibilidades. **Cordis. História e Cinema**, São Paulo, n. 15, p. 38-47, jul/dez. 2015. ISSN 2176-4174.

PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Ensino de História e passado prático: notas sobre a BNCC. In: RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; VELÈRIO, Mairon Escorsi. **Ensino de História e Currículo**. Reflexões sobre a base Nacional Curricular, formação de professores e prática de ensino. Jundiaí: Paco Editoria, 2017, p.27-46.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **Em busca de uma outra história**: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.15, n.29, p.9-27, 1995.

POLLAK, Michael. A gestão do indizível. **Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, v.2, n.1, (jan-jun), 2010.

_____. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Chivitella Val diChiana. (Toscana, 29 de julho de 1949): mito, política, luta e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janáina (org.) **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RAMOS, Fernão Pessoa . Um Breve Panorama do Cinema Novo. **REVISTA OLHAR - ANO 02 - N. 4 - DEZ.2000**.

REIS, Flávio. **Cenas marginais**: fragmentos de Glauber, Sganzerla e Bressane. 3º edição revisada (recurso digital). São Luís: Passagen, 2020.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A ditadura fez cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. A ditadura fez cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964/ Organização Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta.-1.ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2014.**

RICOEUR, Paul. O esquecimento. In: _____. **A memória, a história, o esquecimento**. 6ª Ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2014. 423-462.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964/ Organização Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta.-1.ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2014**

RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964/ Organização Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta.-1.ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2014**

ROCHA, Alessandro Rodrigues; OLIVEIRA, Wesley Mello. **Cristianismo de Libertação e Teologia da Libertação**: Inspiração evangélica e pensamento marxista na gênese de um capítulo da teologia latino-americana. *Fragments de Cultura*, Goiânia, v.26, n.4, p. 620-633, out./dez.2016

ROCHA, Glauber. Uma Estética da Fome. In: **Arte em revista**, 1965.

RUIZ, Rafael. Literatura – Novas formas de abordar o Ensino de História. IN: KARNAL, Leandro (org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 75-91.

RÜSEN, Jorn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa-PR, v.1, n.1, 15 jul./dez. 2006.

SANTOS, José Murilo Moraes dos. **Cinema engajado no Maranhão: Interfaces com a educação popular**. 2017. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Educação/CCSO, São Luís, 2017.

SANTOS, Murilo; ANDRADE, Maristela de Paula. **Fronteiras: a expansão camponesa na pré-amazônia maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2009.

SANTOS, Manoel da Conceição. **Chão de minha utopia**. Paula Elise Ferreira Soares, WilkieBuzatti Antunes, (org.). – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.245-279.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 35, nº 70, 2015, pp. 87-107.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático. **Educação e Realidade**, v.37, set./dez. de 2012, p.803-821.

Silva, Maria Manuela. História Social ou "O que a História Política deixou de fora". **Phoinix**, Rio de Janeiro, 5: 241-254, 1999.

SILVA, Ribamar Nogueira da. **A História Social da Cultura e a História Cultural do Social: aproximações e possibilidades na pesquisa histórica em educação**. Cadernos de História da Educação – v. 9, n. 2 – jul./dez. 2010.

SIMÕES, Renata Duarte; RAMOS, Vinícius da Silva; RAMOS, Diego da Silva. O Livro Didático e a Ditadura Militar No Brasil. **Revista Unisul**, Tubarão, v.12, n. 21, p. 251-266, Jan/Jun 2018.

SOARES, Olavo Pereira. **A atividade de ensino de História: processo de formação de professores e alunos**. Araraquara, São Paulo: Junqueira & Marin, 2008.

SODRÉ, Ronaldo; MATTOS, José. O emaranhado dos conflitos de terra no campo maranhense. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, Nº 10, dez. 2016, p.345-354.

STEDILE, João Pedro. Questão Agrária. In: ALENTEJANO, P; CALDART, R. S; FRIGOTTO, G; PEREIRA, I. B. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular e Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ FIOCRUZ, 2013, p. 641-646.

SULIDADE, Mariana da. **A luta pela terra em sala de aula: Ensino de História no Maranhão Contemporâneo e Produção do Paradidático "Terra Livre"**. São Luís: Programa de Pós graduação em História, ensino e narrativas da Universidade Estadual do Maranhão, 2018. (Dissertação de mestrado)

TEIXEIRA, Faustino. **Cristianismo e teologia da libertação**. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

TEMME, Adolfo. **Mala de Couro**- diário de uma desobriga. Teresina: OFM, 2011. 94 p.

THOMPSON, E.P. A economia moral da multidão inglesa no século XIX. In: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Folclore, antropologia e história social. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área de Transamazônica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VILLALOBOS, Jorge Ulises Guerra; ROSSATO, Geovanio. A Comissão Pastoral da Terra (CPT): notas da sua atuação no estado do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v.14, n.1, 1996. p. 19-31

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos & abusos de História Oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 34-41

XAVIER, Ismail. **O cinema brasileiro moderno**. São Paulo: Paz e Terra, 2001. (coleção leitura).

Fontes Orais

TEMME, Adolfo. Entrevista realizada por Jaciara Leite Frazão em Terezina, 2019.

Murilo, Santos. Questionário realizado por Jaciara Leite Frazão em São Luís, abr, 2020.

Crônica

TEMME, Adolfo. Ferreiro da Reforma.[1985]

Jornais

Medo da Reforma. O Estado do Maranhão, São Luís, 13 out. 1986

Começam as desapropriações. Jornal de Hoje, São Luís, 14 abr. 1986

Contra a UDR. O Estado do Maranhão, São Luís, 16 jan. 1987.

Na folha da UDR. O Estado do Maranhão, São Luís, 07 jan. 1987.

Ruralistas discutem a violência no campo em reunião na cidade de Bacabal. Diário do Norte, São Luís, 10 mai. 1986

Religioso é vítima de atentado a bala. O Estado do Maranhão, São Luís, 11 de maio de 1986.

Violência rural tem saldo de 50 mortes. Jornal de Hoje, São Luís, 14 de outubro de 1987.

UDR diz que manifestação será a maior do Brasil. Folha de São Paulo do dia 07 de fevereiro de 1987

Audiovisuais

SANTOS, Murilo. **As quebradeiras de Dom Pedro**. Direção: Murilo Santos, Produção: Comissão Pastoral a Terra- Dom Pedro (CNBB - NE 5). São Luís, 2016.

_____. **Bandeiras Verdes**. Direção: Murilo Santos, Produção: Aída Marques, Co-produção: EMBRAFILME. São Luís, 1988.

_____. **Fonteiras de imagem**. Direção: Murilo Santos. São Luís, 2009.

_____. **Quem matou Elias Zi?** Direção: Murilo Santos, Produção: Aída Marques. São Luís: Brasileira Produções Artísticas, 1982.

Música

JOÃO FILHO. Xote das quebradeiras de coco, de João Filho. In: **Canto e encantos nos babaçuais**: músicas sob domínio popular selecionadas por “As Encantadeiras”. 2014, p.08. Disponível : https://www.academia.edu/30752536/CANTO_E_ENCANTO_NOS_BA_BA%C3%87UAIS_m%C3%BAsicas_sob_dom%C3%ADnio_popular_selecionadas_por_As_Encantadeiras_2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A- QUADRO GERAL DE CONFLITOS NO BRASIL- 1985-1989

1985

Tipo	Número de conflitos	Famílias	Pessoas	Área/ Ha	Mortos	Feridos	Presos
Terra	636	86.854	405.456	9.557.902	125	117	482
Bóias-Frias	30	—	629	—	66	563	—
Agrotóxicos	—	—	651	—	5	646	—
Garimpo	4	—	—	—	3	—	—
Sindical	13	—	—	—	—	4	—
Trabalhista	76	—	159.185	—	14	33	69
Seca	9	—	1.400	—	—	—	6
Outros Acidentes	—	—	3	—	3	—	—
Totais	768	86.854	567.324	—	216	1.363	557

1986

Tipo	Número de conflitos	Pessoas	Dimensão/ Ha	Mortos	Ameaçados/Mortes	Feridos/Torturados	Preso
Terra	634	594.448	12.615.947	105	166	142	238
Trabalhista	95	203.561	—	17	16	45	84
Garimpo	7	12.604	—	15	—	12	11
Sindical	8	—	—	—	6	—	—
Acidentes	15	243	—	40	—	203	—
Totais	759	810.856	12.615.947	177	188	402	333

1987

Tipo	Número de conflitos	Pessoa envolvidas	Dimensões Ha	Mortos		Ameaça de morte	Tentativa de assassinato
				Assassinados	Acidentados		
Terra	582	667.177	17.633.879	109	04	143	37
Trabalhista	109	317.406	303.800	24	49	11	01
Sindicais	10	500	—	—	—	05	—
Garimpo	11	9.599	3.578	16	10	02	—
Seca	53	50.420	—	01	01	20	—
Política Agrícola	17	318.627	1.800.125	04	—	—	—
Totais	782	1.363.729	19.741.382	154	64	181	38

1988

Tipo	Número de conflitos	Pessoa envolvidas	Dimensões Ha	Mortos		Ameaça de morte	Tentativa de assassinato
				Assassinados	Acidentados		
Terra	621	403.733	19.973.897	93	07	153	68
Trabalhista	59	283.780	164.400	09	01	—	—
Sindicais	10	—	—	01	02	—	—
Garimpo	15	1.186	78	01	—	—	—
Seca	42	239.000	—	—	—	—	—

Política Agrícola	15	1.053	—	—	—	—	—
Totais	762	925.752	20.138.375	104	10	153	68

1989

Tipo	Número de conflitos	Pessoa envolvidas	Dimensões Há	Mortos		Ameaça de morte	Tentativa de assassinato
				Assassinados	Acidentados		
Terra	500	192.533	14.480.254	56	—	134	100
Trabalhista	66	343.980	—	09	03	18	03
Sindicais	08	—	—	—	—	—	—
Seca	06	950	—	01	—	—	—
Política Agrícola	02	56.000	300.000	—	—	—	—
Totais	582	593.463	14.780.254	67	03	152	103

Fonte: COMISSÃO Pastoral Da Terra. Conflitos de terras no Brasil-1985; Conflitos de terras no Brasil 1986; Conflitos no Campo Brasil -1987; Conflitos no Campo Brasil 1988; Rompendo o cerco e a cerca. Conflitos no Campo -1989; Conflitos no Campo -1989. Disponível em www.cpt.nacional.org.br.

APÊNDICE B -AQUESTÃO AGRÁRIA NOS JORNAIS MARANHENSE DA DÉCADA DE 1980.

JORNAL/DATA	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
O Imparcial 10/07/1985	Constituinte em Debate. Bancários pretendem iniciar uma campanha para conscientizar o povo	Uma campanha em São Luís para organizar e mobilizar a classe trabalhadora e em geral, para debater sobre a Constituição e a busca por garantias dos direitos. O secretário da CUT, Raimundo Monteiro, fala da organização dos Empresários, que agora não estão utilizando políticos para representá-los, mas participando diretamente no processo da Constituinte.	Constituinte.
O Estado do Maranhão 10/07/1985	Constituinte O assunto está na boca de todos	Os debates sobre a Assembléia Nacional, que vai elaborar a Nova Carta Magna do Brasil, acontecem em todo país, com entidades representativas dos mais variados setores. A ideia de democratização na formulação da Carta Magna prevalece nos discursos.	Constituinte.
O Imparcial 11/08/1985	Constituinte só com eleição direta para Presidente	O presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, Doutel de Andrade, crítica a comissão escolhida pelo Poder Executivo para a elaboração da Constituinte, pois "representam um comportamento elitista e autoritário". Salienta também a preocupação com a garantia de preservação dos direitos dos trabalhadores e da mobilização da classe empresarial. Defende a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, juntamente com a eleição direta para Presidente.	Constituinte.
O Imparcial 04/08/1985	Constituinte. Só se for autônoma.	O Presidente do Conselho Federal da OAB, Herman Assis Baeta, considera que é preciso uma Assembléia Nacional Constituinte autônoma do Congresso Nacional. Compreende que é preciso a participação Popular para assegurar os direitos dos trabalhadores. Em sua entrevista para O Imparcial destaca algumas problemáticas a ser observada na elaboração da Constituição, entre elas a questão da terra, e que tem sido a causa da violência no Maranhão. Pontua algumas vítimas.	Constituinte.
O Imparcial 04/07/1985	Nota oficial.	Acusação contra a Igreja de ter em qualquer ocasião incentivado atos ilegais de invasão de propriedade. A igreja reafirma seu compromisso de apoio a pastoral e juridicamente	Acusação contra a Igreja.

		a todos os irmãos. Solicitam um posicionamento das autoridades e que tomem providências para o desarmamento dos fazendeiros e dos pistoleiros. Responsabilizam as autoridades por qualquer ato de violência contra padres, agentes pastorais, sindicalistas e posseiros.	
O Imparcial 21/07/1985	Constituinte: o prato do dia da sociedade brasileira.	O tema da Constituinte tem grande repercussão na sociedade. No Maranhão diversas entidades passam a debater, com a participação de diversos setores.	Constituinte.
O Imparcial 28/07/1985	Haroldo Cavalcanti: Constituinte não precisa de modelo de notáveis.	Haroldo Cavalcanti, líder classista dos empresários, se coloca contra o esboço da Constituição feita pela Comissão. Considera importante a participação de empresários.	Constituinte.
O Imparcial 28/07/1985	Hélio Silva: A Constituinte é a única coisa importante no Brasil de Hoje.	Os discursos proveniente em torno da Constituinte, consideram como um meio possível capaz de unir o Brasil, pois acreditam que os anseios de todos os cidadãos seriam contemplados.	Constituinte.
O Estado do Maranhão 13/08/1985	Os sôfregos adeptos da Constituinte e o principio da representatividade.	Viegas Neto, representando a OAB, faz critica ao processo da Constituinte, e salienta que por só através do voto a sociedade poderá fazer sua Constituição.	Constituinte.
O Estado do Maranhão 04/08/1985	Afonso Matos A constituinte de 1986, na visão de um constituinte de 1946.	Relata a história de Afonso Matos, sua formação e participação na política maranhense, eleito deputado Federal em 1946, e seu trabalho na Constituinte. Faz um paralelo entre as duas Constituinte, e apoia a proposta de Sarney, ao propor uma Comissão de notáveis extra constituinte para preparar o ante-projeto.	Constituinte.
Nome do Jornal (Rasurado) 21/02/1985	Para Cardeal a participação (Rasurado)	Considera Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo que o povo deve participar da Constituinte, escolhendo seus representantes partidários, representantes de Instituições e dos quadros sociais, de forma que os anseios do povo sejam respeitados.	Constituinte.

Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Seção- Recorte de Jornais- Ano de 1985 (Janeiro a Julho)

JORNAL/DATA	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
O Imparcial 31/05/1985	Reforma acabará tensão Em todo Estado existem 75 áreas em conflitos pela terra e governo quer solucionar	O Coordenador Regional do INCRA, Josemar de Souza Lima, saliente que existe 75 áreas em conflitos, que a maioria situa-se nas Micro regiões de Bacabal, Imperatriz, Itapecuru e Turiaçu. A necessidade de planos para uma reforma agrária no Maranhão torna-se uma realidade.	Reforma Agrária.
O Estado do	Reforma Agrária	Todas as lideranças políticas do	Reforma Agrária.

Maranhão 31/05/1985		Congresso receberam o PNRA, cerca de 100 mil posseiros serão beneficiados.	
Nome do Jornal Inão definido 31/05/1985	Reforma Agrária é mal orientada	Na reportagem é apontada a terra como um dos problemas mais preocupante. Faz crítica a política de Reforma Agrária, pois pessoas que recebem a titulação da terra pelo governo não trabalham, passa a negociá-las. Defendem que a solução não seria distribuir terra, e sim investir em políticas que possibilite o aumento de produção. Utilizam termos pejorativos como, por exemplo, massa preguiçosa, que segundo eles não querem trabalhar e produzir. Um discurso inflamado de produtores rurais como salvadores da prata. Assim, buscam reafirma aquele discurso que negativa os pequenos agricultoresou uma agricultura familiar, que não traria crescimento econômico e muito menos produção.	Reforma Agrária.
29/05/1985 O Imparcial	Juiz Julga o caso Canaã A sorte dos invasores do Parque Bacanga será decidido hoje na nona Vara Cível	Fala de um julgamento de reintegração de posse movida pela Empresa Maranhense deMineração S/A contra os posseiros da Vila Canaã, a área em disputa também é pleiteada pela Companhia de Águas Esgotos do Maranhão-CAEMA, que teve a Liminar de reintegração de posse da mesma área concedida a uma semana.	Reintegração de Posse.
28/05/1985 O Imparcial	Reforma Agrária abala estrutura do Maranhão	Estão pontuandoque uma possível Reforma Agrária, mexera na estrutura fundiária do Maranhão. Cede uma fala pequena a CPT.	Reforma Agrária
28/05/1985 O Imparcial	Reforma Agrária	No 4º Congresso de Trabalhadores Rurais em Brasília, Sarney garantiu quea Reforma Agrária será feita. Elogiou a medição da Igreja Católica.	Reforma Agrária
Diário do Norte 10/05/1986	Ruralistas discutem a violência no campo em reunião na cidade de Bacabal	Diante do clima de tensões e invasões de propriedades, a UDR se reúnem para discutir as derrubadas de casas por um grupo de posseiros. Na reportagem osposseiros são representados como guerrilheiros e arruaceiros.	UDR.

Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Recorte de Jornais- Ano de 1985 (Janeiro- Maio)

JORNAL/DATA	TÍTULO	RESUMO	PALAVRASCHAVE
O Imparcial 27/1985	Luta pela terra é violenta	O Maranhão com maior número de conflitos. O presidente da FETAEMA responsabiliza os grileiros pela violência e concentração fundiária. Denunciam os conflitos e a morte de posseiros. Fala de vários tipos de agressão. A CPT denuncia diversos órgãos do governo. O advogado da CPT fala sobre o problema fundiário, da não atuação do INCRA, e pontua as mortes no estado.	Violência
Sem nome do jornal. 27/08/1985	Itapecuru foi palco de dois assassinatos	A motivação foi a divisão entre duas plantações, por questão de terra.	Assassinatos
O Estado do Maranhão 06/07/1985	CPT e CJP denúncia ação armada contra trabalhadores rurais	Denunciado agravamento da violência no campo, feito pela Diocese de Bacabal, contra uma ação de grileiros, fazendeiros e latifundiários contra a R.A	Milícias privadas e jagunços
O Imparcial 14/08/1985	Líder sindical é abatido em Lago da Pedra	Morte do líder sindical Ferreirinha. Assinatura de 314 do Povoado Santa Tereza. Baixo assassinado de apoio a R. A.	Desestabilização de Sindicatos. Morte de lideranças.
O Imparcial 19/06/1985	Vinte jagunços espalha terror em Santa Luzia. Uma velha foi ferida e dois lavradores mortos.	O crime foi denunciado pelo deputado estadual Luiz Pedro ao Ministro da Justiça	Violência. Santa Luzia.
O Imparcial 27/07/1985	Em Timbiras lavradores são mortos pela policia	O subdelegado dono de terras mata lavradores.	Morte de lavradores.
Sem nome 30/08/1985	Encruzo vive drama na questão da terra.	Os moradores da localidade enfrentam problemas com donos de madeireira.	Terra
O Estado do Maranhão 30/08/1985	Violência e Terra são debatidos hoje.	2º Encontro Regional para ser debatido sobre a violência e a terra. Palestra de Alfredo Wagner.	Violência. Terra.
O Imparcial 31/08/1985	Lavradores impedidos de escoarem produção	O fechamento de uma estrada por ordem do prefeito tem dificultado o escoamento da produção. O trabalhador rural entende a atitude como jogada política.	Escoamento de produção

O Estado do Maranhão 29/08/1985	Diretor do INCRA debate elaboração da Reforma	Reunião para discutir a questão da reforma com o Diretor do INCRA e lideranças locais. Áreas prioritárias onde houver maior incidência de conflitos.	Reforma Agrária
------------------------------------	---	--	-----------------

Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Seção- Recorte de Jornais- Ano de 1985 (JUNHO- AGOSTO)

JORNAL/DATA	TITULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
O Imparcial. 03/10/1985	As origens do Projeto Nordeste	No Jornal é apresentada questão referente ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural(PAPP), mais conhecido como Projeto Nordeste, uma política de desenvolvimento para o Nordeste. O Projeto será executado pelo Estado, supervisionado e com assistência técnica da SUDENE, que deve passar por uma capacitação técnica. O discurso de apoio a essa política desenvolvimentista, que traria a modernização ao Estado.	Projeto Nordeste.
O Imparcial 03/09/1985	SUDENE inicia fórum de debates.	Foi realizado na UFMA, um Fórum de Debate sobre Política de Desenvolvimento Regional para o Nordeste, foi organizado pela SUDENE, com aproximação de 200 instituições. Discussões tiveram como pauta a problemática do meio rural e a reforma agrária. No final foram escolhidos delegados do Maranhão para participar em Recife de um Seminário Regional.	Política de Desenvolvimento Regional
O Imparcial 03/09/1985	Empregos são prioritários	Depois de aberto o Fórum de Debate, o Superintendente-Adjunto da SUDENE, apontou os dois objetivos sobre o Plano regional de desenvolvimento: reduzir a pobreza do Nordeste e a criação de emprego e renda. O Nordeste é apresentado como uma região em atraso que precisa de investimento.	Plano Regional; SUDENE
O Imparcial 03/09/1985	CPR promove assembléia de lavradores	A Comissão Pastoral da Terra da Arquidiocese de São Luis promoveu a VII Assembléia Estadual dos Lavradores, para fomentar a questão da Constituinte no campo. Discutindo a participação e reivindicações dos trabalhadores rurais pela conquista dos seus direitos e a implantação da reforma agrária.	Comissão Pastoral da Terra; Assembléia de Lavradores.
Jornal de Hoje 01/12/1985	João Alberto é quem estimula conflito de terra em Bacabal.	Conflito de terra envolvendo Ananias Vieira Lins e moradores do Povoado Aldeia. O documento (telegrama enviado ao INCRA e assinado por Dom	Conflito de Terra; Povoado Aldeia.

		Pascasio) denuncia a participação intelectual de João Alberto, que aconselhou aos moradores a não aceitar a área para remanejamento do Povoado. Os trabalhadores são representados como insurgentes.	
O Imparcial 20/12/1985	Reforma dará terra a 12 mil famílias	O Primeiro Plano de Reforma Agrária a ser implantado no Maranhão, aprovado no Decreto de 1985, prevê no primeiro ano de execução a desapropriação de 380 mil hectares. Com assentamento de 12.700 famílias. Voltadas para área de conflitos, principalmente nos municípios Aldeia, Pau Santo, Lago do Junco, Santa Helena, Bom Pastor. E outras áreas de mais fortes conflitos. O Plano de reforma tem o prazo de 4 anos para ser executado.	Plano de Reforma Agrária
O Estado do Maranhão 31/12/1985	CPT faz estatística da violência rural	ACPT contabiliza um aumento de 150 por cento de violência ao ano passado. O maior índice de violência contra os lavradores no campo maranhense. A CPT considera que a diluição desses conflitos está centrada na efetivação do Plano Regional de Reforma agrária se praticado em 1986.	Violência rural
O Estado do Maranhão 31/12/1985	Maranhão é prioritário. Comissão faz levantamento dos conflitos para implantar a reforma agrária.	Representantes do Ministério da Justiça e da Reforma de Desenvolvimento Agrário e do Governo do Maranhão formaram uma comissão para fazer um levantamento de conflitos rurais neste Estado. A reforma foi discutida com O governador Luís Rocha, a Igreja local e o INCRA. O Estado onde mais ocorreu conflito, e tem um confronto aberto entre o Governador e o episcopado do Estado. Luís Rocha é membro da Federação dos Agricultores do Estado e que contestou publicamente a reforma agrária.	Reforma Agrária.

Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Seção- Recorte de Jornais- Ano de 1985 (SETEMBRO- DEZEMBRO)

JORNAL/DATA	TITULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
Jornal de Hoje 31/01/1986	Invasão esquento o clima no município de Lago da Pedra.	5 mil famílias invadiram a Gleba Aldeia, no município de Lago da Pedra. A propriedade é de um empresário paulista chamado CleonOliveira.O advogado do empresário deu entrada na Justiça com uma ação de reintegração de posse.	Conflito de terra

Não informado	Censo ouve primeiro o Governador	O Governador Luís Rocha se mostra satisfeito em ser o primeiro produtor rural a participar do censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).	Luís Rocha; Produtor rural.
O Imparcial 08/04/1986	Reforma Agrária	O Diretor do Incra Francisco de Assis e Sousa, supervisionou o trabalho de execução da Reforma Agrária, desapropriando Glebas em Barra do Corda, Pindaré- Mirim e Bacabal.	Reforma Agrária
Estado do Maranhão 09/04/1986	Reforma Agrária	Os produtores rurais se colocam contra o Programa Nacional de Reforma Agrária. Pressionam o presidente Sarney, pedindo que adie aprovação dos Planos Regionais que recebeu do Mirad (Ministérioda Reforma e Desenvolvimento Agrário)	Programa Nacional de Reforma Agrária
Jornal deHoje 22/01/1986	Comissão Pastoral da terra considera Reforma Agrária no Brasil limitada	A Comissão Pastoral da Terra considera o Plano de Reforma Agrária muito limitada. Mesmo diante de terras para ser desapropriada, o que acontece na prática é um privilégio aos interesses dos latifundiários. Os poderes dos políticos, dos latifundiários e do próprio Governo do Estado, tem dificultado o andamento do processo de desapropriação.	Comissão Pastoral da Terra; Reforma Agrária.
Diário do Norte 24/05/1986	“mendigo” tenta matar um padre: Lima Campos	O padre Almeci Araújo da paróquia Nossa Senhora do perpétuo Socorro em Lima Campos- MA, vem sendo ameaçado de morte pelo proprietário da gleba Riachuelo, Francisco Ferreira de Lima e alguns pistoleiros, diziam contar com o apoio de figuras importantes do Estado. O padre denunciou a situação.	Ameaça de morte; Padre.
Diário do Norte 18/04/1986	Clima tenso em Lima Campos	Um clima tenso em que a qualquer momento pode estourar um conflito ente colonos e os jagunços de Francisco Messias, que se diz proprietária de uma área denominada São José dos Mouras. Região habitada por escravos e seus descendentes, está entreas áreas cadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização- INCRA, para fins de Reforma Agrária. O padre JoséAlmeci Calixto de Araújo estava no vilarejo pra celebrar a missa, quando foi ameaçado por José de Jesus Pereira de Sousa, gerente da fazenda.	Conflito de terras.

Diário do Norte 20/05/1986	Clima tenso na cidade Lima Campos por causa da terra.	A Delegada Sindical Francisca Antonia Sales, do município de Coroatá- MA, foi agredida na delegacia de policia de Lima Campos e ameaçada de morte, por pistoleiro do fazendeiro Francisco Ferreira. Francisca estaria prestando serviço de conscientização aos trabalhadores do Povoado São José dos Mouras de Cima. As famílias viverem no clima de expulsão e opressão. Segundo a denúncia, mulheres grávidas e crianças são ameaçadas.	Expropriação; violência
O Imparcial 22/05/1986	Polícia Federal apura crime de Lago do Junco	A Polícia Federal, foi até o Povoado Centro do Aguiar, no Município de Lago do Junco, para levantar dados do conflito fundiário que resultou em tiroteio e no assassinado do trabalhador rural Antonio Fontenele. Segundo a advogada da associação dos Sindicatos Unidos do Médio Mearim, Elizabeth Crispim, o clima no povoado é de muita tensão. A UDR, através de seus dirigentes no vale do Mearim, acusam os padres da Diocese de Bacabal de incentivar os trabalhadores. O Bispo D.PascácioRettler, acusa Adelino e sete pistoleiros pelo crime. O Bispo de Bacabal não se sente seguro para celebrar a missa e suspendeu qualquer sacramento a membros da UDR. O presidente da Associação de Criadores do Estado- MA, Hugo Romero Saraiva mandou mensagem ao presidente Sarney, a Luiz Rocha e o Ministro da Reforma Agrária, pedindo providências, diante de incentivos de grupos para lutas armadas e depredações as propriedades legítimas.	Conflito fundiário U; Bispos; UDR.
O Imparcial 23/05/1986	Inquérito não está concluído	O Delegado Regional de Bacabal Paulo Augusto de Melo, ainda não concluiu o relatório de Lago do Junco, voltou ao povoado Centro do Aguia, para ouvir testemunhas do conflito e do assassinato de Francisco Fontenele e também acompanhar o movimento para a missa do sétimo dia de morte, que a Diocese de Bacabal Pretende celebrar pela diocese. O secretário de Segurança Coronel Silva Junior, acusado pela Igreja de agir contra os trabalhadores e de chamar os padres de comunistas, recebeu um relatório com fotos ilustrando a área	Conflito de terra; assassinato.

		destruída pelos trabalhadores.	
Diário do Norte 20/05/1986	Posseiro é assassinado no Interior	Decorrido sete dias da morte do padre Josino Moraes Tavares em Imperatriz, outro homicídio envolvendo questão de terra foi cometido contra o humilde lavrador Antonio Fontenele, no povoado Centro dos Aguiar no município de Lago do Junco. Cometido por sete pistoleiros que permaneceram no local impedindo a família de tomar as providências de remoção do corpo.	Padre Josimo; Assassinato de lavrador.
Diário do Norte 20/05/1986	Mandante é fazendeiro	Adelino Barbosa, membro da União Democrática Ruralista, é acusado como mandante do assassinato de Antônio Fontele, povoado Centro dos Aguiar no município de Lago do Junco.	Assassinato do lavrador Antônio Fontele.
Diário do Norte 20/05/1986	Padre está marcado	No sepultamento de Antônio Fontele, somente o seu pai teve acesso ao local onde o corpo estava sendo "velado". Quando celebrava uma missa no Lago dos Rodrigues o frei Adolfo foi avisado que seria a próxima vítima. O frei Adolfo comunicou as autoridades sobre a ameaça.	Padre Ameaçado.
O Imparcial 20/05/1986	Sem terra morto por pistoleiros	Adelino Pereiramanda recado para aquelas pessoas que participaram do mutirão no povoado de São Manoel para retirasse suas terras do Centro de Aguiar. O povoado foi invadido por capangas, resultando na morte de Antônio Fontenele de 25 anos. O frei Evaldo Dinon, afirmou que o clima é tenso, especialmente depois que foi fundado a UDR e que Adelino é um dos seus dirigentes no Vale do Mearim. Adelino Pereira disse que os lavradores eram incitados pelos Padres da Diocese de Bacabal e que estavam armados, liderados pelo dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lago do Junco.	Conflito de terra.
O Estado do Maranhão 20/05/1986	Pistoleiros assassinam posseiro e ameaçam padre	Crime motivado por questão de terra, no dia 17 no povoado Centro do Aguiar, no município Lago do Junco. Antônio Fontenele foi assassinado por sete pistoleiros. A mando de Adelino Barbosa membro da UDR. O frei Adolfo, vigário de Lago dos Rodrigues, distrito de Lago do Junco, está sob ameaça de morte.	Assinatos de posseiro; Padre ameaçado.

O Imparcial DATA DETERIORADA	Governo libera verba para reforma agrária	O presidente José Sarney assina o “pacote” de Reforma Agrária. O anúncio foi feito pelo Ministro Nelson Ribeiro, que garantiu que não faltarão recursos para a reforma agrária, sendo assegurado 10 milhões. A meta de assentar 150 mil famílias.	Reforma Agrária.
Jornal de Hoje 24/03/1986	Reforma Agrária	O Arcebispo do Brasil, Dom Avelar Brandão defende uma Reforma agrária justa e pacífica, pronunciamento feito na câmara Municipal de Salvador.	Reforma Agrária.
Jornal de Hoje 25/03/1986	Igreja repudia nota atribuída a Silva Junior	A igreja repudia as notícias que responsabilizam a Igreja, os representantes da CPT, o Arcebispo do MA Paulo Pontes, pela violência no campo. O Secretário de Segurança João Ribeira Silva Junior faz acusações contra a Igreja, chamando de Sandinista, com notícias falsas de interesses dos latifundiários, com a conivência de Luiz Rocha.. No Jornal é apresentado um quadro com violências praticadas pelo poder policial. A Igreja reafirma seu compromisso com os marginalizados.	Igreja Católica; Violência no Campo.
O Imparcial Dia e mês deteriorado/1986	CPT rebate acusações	A CPT faz uma nota de esclarecimento desmentido às acusações falsas do Silva Junior sobre a responsabilidade da entidade sobre a violência no campo. Diversas violências cometidas no Governo de Luiz Rocha.	CPT

Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Recortes de Jornais- Conflitos Agrários 1986

JORNAL/DATA	TITULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
O Estado do Maranhão 11/05/1986	Religioso é vítima de atentado a bala.	A morte do padre Josimo Morais Tavares, na cidade de Imperatriz. São acusados dois pistoleiros pelo assassinato. O padre era vigário da cidade de São Sebastião do Tocantins. No dia 15 de abril, o padre sofreu um atentado, que foi denunciado ao Presidente José Sarney.	Padre Josimo.
Rasurado nome do jornal 11/05/1986	Pistoleiros matam padre com dois tiros.	O padre Zózimo Tavares, foi morto por pistoleiros no centro da cidade de Imperatriz. Os fazendeiros do Bico do Papagaio são acusados como mandante.	Padre Josimo.
Diário do Norte 11/05/1986	Imperatriz vive clima de terror	No terceiro atentado sofrido, o padre Josimo Morais Tavares, foi executado por pistoleiros. Dom	Padre Josimo o; UDR.

		Alcimar Caldas Magalhães, Bispo de Imperatriz, ressalta que se uma reforma agrária não for implementada, as situações de conflitos continuará. Os proprietários de terra estão organizados fortemente armado, e criaram a União Democrática Ruralista. Os Bispos denunciam ao Presidente José Sarney, a situação de conflito no Estado do Maranhão.	
O Imparcial 13/05/1986	Sepultado o padre morto por pistoleiro	O enterro do padre Josimo Morais Tavares, foi acompanhado por uma grande multidão, entre representantes da Igreja Católica e Órgãos do Governo, em um clima de emoção e revolta. Os representantes da UDR em Goinia negam qualquer participação no crime. Agentes pastorais estão ameaçados na Regional Araguaia- Tocantins da CPT.	Padre Josimo ; UDR.
O Estado do Maranhão 13/05/1986	Dom Paulo: A Igreja não vai se intimidar	O assassinato do padre Josimo Morais Tavares, não vai intimidar a luta da Igreja em favor dos oprimidos, garantiu o Arcebispo Dom Paulo. Considera que seu envolvimento na luta com do povo, também pode resultar em sua morte.	Arcebispo; UDR; Violência.
O Estado do Maranhão 13/05/1986	Sarney quer punição dos assassinos, já	O diretor-geral do Departamento da Polícia Federal, a mando do Presidente Sarney, vai investigar o assassinato do padre Josimo Morais Tavares.	Violência no campo; Padre Josimo.
Diário do Norte 10/05/1986	Ruralistas discutem a violência no campo em reunião na cidade de Bacabal	Diante do clima de tensões e invasões de propriedades, a UDR se reúne para discutir as derrubadas de casas por um grupo de posseiros. Falam da invasão da Fazenda Santa Helena e Serraria, que se encontra em litígio dependendo da decisão do INCRA. Os posseiros são representados como guerrilheiros e arruaceiros.	Violência no campo.
O Estado do Maranhão 15/05/1986	Contra os pistoleiros	A medida para erradicar a violência do meio rural, seria uma ofensiva contra os pistoleiros que tem impossibilitado a promoção de diálogo e solução dos conflitos.	Violência; Pistoleiros.
Diário do Norte 16/05/1986	Igreja divulga "legado" de Jósimo	Na reportagem é apresentado trechos do testamento espiritual do padre Josimo. O arcebispo Dom Paulo Pontes, faz críticas as acusações do coronel Silva Júnior contra a Igreja, de estarem armando os lavradores, e das acusações levianas contra o padre assassinado.	Acusações contra a Igreja; Padre Josimo.

Jornal de Hoje 16/05/1986	Bispo responsabiliza a UDR pelo assassinato	O Bispo da cidade de Goiás, Dom Tomás Balduino, responsabiliza e faz duras críticas a UDR, e a situação de violência. Crítica o governo pela falta da implementação de uma Reforma Agrária.	Violência; Bispos; UDR.
Jornal de Hoje 16/05/1986	Escalada da violência	O clima de violência tem chegado a proporções alarmantes no Maranhão. Crimes organizados por pistoleiros. O crime do padre Josimo, é um dos casos dessa teia da violência, que ganhou grande repercussão.	Violência; Padre Josimo.

Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Seção 1986 (ABRIL-MAIO)

JORNAL/DATA	TITULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
O Imparcial 14/01/1986	Política agrícola com sérios déficit no MA	São apresentados alguns problemas de infraestrutura, crédito, comercialização, escoamento, entre outros. O que pode comprometer a política agrícola a ser desenvolvida no Maranhão.	Política agrícola.
O Imparcial 15/01/1986	Desapropriações em Alcântara ainda é grave a questão	Diante da construção da Base área de Alcântara e de agrovilas na Região, os trabalhadores rurais de Alcântara estão se organizando e buscando medidas para resolver a situação. As famílias estão sendo colocadas em lugares sem condição para manter o seu modo de vida anterior.	Desapropriação; Alcântara.
O Imparcial 12/01/1986	Empresários vão a Constituinte.	A classe de empresários se articula para propor questões para a Constituinte.	Constituinte; Empresários.
O Imparcial 12/01/1986	Deputado e prefeito acusados de mandar torturar lavradores	Lavradores do município de Cândido Mendes, foram presos e espancados pela polícia. O prefeito e um deputado do município são acusados como mandantes do ocorrido por motivações políticas.	Violência; Lavradores.
O Estado do Maranhão 22/01/1986	SUDENE destina 32 trilhões para o Nordeste em 86	Novos investimentos através da SUDENE são prometidos para o Nordeste. Políticas para apoiar os pequenos produtores, conta com o aval do Presidente José Sarney.	SUDENE.
O Estado do Maranhão 23/01/1986	Reforma Agrária já realidade	A reforma agrária segundo a reportagem já estaria sendo realizada no Estado do Maranhão. Toda assistência às famílias, será dada por parte do Governo.	Reforma Agrária.

Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Seção 1986.3

JORNAL/DATA	TITULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
Jornal de Hoje 25/10/1986	Iterma faz entrega de mais de mil títulos.	Uma solenidade de entrega de títulos pelo ITERMA, na cidade de Pinheiro.	Título de Terra.
O Estado do Maranhão 25/10/1986	Primos Matam lavrador por posse de Terra.	Um lavrador foi morto no povoado Riachão, em Lago do Junco. A motivação teria sido uma disputa por uma área de terras. Os acusados são dois primos, que mataram a vítima com 23 facadas.	Violência rural.
Jornal de Hoje 24/10/1986	UDR classifica ação do governo de ridícula	O Presidente da UDR, Ronaldo Caiado, faz duras críticas ao Governo, por medidas de confisco de bois.	UDR
O Imparcial 22/10/1986	FETAEMA realizará encontros no interior.	A FETAEMA vem realizando encontros com trabalhadores rurais no interior do estado. Um trabalho social de repensar suas práticas e formas de organizações.	FETAEMA
Jornal de Hoje 19/10/1986	Vila Itamar revoltada com atitude da polícia.	Um conflito na Vila Itamar pela permanência de famílias de posseiros na área tem travado uma luta contra a polícia que a mando do pretense proprietário derrubam ascasas e expulsam as famílias.	Expropriação de terra.
O Imparcial 19/10/1986	UDR apela	Ação política da UDR em barganhar apoio para seus candidatos.	UDR.
O Imparcial 18/10/1986	Cafeteira reforça fala de R. Agrária.	O candidato ao Governo do estado, Epitácio Cafeteira, ressalta a importância da Reforma Agrária na sua campanha eleitoral.	Reforma Agrária.
Diário do Norte 18/10/1986	UDR União Democrática Ruralista.	A UDR contribui no abastecimento de carne para a população e se posiciona ao lado do governo.	UDR.
O Imparcial 17/10/1986	Ação da UDR.	A UDR toma medida judicial contra o Governo Federal, por medidas de desapropriação de bois.	UDR.
Jornal de Hoje 14/10/1986	Violência rural tem saldo de 50 mortes.	A situação de violência do campo é discutida pela CPT e Sociedade de Direitos Humanos, CUT, entre outros. A ação repressiva no campo foi uma das pautas em questão. Criticaram a não implementação da Reforma Agrária no Estado.	Violência no campo.
O Estado do Maranhão 13/10/1986	Medo da reforma	Proprietários rurais têm comparecido as delegacias regionais para cadastrar suas terras com medo de serem desapropriados.	Reforma Agrária.
O Estado do Maranhão 11/10/1986	Violência no campo cresce, afirma CPT.	ACPT, Sociedade de Direitos Humanos, CUT, entre outros, analisam a problemática da questão fundiária, ratifica que a violência tem aumentado e que os trabalhadores rurais são as maiores vítimas. Refletem as ações dos	Violência no campo; UDR.

		órgãos do Governo e da UDR sobre a reforma agrária.	
--	--	---	--

Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Seção 1986.4

JORNAL/DATA	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
O Estado do Maranhão 03/02/1987	CPT acusa latifundiário de expulsões	A CPT acusa latifundiário de expulsar 863 famílias de lavradores do Distrito de Caxias. A violência continua, um lavrador foi sequestrado e torturado por pistoleiro.	Violência; Expropriação.
Jornal de Hoje 04/02/1987	Grilagem semeia violência. 863 famílias são expulsas	Latifundiário Romero Costa expulsa 863 famílias de lavradores do Distrito de Caxias. A violência continua, um lavrador foi sequestrado e torturado por pistoleiro.	Grilagem; Violência; Expropriação.
O Imparcial 06/02/1987	Uma guerra pela posse da terra: Até quando?	A CPT e a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, denunciam a expulsão de famílias do Distrito de Caxias, por um fazendeiro Pernambucano.	Violência; Expropriação.
O Estado do Maranhão 05/02/1987	Lavrador morre com 4 balaços no corpo	Um lavrador residente em Lago da Pedra, é morto com quatro tiros, o crime foi motivado por divisão de terra.	Assassinato de lavrador.
O Estado do Maranhão 07/02/1987	Na folha da UDR	AUDR custeia campanhas políticas para eleger seus representantes na Constituinte, em uma votação contra a reforma agrária.	UDR
O Imparcial 16/02/1987	A Reforma Agrária vai ser descentralizada	A reforma agrária contará com um processo descentralizado em que a ação dos estados e municípios contribuirá para sua realização.	Reforma Agrária.
O Estado do Maranhão 16/02/1987	Contra a UDR	O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, é criticado por lideranças agrícolas, por sua atuação de radicalização em protesto.	UDR
O Imparcial 19/02/1987	Área de Cumbica desapropriada pelo presidente	Foi assinado pelo presidente José Sarney e o Ministro da Reforma Agrária, decreto de desapropriação da área Cumbica (Paço Lumiar), habitada por 40 famílias.	Reforma Agrária. Desapropriação.
O Imparcial 20/02/1987	A criminalidade está organizada no campo	A coordenadoria de conflitos agrários do Ministério da Reforma Agrária- MIRAD, conclui que houve um aumento gradativo de violência no ano de 1986, para a primeira quinzena de 1987, envolvendo conflitos de terras, como consequência da prática de crime organizado.	Violência Rural.

O Imparcial 20/02/1987	O lavrador é acusado de assassinar quatro pessoas	O lavrador Antonio Soares Freire, acusa o Coronel Silva Junior de ter adquirido terras de forma ilegal. O lavrador é acusado de ter matado quatro pessoas.	Acusação contra lavrador.
O Estado do Maranhão 11/02/1987	Pistoleiro matador do padre vai a júri	O julgamento do processo do assassinato do padre Josimo.	Padre Josimo.

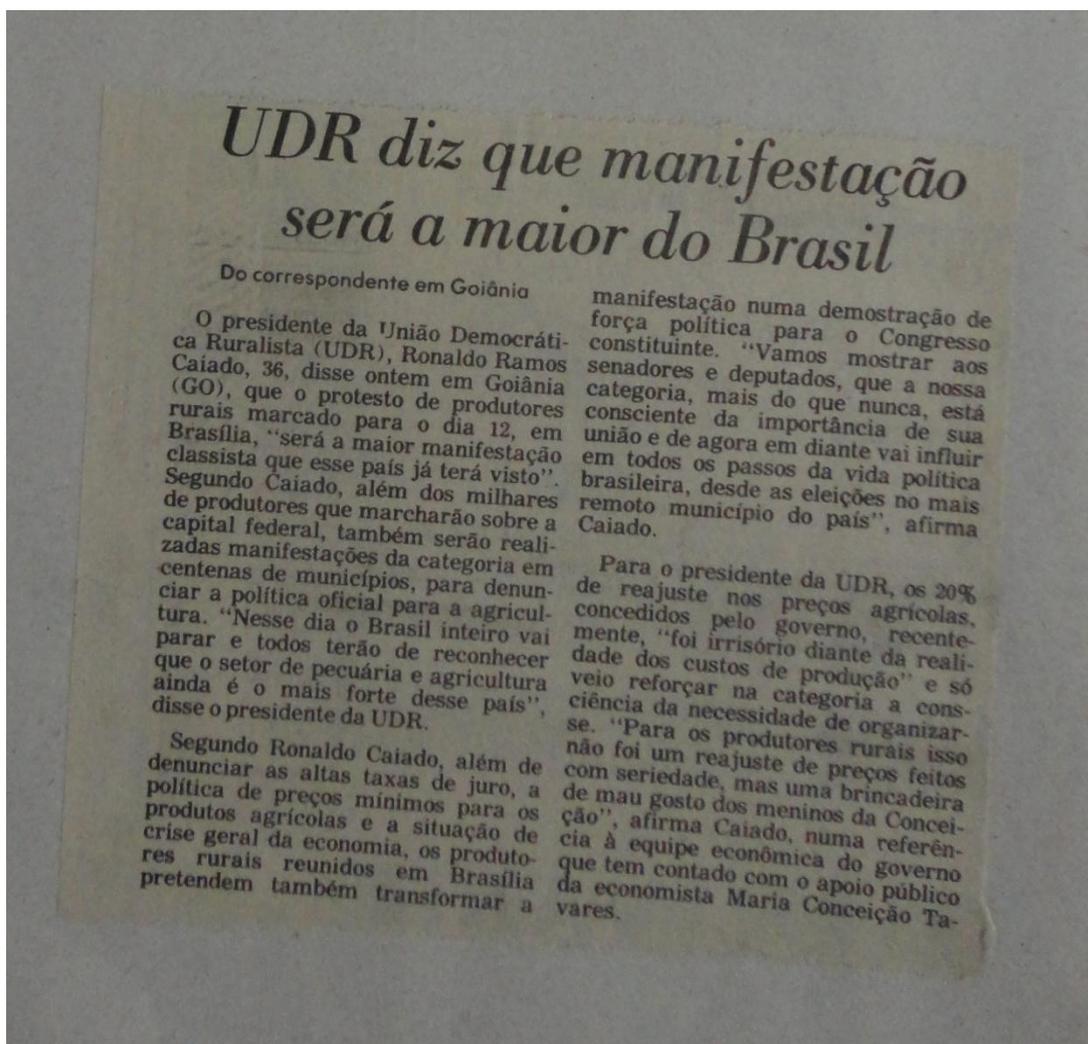
Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Seção- Recorte de Jornais- Ano de 1987 (Janeiro- Março)

JORNAL/DATA	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVE
O Estado do Maranhão 26/07/1987	Assassinatos Seletivos	O secretário executivo da CPT acusa a UDR, como responsável pelos crimes de lideranças de trabalhadores rurais. A UDR nega as acusações.	Assassinatos DE LIDERANÇAS; UDR.
Jornal de Hoje 25/07/1987	Sítio São Paulo vive clima de tensão com nova invasão	200 famílias residentes no Sítio São Paulo, no bairro São Bernardo, tiveram suas casas derrubadas. Os acusados são policiais a mando de Josias, candidato a vereador.	Expropriação de terra; Violência.
O Imparcial 25/07/1987	Recrudescer a violência.	O presidente do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Igarapé Grande foi assassinado por pistoleiros. A violência aumenta após o anúncio da Reforma Agrária pelo Governo Federal.	Reforma Agrária; Violência; UDR.
O Estado do Maranhão 28/07/1987	A UDR senta à mesa com o governo	O presidente da UDR senta à mesa com o governo, para discutir sobre preços mínimos e sobre os produtores que tomaram crédito no Plano Cruzado.	UDR; Governo.

Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Seção- Recorte de Jornais- Ano de 1987 (Junho- Julho)

ANEXOS

ANEXO A – REPORTAGEM FOLHA DE SÃO PAULO, 07/02/1987.



Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Seção- Recorte de Jornais- Ano de 1987 (Janeiro- Março)

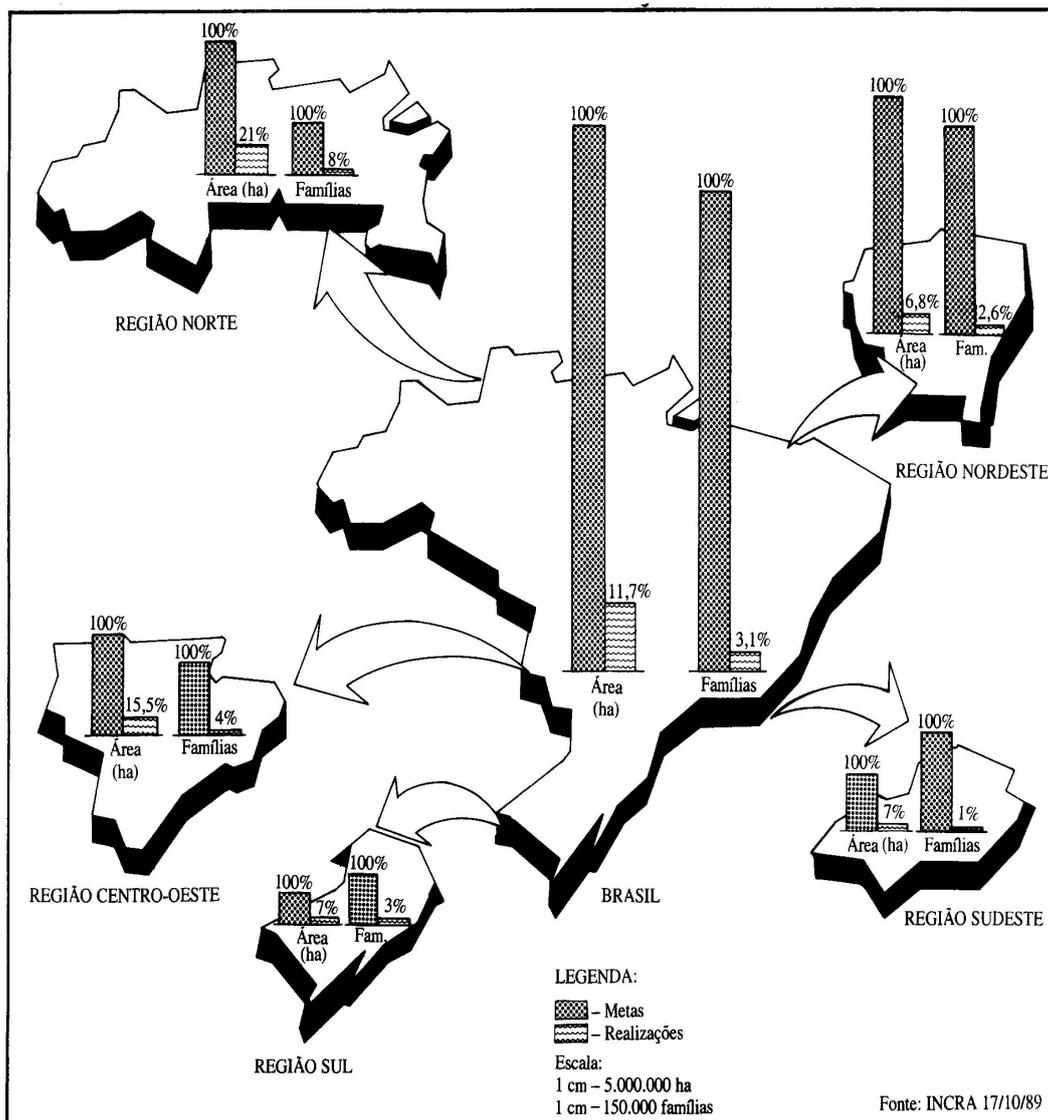
ANEXO B – METAS DO PNRA DA NOVA REPÚBLICA PARA O QUADRIÊNIO 1985/1989

PERÍODO	FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS (mil)
1985 - 1986	150
1987	300
1988	450
1989	500
Total	1.400

NOTA: (*) Adotou-se em todos os períodos o ano civil em lugar do ano agrícola pela facilidade de enquadramento no orçamento.

FONTE: BRASIL. Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985. Brasília, DF, 1985.

ANEXO C – GRÁFICOS: METAS E REALIZAÇÕES DO PNRA



Fonte: Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil-1989**
 ANEXO D - FRAGMENTO DO JORNAL DE HOJE, 16 DE MAIO DE 1986.

Bispo responsabiliza UDR pelo assassinato

EDITORIAL

ESCALADA DA VIOLÊNCIA

Afora momentos de convulsão social, que se incorporaram à história da Cidade e do Estado, o Maranhão jamais viveu período de tamanha intranquilidade. A escalada da violência atingiu proporções de calamidade, gerando um sentimento de revolta e insegurança. Não se tratam de ocorrências que se tornaram rotina em metrópoles, mas de crimes organizados, praticados sob encomenda por pistoleiros de aluguel, que proliferam impunemente na capital e no interior.

A execução do padre Josino Tavares, da Comissão Pastoral da Terra, em Imperatriz, ganhou repercussão nacional e colocou a questão no centro das discussões em todas as esferas, provocando a intervenção direta do Presidente da República, que determinou providências no sentido de que se contenha a onda de truculência. Para fazer um levantamento da situação na área, foi convocado o insuspeito delegado Romeu Tuma, diretor-geral da Polícia Federal.

Cauteloso, Tuma reafirmou ponderações do ministro da Justiça, Paulo Brossard, segundo as quais cumpre à polícia estadual o comando da operação, não só de caça aos assassinos do religioso, como de desarticulação definitiva da organização que espalha o terror no Maranhão e em outras regiões onde se observam conflitos fundiários. Esta preocupação de não intervir em assuntos de competência do Estado é compreensível. Mas, levando-se em conta que antes do padre Josino, muitas outras pessoas foram igualmente executadas, sem que a ação da polícia estadual resultasse em alguma consequência objetiva em termos de punição para os facinorosos e seus mandantes, não há outra alternativa, se não a interferência efetiva de forças federais.

Para se ter uma idéia de como essa ajuda federal é imprescindível, basta lembrar que o comandante da nossa Polícia Militar está às voltas, no momento, com a apuração de dois crimes de homicídio envolvendo, como autores, um soldado, um cabo e um sargento.

Registre-se, ainda, que graças ao empenho do coronel Jorge Oliveira, 187 policiais foram excluídos da PMMa, de 1983 até os dias atuais, período em que este zeloso oficial assumiu o comando da corporação. Com essas preocupações internas, fica difícil cuidar de crimes praticados por bandidos civis.

JORNAL DE HOJE 16/05/86

Goiânia (AJB) — O bispo da cidade de Goiás, Dom Tomás Balduino, responsabilizou a União Democrática Ruralista (UDR) por seu envolvimento no assassinato do padre Josino Moraes Tavares, no último sábado, em Imperatriz-MA.

O bispo, a interpretação do fato, aliada a circunstância de que os governos sempre ficaram ao lado só dos fazendeiros, leva ao entendimento de culpabilidade da entidade no episódio.

Dom Tomás Balduino, que concedeu entrevista na CPT de Goiânia, disse que "no fundo, o que pesa mesmo é a falta de uma determinação política do governo de fazer cumprir sua autoridade na implantação da Reforma Agrária. Por que o governo consegue fazer estabelecer sua autoridade no caso dos congelamentos de preços e não o consegue na implantação da Reforma Agrária, que a todo dia faz vítimas neste país"?

Dom Tomás Balduino, que já foi bispo de Conceição do Araguaia, PA, disse estranhar a "interpretação que a UDR deu da morte do padre Josino, principalmente a posição do comandante do PMDB, coronel Alvares Alves Júnior, que corroborou a posição da referida entidade. As duas posições responsabilizam o padre por sua própria morte. No caso do coronel trata-se de um policial com uma opinião formada antes mesmo de os fatores serem apurados.

Ele explicou que "para o povo pobre e simples da região, como também para a igreja, o que existe é o terrorismo do latifúndio. Este terrorismo combate os pobres e a ação da igreja católica. Os governos estaduais sempre tiveram ao lado destes latifundiários, como o Sr. Iris Rezende, em cujo governo três policiais foram queimados. Eu vi tudo de perto. Seu secretário de segurança era o atual deputado federal José Freire, representante dos latifundiários do norte de Goiás. Isto foi em setembro, outubro e novembro de 1984. Além disto, a estrutura judiciária da região sempre corroborou estas práticas terroristas com o homem do campo. O padre Josino chegou mesmo a ser preso, numa jaula em Itaguaitins, acusado de envolvimento na morte do fazendeiro Belisário".

Segundo ele, "o governo agora quer mobilizar para um mutirão contra a violência. Mas eu acho que falta mesmo é uma determinação para fazer Reforma Agrária. Se não houver Reforma Agrária, não adianta nada esta mobilização, com Polícia Federal, o delegado Romeu Tuma, etc., sem Reforma Agrária, tudo isto virá encenação. O que o governo precisa é dizer se tem ou não autoridade para fazer a Reforma Agrária".